UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
INSTITUTO DE GEOGRAFIA

WESLEY ALVES VIEIRA

CONFLITOS NO CAMPO E REFORMA AGRÁRIA EM MINAS GERAIS: reflexões a partir do Banco de Dados da Luta pela Terra - DATALUTA

O Transportador de Flores [Diego Rivera 1886-1957]

Uberlândia, 2012

WESLEY ALVES VIEIRA

CONFLITOS NO CAMPO E REFORMA AGRÁRIA EM MINAS GERAIS: reflexões a partir do Banco de Dados da Luta pela Terra - DATALUTA

Monografia apresentada ao Instituto de Geografia da Universidade Federal de Uberlândia como requisito final à obtenção do título de Bacharel em Geografia.

Orientação: Prof. Dr. João Cleps Júnior – IG/UFU.

Uberlândia, 2012

WESLEY ALVES VIEIRA

CONFLITOS NO CAMPO E REFORMA AGRÁRIA EM MINAS GERAIS: reflexões a partir do Banco de Dados da Luta pela Terra - DATALUTA

Monografia apresentada ao Instituto de Geografia da Universidade Federal de Uberlândia como requisito final à obtenção do título de Bacharel em Geografia.

Orientação: Prof. Dr. João Cleps Júnior – IG/UFU.

Uberlândia, 9 de novembro de 2012.

Banca Examinadora

_____

Prof. Dr. João Cleps Júnior (Orientador) – IG/UFU

_____

Prof. Dr. Mirlei Fachini Vicente Pereira – IG/UFU

_____

Prof. Dr. Vicente de Paulo da Silva – IG/UFU

Resultado:_____

Aos camponeses e militantes dos movimentos sociais de luta pela terra em Minas Gerais em especial memória aos integrantes do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) assassinados em Felisburgo em 20 de novembro de 2004: Iraguiar Ferreira da Silva, 23 anos; Joaquim José dos Santos, 49 anos; Miguel José dos Santos, 56 anos; Juvenal Jorge da Silva, 65 anos; e Francisco Nascimento Rocha, 72 anos.

Dedico também a todos que me apoiaram e assim fizeram parte do caminho percorrido até aqui, com orientações, carinho, amizade, abraços e palavras de incentivo.

Um brinde à resistência no campo e na cidade!
Dignidade é a palavra de ordem!

AGRADECIMENTOS

Cuido por agradecer eternamente a todos que diretamente fizeram parte da minha vida acadêmica e da Geografia que escolhi viver desde os primeiros momentos.

Agradeço, então, aos meus pais Mirian e José, por me darem a oportunidade de trilhar os caminhos que escolhi;

Agradeço, cordialmente, à professora Rita, pelas orientações teórico-metodológicas iniciais, quando fiz parte do Núcleo de Pesquisa em Geografia e Memória;

À professora Beatriz, pelos conselhos, tutoria e ajuda em todos os sentidos, quando meus passos percorreram o caminho do aprendizado e amadurecimento com apoio do Programa de Educação Tutorial (PET) durante mais de dois anos;

Ao professor João Cleps, que me recebeu de braços abertos no Laboratório de Geografia Agrária (LAGEA), quando decidi pesquisar com mais entusiasmo a complexidade do campo brasileiro, sob sua orientação. Agradeço, igualmente, aos professores deste laboratório, Geisa, Marcelo e Vera, pelo apoio, carinho e transmissão de conhecimentos no cotidiano daquele espaço;

Do LAGEA, ainda, agradeço aos amigos e companheiros Airton, Andreza, Daise, Danielle, Érica, Fabiana, Felipe, Geraldo, Jéssica, Luciano Lepera, Natália, Raquel, Ricardo Leite, Ricardo Luís, Thiago e Wendell pela amizade e força nos períodos difíceis. E, em especial, pude contar com o apoio, paciência e o carinho de Mariana Lemes até a última linha deste trabalho.

Agradeço ao Instituto de Geografia (IG), em especial, aos professores(as) Gláucia, Vanderlei, Vicente e Claudio di Mauro, pelas orientações geográficas, apoio em todos os momentos, pelo carinho e reconhecimento;

Ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), pela bolsa de Iniciação Científica.

“Tudo aconteceu num certo dia
Hora de ave maria o universo vi gerar
No princípio o verbo se fez fogo
Nem atlas tinha o globo
Mas tinha nome o lugar
Era terra, terra

E fez o criador a natureza
Fez os campos e florestas
Fez os bichos, fez o mar
Fez por fim, então, a rebeldia
Que nos dá a garantia
Que nos leva a lutar
Pela terra, terra

Madre terra nossa esperança
Onde a vida dá seus frutos
O teu filho vem cantar
Ser e ter o sonho por inteiro
Ser sem-terra, ser guerreiro
Com a missão de semear
À terra, terra

Mas apesar de tudo isso
O latifúndio é feito um inço
Que precisa acabar
Romper as cercas da ignorância
Que produz a intolerância
Terra é de quem plantar
À terra, terra”

Canção da Terra [O Teatro Mágico]

RESUMO

O tema deste trabalho surgiu a partir da proposta de identificar e discutir sobre a natureza e a dimensão dos conflitos na luta pela terra em Minas Gerais. A partir disso, considerando a capacidade da Geografia em interpretar as relações e as transformações no conjunto sociedade/espaço e espaço/sociedade, esta pesquisa buscou compreender as contradições e transformações históricas e em curso, determinantes das resistências e reivindicações no campo. Com isso, a busca foi por identificar, contextualizar e compreender a dinâmica e as estratégias dos movimentos sociais de luta pela terra em Minas Gerais. Minas, um dos estados brasileiros que, historicamente, foi pensado para integrar a economia do país, foi passagem para a fronteira agrícola, que ocupou, modernizou e dizimou parte do Cerrado brasileiro, assim como populações tradicionais, cerradeiros, índios, quilombolas dentre outros camponeses. Hoje, o território mineiro, além de ser responsável por grande parte da produção agrícola e outras riquezas brasileiras, é, também, espaço de diversas trajetórias, processos de lutas e movimentos sociais. Por meio da coleta, análise e interpretação de dados quantitativos e qualitativos, disponibilizados por instituições governamentais como Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), órgãos, entidades de representação dos movimentos sociais como a Comissão Pastoral da Terra (CPT) e o grupo de pesquisa do Banco de Dados da Luta pela Terra de Minas Gerais (DATALUTA/MG), foi possível perceber que Minas Gerais é espaço de disputas, de múltiplos territórios e de contradições, pois, ao mesmo tempo em que se geram riquezas e modernizações, geram-se conflitos, reivindicações diversas, mortes no campo, manifestações e ocupações de terras. O estado possui mais de 30 movimentos sociais de luta por terra. As estratégias de luta e resistência desses movimentos foram responsáveis por conquistar, além de novos desafios, 389 assentamentos rurais e uma área de 995.363 mil hectares, onde estão assentadas 19.245 famílias entre os anos de 1986 e 2011. Para interpretação da questão agrária e dos conflitos agrários em Minas Gerais, esse trabalho contemplou discussões e interpretações acerca do território, do Paradigma da Questão Agrária, dos debates clássicos sobre o campesinato e das principais heranças do problema agrário brasileiro desde o Período Colonial, entre essas, o debate da reforma agrária e a opção pela modernização da agricultura nos anos 1960 e, a partir desse período, refletimos sobre as principais ações e políticas públicas por governo.

Palavras-chave: Territórios. Questão Agrária. Reforma Agrária. Conflitos no Campo. Minas Gerais.

RESUMEN

El tema de este trabajo surgió de la propuesta de identificar y analizar la naturaleza y el alcance de los conflictos en la lucha por la tierra en Minas Gerais. Con esto, teniendo en cuenta la capacidad de la Geografía para interpretar las relaciones y las transformaciones en la conyuntura sociedad/ espacio y espacio/sociedad, esta investigación buscó comprender las contradicciones y transformaciones históricas en curso, determinantes de las resistencias y de las reivindicaciones en el campo. Por lo tanto, la búsqueda fue identificar, contextualizar y entender la dinámica y las estrategias de los movimientos sociales que luchan por la tierra en Minas Gerais. Minas, un de los estados brasileño que, históricamente, se fue pensado para integrar la economía del país, fuera pasaje para la frontera agrícola, que se tuve ocupado, modernizado y diezmado parte de lo Cerrado brasileño y así como las poblaciones tradicionales, cerradeiros, indígenas, campesinos, quilombos entre otros. Hoy, el territorio minero, además de ser responsable de gran parte de la producción agrícola y otras riquezas brasileñas, es, también, espacio de diferente trayectorias, procesos de luchas y movimientos sociales. Por medio de la recopilación, análisis e interpretación de datos cuantitativos y cualitativos, proporcionados por instituciones gubernamentales como el Instituto Nacionale de Colonización y Reforma Agraria (INCRA), los organismos, las entidades que representan los movimientos sociales, como la Comisión Pastoral de la Tierra (CPT) y el grupo de investigación Base de Datos de Lucha por la Tierra de Minas Gerais (DATALUTA/MG), se reveló que el área de Minas Gerais es un espacio de disputas en múltiples territórios y por eso de contradicciones, porque, mientras que se ha generación de riqueza y modernizaciones, generar conflictos, reinvidicación distinta, muertes en el campo, manifestaciones y ocupaciones de tierras. El estado posee más de 30 movimientos sociales de lucha por la tierra. Las estrategias de lucha y resistencia de estos movimientos fueron responsables de ganar, además de nuevos desafíos, 389 asentamientos rurales y una superficie de 995.363.000 hectáreas, donde se encuentran asentadas 19.245 familias entre los años de 1986 y 2011. Para la interpretación de la cuestión agrário y de los conflictos agrarios em Minas Gerais, este trabajo incluyó discusiones e interpretaciones sobre el territorio, de lo Paradigma de la Cuestión Agraria, de los debates clásicos sobre el campesinado y de los principales legados del problema agrario brasileño desde el Período Colonial, entre ellos, el debate de la reforma agraria y la opción por la modernización de la agricultura en la década de 1960 y a partir de ese período se refleja las principales acciones y políticas públicas por parte del gobierno.

Palabras clave: Territorios. Cuestión Agraria. Reforma Agraria. Conflictos en el Campo. Minas Gerais.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Brasil – Programas Governamentais de Desenvolvimento Agrícola do Cerrado 64
Tabela 2: Brasil – Assentamentos por Períodos de Governo, Número de Famílias e Área Desapropriada (ha) 1927-2012 74
Tabela 3: Minas Gerais – Pessoas em Manifestações dos Movimentos Sociais de Luta pela Terra por Mesorregiões 2000-2011 86
Tabela 4: Minas Gerais – Tipologia e Ocorrência de Manifestações dos Movimentos Sociais de Luta pela Terra 2000-2011 88
Tabela 5: Minas Gerais – Imóveis Rurais Cadastrados no INCRA 2011 91
Tabela 6: Minas Gerais – Ocupações e Nº de Famílias por Mesorregiões 1990-2011 92
Tabela 7: Minas Gerais – Nº de Mortes no Campo por Mesorregiões 1985-2011 101
Tabela 8: Minas Gerais – Assentamentos por Períodos de Governo, Número de Famílias e Área Desapropriada (ha) 1985-2012 105
Tabela 9: Minas Gerais – Assentamentos Rurais por Mesorregião, Nº de Famílias Assentadas e Área (ha) 1986-2011 106
Tabela 10: Minas Gerais – Tipos de Assentamentos 1986-2011 109

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1: Minas Gerais – Manifestações dos Movimentos Sociais de Luta pela Terra 2000-2011 85
Gráfico 2: Minas Gerais – Ocupações de Terras 1990-2011....94
Gráfico 3: Minas Gerais – Famílias em Ocupações de Terras 1990-2011....94
Gráfico 4: Minas Gerais – Assassinatos e Mortes por Acidentes com Bóias-Frias no Campo 1985-2011....98
Gráfico 5: Minas Gerais – Assentamentos Rurais por Ano 1986-2011 106
Gráfico 6: Minas Gerais – Forma de Obtenção de Assentamentos Rurais 1986-2011 108

LISTA DE MAPAS

Mapa 1: Minas Gerais – Mesorregiões Geográficas (IBGE, 1990) 15
Mapa 2: Minas Gerais – Manifestações dos Movimentos Sociais de Luta pela Terra por Município 2000-2011 87
Mapa 3: Minas Gerais – Estrutura Fundiária Índice de Gini 2003 e Ocupações por Município 1990-2011....93
Mapa 4: Minas Gerais – Assentamentos Rurais por Município 1986-2011 107

LISTA DE FOTOS

Foto 1: Norte de Minas Gerais – Assentamento Betinho* 110

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ADENOR – Agência de Desenvolvimento da Região Norte de Minas Gerais
BDMG – Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais
BNDES – Banco Nacional do Desenvolvimento
CAIs – Complexos Agroindustriais
CEDEFES – Centro de Documentação Eloy Ferreira da Silva
CEPAL – Comissão Econômica para América Latina e o Caribe
CGIAR – Grupo Consultivo em Pesquisa Agrícola Internacional

CIA – Central Intelligence Agency
CLACSO – Centro Latino Americano de Ciências Sociais
CNBB – Conferência Nacional dos Bispos do Brasil
CONSEA – Conselho Nacional de Segurança Alimentar
CONTAG – Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura
COOPAN - Cooperativa de Produção Agropecuária Nova Santa Rita
CPT – Comissão Pastoral da Terra
DATALUTA/MG – Banco de Dados da Luta pela Terra de Minas Gerais
EMATER-MG – Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Minas Gerais
EMBRAPA – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
FAO – Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação
FETAEMG – Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Minas Gerais
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IBRA – Instituto Brasileiro de Reforma Agrária
IG – Instituto de Geografia
INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
INDA – Instituto Nacional de Desenvolvimento Rural
LAGEA – Laboratório de Geografia Agrária
MAPA – Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
MDA – Ministério do Desenvolvimento Agrário
MEPF – Gabinete do Ministro Extraordinário de Política Fundiária
MIRAD – Ministério da Reforma e do Desenvolvimento Agrário
MLST – Movimento de Libertação dos Sem-Terra
MST – Movimento dos Trabalhadores Sem Terra
MSTTR – Movimento Sindical dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais
MTL – Movimento Terra Trabalho e Liberdade
NERA – Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária
OAN – Ouvidoria Agrária Nacional
PA – Projeto de Assentamento Federal
PADAP – Programa de Assentamento Dirigido do Alto Paranaíba
PCA – Paradigma do Capitalismo Agrário
PCB – Partido Comunista Brasileiro
PCI – Programa de Crédito Integrado
PCT – Programa Cédula da Terra
PE – Projeto de Assentamento Estadual
PIN – Programa de Integração Nacional
PNRA – Plano Nacional de Reforma Agrária
POLAMAZÔNIA – Programa de Polos Agropecuários e Agrominerais da Amazônia
POLOCENTRO – Programa de Desenvolvimento dos Cerrados
POLONORDESTE – Programa de Desenvolvimento de Áreas Integradas do Nordeste
PQA – Paradigmas da Questão Agrária
PRB – Projetos de Reassentamento de Atingidos por Barragens
PRODECER – Programa de Cooperação Nipo-Brasileira para o Desenvolvimento dos Cerrados
PROER – Programa de Estímulo à Reestruturação e ao Fortalecimento do Sistema Financeiro Nacional
PROGER RURAL – Programa de Geração de Emprego e Renda Rural
PRONAF – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
PRONERA – Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária

PROTERRA – Programa de Redistribuição de Terras e de Estímulo à Agroindústria do Norte e Nordeste
PROVALE – Programa Especial para o Vale do São Francisco
PSDB – Partido da Social Democracia Brasileira
PT – Partido dos Trabalhadores
RAM – Reforma Agrária de Mercado
RIMISP – Centro Latino-americano para el Desarrollo Rural
SAPPP – Sociedade Agrícola de Plantadores e Pecuaristas de Pernambuco
SEAPA-MG – Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento de Minas Gerais
SNCR – Sistema Nacional de Crédito Rural
SUPRA – Superintendência de Política Agrária
UDC – Unidade Doméstica Campesina
UDR – União Democrática Ruralista
UFU – Universidade Federal de Uberlândia

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO 13

1 – GEOGRAFIA AGRÁRIA, QUESTÕES METODOLÓGICAS E DE PESQUISA ... 19
1.1. As contradições do desenvolvimento capitalista no campo brasileiro 19
1.2. Territórios e territorialidades nos estudos de Geografia Agrária 26
1.3. Os debates clássicos sobre o campesinato 33
1.4. Discussões dos paradigmas agrários e a contribuição do Paradigma da Questão Agrária (PQA) 40

2 – A REFORMA AGRÁRIA NO BRASIL 48
2.1. A natureza do problema agrário e a reforma agrária 48
2.2. O debate sobre a reforma agrária e a opção pela modernização da agricultura nos anos 1960 51
2.3. A reforma agrária no contexto das políticas públicas a partir de 1960 57

3 – OS CONFLITOS NO CAMPO EM MINAS GERAIS 77
3.1. O campesinato e a luta pela terra: considerações iniciais 77
3.2. Reivindicações e conflitualidades no campo 82
3.3. A dimensão territorial da luta pela terra 89
3.4. Mortes por conflitos de terra 97
3.5. Os assentamentos rurais como conquistas e continuidade das reivindicações no campo 102

4 – CONSIDERAÇÕES FINAIS 112

5 – REFERÊNCIAS 118

ANEXO – Movimentos Sociais Atuantes no Estado de Minas Gerais, 1990-2010 127

INTRODUÇÃO

A cidade e o campo têm se tornado cada vez mais espaços de conflitos que culminam nas diversas formas de resistências e lutas sociais. As reivindicações no campo vão desde a luta pela terra, pelos meios de sobrevivência, ao reconhecimento das culturas e dos direitos fundamentais à existência humana. A partir desses pressupostos, a questão central, para a qual procuraremos respostas e propostas iniciais nesta pesquisa, corresponde refletirmos sobre: Qual a natureza e a dimensão dos conflitos e luta pela terra em Minas Gerais?

A escolha da Geografia como capaz de interpretar as relações sociais, os seres naturais e os objetos no espaço como um conjunto denominado Natureza, foi devida a sua capacidade como Ciência de interpretar e contribuir com a complexidade do campo em Minas Gerais abordando os temas que tratam sobre questão agrária, arranjos políticos, econômicos e sociais, agricultura, campesinato, conflitos e conquistas no campo. Diversos estudos regionais têm sidos desenvolvidos apreciando tais temáticas, contudo consideramos necessário o desafio de se ter uma pesquisa que, minimamente, forneça subsídios à interpretação do campesinato no processo de luta pela terra em todo o território mineiro, e, assim, contribuirmos com um referencial inédito sobre a dimensão dos conflitos no campo em Minas Gerais.

Em primeiro lugar, ressaltamos que o intuito foi o de valorizarmos as possibilidades de interpretação crítica do campo por meio da utilização de diversos dados quantitativos e qualitativos, disponibilizados por diferentes instituições ou frentes de representações político-sociais. O intuito foi o de valorizar a Geografia crítico-interpretativa como instrumento de libertação, emancipação e prática social cotidiana, capaz de contribuir para a apreensão objetiva da realidade no campo mineiro.

Nossa proposta tem como objetivo geral compreender as contradições e transformações históricas e em andamento, determinantes das resistências e reivindicações dos movimentos sociais de luta pela terra em Minas Gerais. Essa compreensão se dará ao longo da execução dos seguintes objetivos específicos: nos dois primeiros capítulos, identificar e discutir a natureza das contradições que culminaram na conjuntura em curso das reivindicações no campo e luta pela terra em Minas Gerais – interpretada, na Geografia, pelo Paradigma da Questão Agrária, como um problema agrário; no terceiro capítulo, identificar, contextualizar e compreender a dinâmica e as estratégias dos movimentos sociais de luta pela terra em Minas Gerais.

A importância do desenvolvimento deste trabalho diz respeito à contribuição científica como compromisso, responsabilidade e retribuição social, ou seja, fornecer elementos que deem transparência à realidade do campo. Minas Gerais, um dos estados brasileiros que, historicamente, foi pensado para integrar a economia do país, foi passagem para a fronteira agrícola, que ocupou, modernizou e dizimou parte do Cerrado brasileiro, bem como as populações tradicionais, cerradeiros, índios, quilombolas dentre outros camponeses. O território mineiro, além de ser responsável por grande parte da produção agrícola e outras riquezas brasileiras, é também espaço de diversas trajetórias, processos de lutas e movimentos sociais. Os estudos que expõem essa realidade têm sido desenvolvidos, levando em conta, principalmente, as escalas microrregionais ou de uma das mesorregiões do estado, sobretudo Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba e Norte de Minas Gerais.

Desse modo, os caminhos percorridos que subsidiaram nossas análises foram do tipo qualiquantitativo considerando a investigação pautada nas relações constantes e regulares dos diferentes fenômenos socioespaciais e categorias geográficas e não-geográficas de estudo.

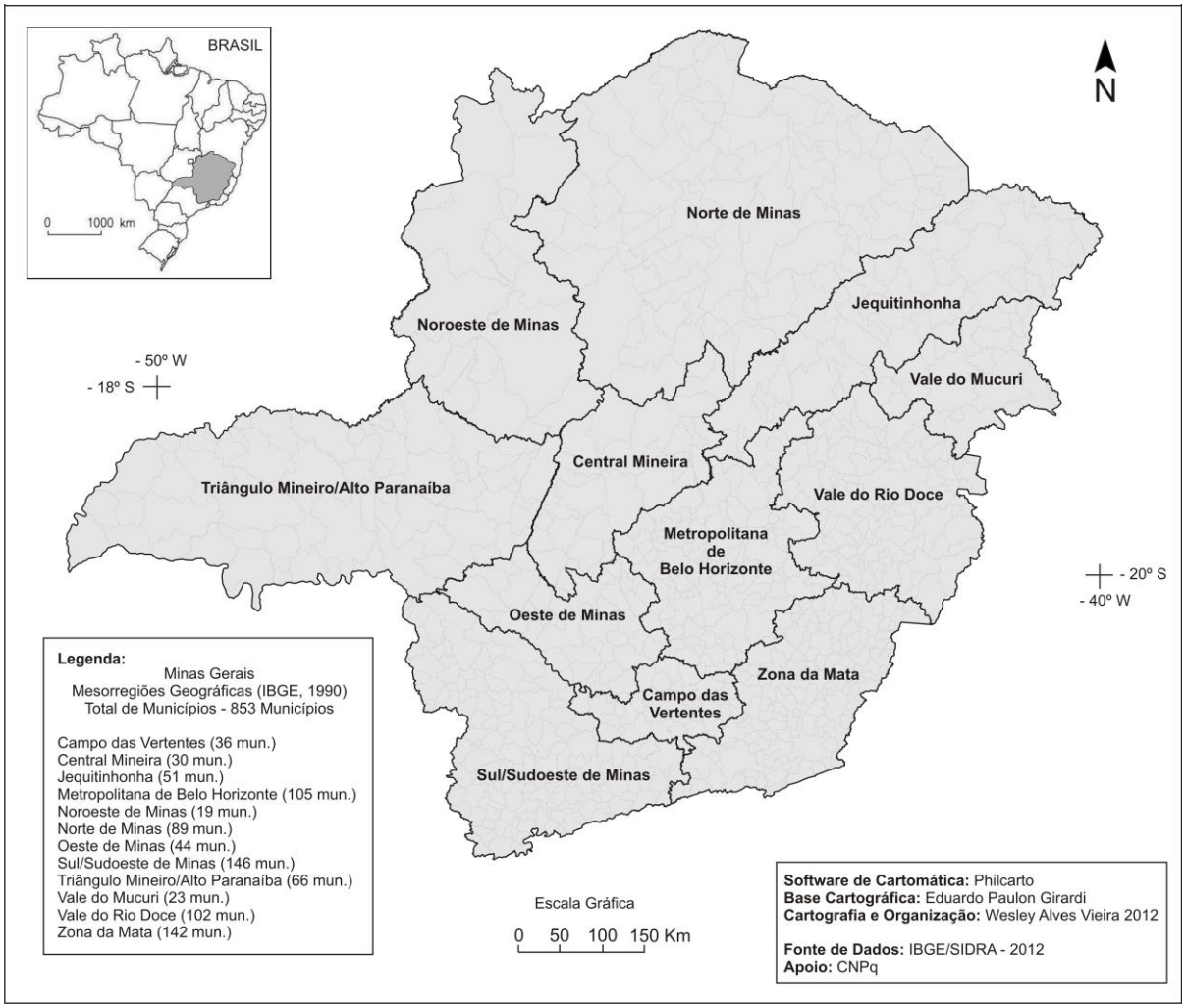
Os recortes históricos e a organização adotada neste trabalho foram necessários, atentando para o esforço de fornecer elementos detalhados para a compreensão básica do todo. Os momentos históricos estão conexos em suas relações espaço, política, conjunturas social, cultural ou temporal. A interpretação dessas conexões, e também das contribuições teórico-filosóficas, possibilitará a compreensão mínima da questão agrária no Brasil e, a partir disso, da dimensão dos conflitos no campo em Minas Gerais.

Para tanto, houve a necessidade de contarmos com alguns momentos básicos para a pesquisa: consulta bibliográfica, ou seja, um levantamento das obras (livros, artigos, monografias, dissertações e teses) que tratam do tema aqui proposto; consultas, levantamentos e coleta de dados quantitativos e qualitativos nos *sites* oficiais de instituições governamentais, órgãos, entidades de representação dos movimentos sociais e grupos de pesquisas. Entre as instituições e órgãos oficiais consultados, estão o IBGE e o INCRA. Entre as entidades de representação, os *sites* do MST, CPT e CEDEFES e, entre os grupos de pesquisa, o DATALUTA/MG. Optamos, assim, pela apreensão e investigação de outras fontes de dados, bem como da análise critica dos dados disponibilizados sobre estrutura fundiária, movimentos sociais, manifestações, ocupações, mortes no campo, assentamentos rurais e dados secundários para o estado de Minas Gerais.

Atendendo às determinações que, ao longo da história, foram dadas diretamente pelos governos federais e estaduais junto às instituições IBGE e FJP/GMG, o estado de Minas Gerais foi dividido, segundo Diniz & Batella (2005), oito vezes “com objetivos, métodos e

vinculações epistemológicas distintas" (p.64). Para fins de análise dos dados coletados pelo DATALUTA/MG, adotamos a configuração territorial do IBGE (1990), que divide o estado em 12 Mesorregiões (Ver Mapa 01).

Mapa 1: Minas Gerais – Mesorregiões Geográficas (IBGE, 1990)



As análises dos dados consideradas ao longo deste trabalho, disponibilizados pela CPT e DATALUTA/MG, serão baseadas nas escalas das Mesorregiões Geográficas mineiras. Interpretamos os dados reunindo-os em Tabelas, Gráficos e Mapas, para, dessa forma, dimensionarmos espacial e teoricamente a luta pela terra, que também envolve diversas outras revindicações e conflitos no campo, de maneira a contextualizá-las com o espaço, desvendar e divulgar, assim, a questão agrária, a história e o território, por vezes, ocultados.

Para abordarmos um dos objetivos específicos, o de *identificar e discutir a natureza das contradições que culminaram na conjuntura em curso das reivindicações no campo e luta*

pela terra, o Capítulo 1 “GEOGRAFIA AGRÁRIA, QUESTÕES METODOLÓGICAS E DE PESQUISA” foi divido em quatro subitens:

(1.1) O item *As contradições do desenvolvimento capitalista no campo* trata de alguns esclarecimentos preliminares sobre a produção capitalista do espaço, sobretudo do campo.

(1.2) Em *Territórios e territorialidades nos estudos de Geografia Agrária* pautamos as reflexões sobre a categoria geográfica *território* como ponto de partida para a apreensão das contradições no campo brasileiro, dotado de complexidades ideológicas e ações tanto dos movimentos de resistência quanto dos capitalistas, pois, em nossa concepção, ambos criam e recriam territórios constantemente. O território, como “síntese contraditória”, expressa, dentre outros, poder, interesses de diversos grupos, instituições públicas e privadas, linguagens, imagens, símbolos, política, história, conhecimento e, assim, territorialidades.

(1.3) N’*Os debates clássicos sobre o campesinato*, avaliamos como de suma importância as reflexões a partir dos autores que mais contribuíram para o entendimento da questão agrária no desenvolvimento do capitalismo. As discussões sobre o campesinato, nesse processo, envolvem as interpretações de Kautsky (1980), Lênin (1980), Chayanov (1974), Shanin (1980) e Luxemburg (1985).

(1.4) Em *Discussões dos Paradigmas agrários e a Contribuições do Paradigma da Questão Agrária*, identificamos diversos posicionamentos do saber científico que se configuram como valiosas referências para a compreensão dos conflitos no campo em Minas Gerais. De um lado, o desenvolvimento do capitalismo no campo e o campesinato, para a afirmação de sua reprodução, devem estar integrados, não sendo a não reforma agrária um empecilho para esse processo; por outro lado, os camponeses, ao contrário de desenvolver-se econômica e socialmente pela integração com o capital, resistem por perceberem que estão imersos em um abismo de desigualdades sociais em torno dos latifúndios.

Para nos atermos ao primeiro objetivo desta pesquisa, ainda, o Capítulo 2 “A REFORMA AGRÁRIA NO BRASIL” foi dividido em três subitens:

(2.1) Em *A natureza do problema agrário e a reforma agrária,* destacamos a gênese do problema agrário no país como consequência histórica da formação econômica, política e territorial. O período que compreendeu as capitanias hereditárias, sesmarias e constituição da República Federativa dos Estados Unidos do Brasil, foi marcado por um domínio que escravizou índios e negros, promoveu o latifúndio, o autoritarismo, a monocultura para exportação, a concentração de renda e o início das revoltas e lutas políticas e sociais em torno da terra.

(2.2) O subitem que aborda *O debate sobre a reforma agrária e a opção pela modernização da agricultura nos anos 1960* foi o momento em que ponderamos sobre as representações que, diretamente, estiveram envolvidas com o tema da questão agrária no Brasil, tais como o PCB, setores reformistas da Igreja Católica (CNBB), CEPAL e a CPT. As discussões geradas por essas representações ponderaram sobre a função social da terra associada ao debate da reforma agrária. Os anos que vão de 1930 até 1960 foram um período de intensos debates em torno da questão agrária, influenciados, em parte, pela Revolução Verde – movimento que indicou para o campo o desenvolvimento capitalista da agricultura por meio de um padrão tecnológico, ou seja, um novo modelo baseado na industrialização dos produtos agrícolas (agroindustrialização) e nos insumos para o campo (indústrias para o campo), produzidos em larga escala. Percebemos que a reforma agrária do ponto de vista do capitalismo, foi defendida como uma reforma agrícola ou mesmo no que diz respeito à estrutura fundiária concentrada na época, como capaz de cumprir a função de dar pleno desenvolvimento ao capitalismo nacional, assim, não havia, portanto, uma questão agrária e sim um problema econômico.

(2.3) Em *A reforma agrária no contexto das políticas públicas a partir de 1960*, coube-nos a análise da intensificação dos conflitos que colocaram a reforma agrária na pauta das discussões, o problema agrário que tinha, no centro das discussões, o latifúndio como um dos mais graves problemas sociais da época, pois, além de um padrão concentrador da propriedade privada, agregava riquezas, poder e privilégios e, ao mesmo tempo, pobreza, fome, isolamento dentre tantos outros problemas sociais, como no período colonial. Nesta etapa do trabalho, abordamos o surgimento dos sindicatos e federações que resultaram na CONTAG bem como no MST – essas frentes de luta tiveram um papel fundamental na conquista de direitos sociais no Brasil. Nesse contexto, abordamos temas e períodos históricos conexos, a começar pelo governo João Goulart (1961-1963), passando pelo Regime Militar no Brasil (1964-1984), João Batista de Oliveira Figueiredo (o último militar a assumir a Presidência da República [1979-1985]), governo José Sarney (1985-1989), Fernando Collor de Melo (1990-1991), Itamar Franco (1992-1994), Fernando Henrique Cardoso (FHC) (1995-2002), Luís Inácio Lula da Silva (2003-2010) e Dilma Rousseff (2011...). Entre outros temas estudados estão: Estatuto do Trabalhador Rural (1963), Estatuto da Terra (1964) e políticas agrícolas de incentivo à modernização conservadora da agricultura, como o crédito rural vinculado ao SNCR.

Por fim, com intuito de dar forma ao segundo objetivo, o de *identificar, contextualizar e compreender a dinâmica e as estratégias dos movimentos sociais de luta*

pela terra em Minas Gerais, no Capítulo 3, “CONFLITOS NO CAMPO EM MINAS GERAIS”, o foco das nossas reflexões e discussões foi o estado mineiro.

(3.1) Inicialmente, em *O campesinato e a luta pela terra: considerações iniciais*, destacamos as origens do campesinato associadas à luta pela terra e contra os latifúndios. Citamos os diversos embates travados no campo em Minas Gerais, bem como as contribuições interpretativas dessas e outras ações relacionadas com o espaço agrário por pesquisadores vinculados ao Laboratório de Geografia Agrária da Universidade Federal de Uberlândia.

(3.2) Ao tratarmos sobre as *Reivindicações e conflitualidades no campo*, refletimos sobre as manifestações como verdadeiras estratégias de enfrentamentos contra as injustiças no campo.

(3.3) Em *A dimensão territorial da luta pela terra*, foi enfatizado o significado da principal estratégia dos movimentos sociais de luta pela terra – as ocupações de propriedades que não cumprem funções sociais em Minas Gerais.

(3.4) No subitem *Mortes por conflitos de terra*, evidenciamos, após um longo trabalho de coleta de dados da CPT, os assassinatos e as mortes no campo em Minas Gerais em virtude, particularmente dos conflitos por terras.

(3.5) Ao tratarmos sobre *Os assentamentos rurais como conquistas e continuidade das reivindicações no campo*, demonstramos que os assentamentos são verdadeiras expressões de conquistas no contexto histórico dos movimentos sociais no campo que lutam pela terra; apontamos os tipos de políticas de obtenção de terras existentes no Brasil bem como os programas agrários do governo federal. Assim, apontamos as formas de obtenção de assentamentos rurais entre os anos de 1986 e 2011 e os tipos de assentamentos existentes em Minas Gerais. Por último, ressaltamos os desafios enfrentados no Assentamento Bentinho no município de Bocaiuva no Norte de Minas Gerais, a maior expressão de conquista no estado.

1 – GEOGRAFIA AGRÁRIA, QUESTÕES METODOLÓGICAS E DE PESQUISA

1.1. As contradições do desenvolvimento capitalista no campo brasileiro

Os motivos que resultam nos conflitos no campo em Minas Gerais são, fundamentalmente originados das contradições inerentes ao desenvolvimento ou domínio do capitalismo na agricultura, ou seja, estão associados, principalmente, à lógica do agronegócio que, para desenvolver-se, promove progressivamente a concentração fundiária. O controle social e territorial calcado na rigidez, vinculado à lógica hegemônica do capitalismo no campo, em Minas Gerais, é o que motiva milhares de pessoas a unir-se para lutar pela garantia de seus direitos sociais básicos.

É por isso que, ao discutirmos os conflitos no campo em Minas Gerais, iniciamos este trabalho com algumas reflexões básicas referentes ao modo de produção capitalista, sobretudo na agricultura, na configuração do espaço e sobre as contradições. Reunimos, a princípio, um conjunto de orientações que tem como fundamento a concepção dialética da história e do espaço. História e espaço que, atualmente, além dos conflitos no campo, ganham novos elementos de pesquisa e debate, dentre eles, a questão ambiental, o consumo de produtos cada vez menos duráveis e de bens e serviços supérfluos. Essas discussões são basilares para o entendimento da complexidade e conflitualidade atual no campo mineiro.

A materialidade da concepção dialética da história, elaborada por Marx e Engels (1987), tem como foco os homens, os objetos, a produção de mercadorias, a história e a produção social do próprio homem. A análise é pautada na empiria, nas relações dos objetos com os homens, com o processo de produção. Já a economia, como foco de observação, pode determinar as relações, contradições e a alienação dos homens. Os autores revelaram que,

> [...] na produção social da sua vida, os homens contraem determinadas relações necessárias e independentes da sua vontade, relações de produção que correspondem a uma determinada fase de desenvolvimento das suas forças produtivas materiais. O conjunto dessas relações de produção forma a estrutura econômica da sociedade, a base real sobre a qual se levanta a superestrutura jurídica e política e à qual correspondem determinadas formas de consciência social. O modo de produção da vida material condiciona o processo da vida social, política e espiritual em geral. Não é a consciência do homem que determina o seu ser, mas, pelo contrário, o seu ser social é que determina a sua consciência [...]. E do mesmo modo que não podemos julgar um indivíduo pelo que ele pensa de si mesmo, não podemos tampouco julgar estas épocas de revolução pela sua consciência, mas, pelo contrário, é necessário explicar esta consciência pelas contradições da vida material, pelo conflito existente entre as forças produtivas sociais e as relações de produção (MARX, 1859 [1977]).

A tendência cosmopolita do capitalismo presente em “O Manifesto do Partido Comunista”, também de Marx e Engels (1998), refere-se, em parte, ao ato de que, no capitalismo, tudo tende a ser transformado em mercadoria, sobretudo, o trabalhador e sua força de trabalho. Nessas circunstâncias, o espaço pode ser criado e recriado à lógica hegemônica do modo de produção e acumulação capitalista. Interligado a essa concepção, o trabalho intelectual também pode ser identificado como mercadoria, por exemplo, daqueles que prestam serviços na alta esfera do Estado com poderes de decisão direta sobre a estrutura social e sobre o espaço, configurando-os ao domínio do capital, ou ainda, os técnicos e cientistas que trabalham nas grandes empresas ou multinacionais. Com isso, a produção social e material do capitalismo remete-se, então, à,

> [...] reprodução da vida cotidiana depende das mercadorias produzidas mediante o sistema de circulação de capital, que tem a busca do lucro como seu objetivo direto e socialmente aceito [...]. Do ponto de vista da circulação de capital, portanto, o espaço aparece, em primeiro lugar, com mera conveniência, uma barreira a ser superada [...]. A tarefa da teoria espacial, no contexto do capitalismo, consiste em elaborar representações dinâmicas de como as contradições se manifestam por meio das transformações histórico-geográficas (HARVEY, 2005, p.129; 145).

A importância de percebermos e analisarmos as mudanças da economia capitalista justifica-se por refletirmos sobre as modificações e as regulamentações sociais e políticas do processo de transformação do trabalho, hábitos de consumo, das representações geográficas, geopolíticas, das leis, das redes de regulamentações, dos poderes e das práticas do Estado. Estas práticas vêm para garantir o funcionamento de um regime de acumulação com um “esquema de reprodução coerente” (HARVEY, 2005, p. 117-134). Para que o sistema econômico capitalista permaneça viável, de acordo ainda com autor, é necessário que enfrente algumas questões como: qualidades confusas dos mercados de fixação de preços e controle sobre o emprego da mão de obra, para a adição de valor à mercadoria e a obtenção de lucros. A ação do Estado de regulamentar e interferir, na economia capitalista, faz-se necessária para compensar as falhas do mercado, como danos ao ambiente natural e social, evitar excessiva concentração de abuso quanto aos privilégios dos monopólios inerentes ao próprio sistema, “garantir” bens coletivos como defesa, educação, infraestrutura social e física. Essa regulamentação ocorre, também, devida às reivindicações das religiões, das políticas, dos sindicatos e dos movimentos sociais. As ações políticas, culturais, econômicas e sociais, tanto do Estado como da sociedade, determinam e se refletem no espaço sobre o qual elas prevalecem, além disso,

> A capacidade tanto do capital como da força de trabalho de se moverem, rapidamente e a baixo custo, de lugar para lugar, depende da criação de infraestruturas físicas e sociais fixas, seguras e, em grande medida, inalteráveis. A capacidade de dominar o espaço implica na produção de espaço (HARVEY, 2005, p.149).

O modo de produção e as formas de produção, nesse contexto, são responsáveis pelas pressões sociais nos espaços de exclusão, pelo tempo rápido, pelas formas geográficas e pelas formações sociais. Contudo os espaços subordinados e subordinantes, conforme considerou Santos (2008, p.181), "dispõem de certa autonomia que se manifesta por meio de leis próprias, específicas de sua própria evolução [...]. De fato, o espaço não pode ser apenas um reflexo do modo de produção atual porque é a memória dos modos de produção do passado", além disso, os espaços caracterizam-se como territórios de disputas e resistências geradas pelas contradições.

> O espaço, sobretudo em nossos dias, aparece como uma unidade maciça e isso é a base de sua especificidade como mercadoria. Ele sugere, então, como uma mercadoria dotada de indivisibilidade, pois as infraestruturas, por usar a própria natureza, não são descontínuas (SANTOS, 2008, p.188).

Assim, o trabalho é uma condição necessária à sobrevivência humana, os discursos que expressam a liberdade não são capazes de isentar o homem do trabalho para o capital, ou seja, da opção pelo não trabalho. No capitalismo, compram-se o homem e sua força de trabalho, reduzida, sobretudo a uma só etapa da produção.

Ao pensarmos o campo, podemos identificar que a produção capitalista do espaço remete-se, assim, à agregação de valor aos espaços, constituindo-os em mercadorias. Correspondem à livre circulação de outras mercadorias, à geração de riquezas, superexploração da natureza e (re)pressão aos camponeses. As estratégias de resistências e as dinâmicas territoriais, assumidas pelos diversos movimentos de resistências, são assim, a história do passado e do presente.

> Aqui interessa a historicidade materialista discutida numa perspectiva dialética, isso é, parte-se de uma postura de método que se pensa ontologicamente em termos históricos. Nele, a realidade é concebida como movimento incessante, no qual os fenômenos só podem ser apreendidos como processos em contínuo fluir, histórico em meio à diversidade das formas e das relações (MORAES, 2005, p.38).

As ações, tanto dos movimentos sociais quanto dos capitalistas, criam e recriam territórios. No caso dos últimos, estão direcionadas no sentido de monopolizarem o capital, a terra e a renda da terra. Para isso, há, constantemente, a pulverização de ideologias e discursos que legitimam tais ações.

> [...] discurso implica uma exterioridade à língua, encontra-se no social e envolve questões de natureza não estritamente linguística. Referimos-nos a aspectos sociais e ideológicos empregados nas palavras quando elas são pronunciadas. Assim, observamos, em diferentes situações de nosso cotidiano, sujeitos em debate e/ou divergência, sujeitos em oposição acerca de um mesmo tema. As posições em contraste revelam lugares socioideológicos assumidos pelos sujeitos envolvidos, e a linguagem é a forma material de expressão desses lugares. Vemos, portanto, que o discurso não é a língua(gem) em si, mas precisa dela para ter existência material e/ou real (FERNANDES, C. A., 2008, p.13).

Como exemplo, Fernandes (2008) refletiu sobre os discursos que envolvem a luta pela terra, mais especificamente, os discursos que legitimam ou não as ações de ocupações pelos sem-terra, considerando que grande parte da mídia as divulga tais ações com opiniões parciais e com juízo de valor. De um lado, o verbo "ocupar" é conjugado pelos sujeitos da ação (que ocupam a terra) ou pelos sensibilizados com a ação – com o ato de ocupar a terra, lutar pela terra; por outro lado, o verbo "invadir", que, nesse sentido, possui um caráter pejorativo, ou seja, de criminalizar a estratégia de luta pela terra. Os usos dos termos em ambos os casos revelam a "a presença de ideologias que se opõem" (p.13). A ideologia, nessa linha de raciocínio, como expressão de uma determinada classe ou grupo social, conforme entendeu Marx (1859 [1977]), é expressa por "formas jurídicas, políticas, religiosas, artísticas ou filosóficas".

Uma importante reflexão sobre a natureza evolutiva do desenvolvimento capitalista no Brasil foi feita pelo economista Stédile (1997; 2010). Este autor argumenta que esse processo iniciou-se no século XV como capitalismo mercantil, entre os séculos XVII e XIX, evoluiu para o capitalismo industrial e desenvolveu-se para o capitalismo monopolista e imperialista no século XX. Atualmente, para o autor, vivenciamos a fase do capitalismo financeiro globalizado, para Chesnais (1996, p.32-34), mundializado.

> [...] as elites brasileiras criaram um consenso para implantar no Brasil um novo modelo de desenvolvimento. É um modelo que subordina completamente nossa economia ao capital internacional. Já não se trata mais apenas de aliança com o capital estrangeiro, como foi implantado de Kubistchek para cá, agora é subordinação (STÉDILE, 1997, p.77).

Stédile (1997), em suas reflexões, argumenta também sobre a necessidade de a economia brasileira ser pensada, sobretudo como economia nacional, abrangendo os problemas do país. Ao contrário, a economia, com todos os problemas sociais que a envolvem, "é tratada apenas como mercado, e esse mercado pode crescer desde que seja aberto ao capital internacional, que virá aqui com suas mercadorias e com seu capital financeiro, que anda circulando no mundo inteiro" (p.77). Assim, ainda segundo o autor, em

suas reflexões relacionadas com o desenvolvimento do capitalismo no campo, os mecanismos que o capital financeiro utilizou, para controlar a agricultura e acentuar a conflitualidade, foram:

(1) A compra com o excedente do capital financeiro pelos bancos de ações de médias e grandes empresas de diferentes setores da agricultura;

(2) A dolarização da economia mundial, que permitiu o aproveitamento das taxas de câmbio e entrada do capital estrangeiro nas economias nacionais, dominando, assim, o mercado de produtos agrícolas;

(3) A normatização das regras impostas pelos organismos internacionais[1], em acordos multilaterais para o comércio e produtos agrícolas, atendendo aos interesses de grandes capitais;

(4) Monetarização e financiamento da agroindústria pelos bancos, provocando cada vez mais dependência de créditos para o financiamento da produção, uma dupla estratégia de domínio do capital;

(5) Por último, nesse contexto opressor dos Estados Nacionais de economias capitalistas, o capital financeiro influenciou os governantes a abandonar as políticas públicas de proteção do mercado agrícola interno e da economia camponesa, contudo não os deixou esquecer as políticas de subsídios[2] para os latifúndios capitalistas.

Dessa forma, o domínio do capital financeiro sobre a agricultura, segundo o autor ainda, fez com que, nos últimos 20 anos, 30 das maiores empresas transnacionais controlassem quase toda a produção e comercialização agrícola do mundo. Nessa esfera econômica mundial da agricultura com impactos sociais, sobretudo nos países do capitalismo periférico, considerados mais como fornecedores de matérias-primas para os países ricos, a conjuntura econômica atual, sob controle das empresas transnacionais, possui as seguintes características:

- Oligopólio do controle da produção, do comércio mundial de produtos agrícolas e dos preços, por poucas empresas em todo o mundo;

[1] Organização Mundial do Comércio – OMC, Banco Mundial e Fundo Monetário Internacional – FMI.
[2] "através de isenções fiscais, nas exportações ou importações e nas aplicações de taxas de juro favoráveis a agricultura capitalista (STÉDILE, 2010).

- Aceleração do processo de centralização do capital em que uma mesma empresa controla a produção, o comércio de produtos agrícolas e setores da economia (insumos agrícolas, maquinaria, fármacos, sementes transgênicas, dentre outros);
- Associação cada vez maior dentro de uma mesma empresa, entre o capital industrial, comercial e o capital financeiro;
- Hegemonia das empresas sobre o conhecimento científico e sobre as tecnologias aplicadas a agricultura, ou seja, a agroindústria dependente de insumos produzidos fora da agricultura, difundida como única, melhor e mais barata forma de produzir no campo, não levando em conta as técnicas milenares do saber popular e da agroecologia;
- Imposição da propriedade privada, sobretudo das empresas, sobre os bens naturais; padronização do consumo de alimentos;
- Perda da soberania dos povos e dos países em relação aos alimentos e à produção, em decorrência da desnacionalização da propriedade fundiária, das agroindústrias, do comércio e da tecnologia;
- Produção em grande escala de monoculturas;
- Aliança nos países do sul entre grandes proprietários de terra, latifundiários e fazendeiros capitalistas, com as empresas transnacionais, acentuando a concentração fundiária, a mecanização dos processos produtivos, o uso de agrotóxicos e as migrações;
- Nova redivisão internacional da produção e do trabalho, processo de exploração dos países com economias capitalistas periféricas;
- Políticas públicas sociais, ambientais e políticas agrícolas subordinadas aos interesses do capital.

Considerando tais premissas, entendemos que esse processo, mesmo em suas particularidades, é contraditório e gera resistências que, necessariamente, levam a superá-lo, ou seja, as populações mais carentes do campo, sobretudo as unidas pelos movimentos sociais no processo de luta, podem conquistar a reforma agrária. De acordo com Stédile (2010), além das contradições citadas anteriormente, outras tão importantes quanto essas podem ser listadas:

- Modelo de produção da agroindústria totalmente dependente de insumos, como fertilizantes químicos e derivados do petróleo, que têm limites físicos naturais, o que resultará em uma expansão limitada em médio prazo;
- Usos cada vez mais acentuados de hormônios e remédios para a produção em massa de animais para abate em menor tempo, de agrotóxicos e de sementes transgênicas, que afetam tanto a saúde das populações, como também colocam em risco a biodiversidade, as águas e o clima;
- A produção da agricultura em grande escala, com o uso de maquinários e insumos agrícolas, retira paulatinamente alternativas de emprego e renda no campo, o que implica inchaços populacionais e mais problemas para as cidades;
- A biodiversidade, necessariamente, é destruída com agroindústria de monocultivos, o que altera, posteriormente, o regime de chuvas, o clima e acentua o aquecimento global;
- O controle do capital, a privatização da propriedade dos bens naturais, sobretudo a compra de terras pelas empresas estrangeiras, além de restringir o consumo para as populações de baixa renda e provocar graves consequências sociais, afeta a soberania dos países – o que poderá ampliar as revoltas sociais no campo e nas cidades;
- O oligopólio sobre os alimentos e sobre os preços condicionam os alimentos simplesmente ao aumento do lucro, o que agrava os problemas sociais entre as populações mais pobres com renda insuficiente para a compra dos alimentos, uma vez que, no agronegócio são produzidos apenas como mercadorias.

Assim, a compreensão mínima dos fatores considerados, até aqui, para o campo brasileiro, expõe uma série de outras contradições tratadas, posteriormente, e identificadas nas reivindicações dos movimentos de luta pela terra em Minas Gerais. As exposições teóricas contempladas, até o momento, foram apresentadas como investigações preliminares, básicas à percepção dos motivos que levam os camponeses, expulsos historicamente de suas terras, a se organizar e lutar pela terra, esta, para nós, não como privilégio, mas um direito, sobretudo por constituir-se como um meio de sobrevivência.

1.2. Territórios e territorialidades nos estudos de Geografia Agrária

A Geografia, Ciência que estuda as relações entre o homem e o meio pelo diálogo entre as ciências naturais e humanas, foi pensada desde 1750, quando houve a sua sistematização, no entanto avançou, sobretudo no início do século XIX, como Ciência capaz de contribuir para o avanço e domínio das relações capitalistas de produção. O pensamento geográfico, ao longo de sua história, com grandes debates, reuniu saberes, construiu e reconstruiu conceitos fundamentais ao campo de sua investigação científica. Esses conceitos foram definidos pela própria Geografia como categorias de análises: *espaço*, *região*, *território*, *lugar* e *paisagem*.

O território, não desconsiderando as outras categorias e ponderando que todas elas fazem parte da análise do espaço geográfico, em sua totalidade espaciotemporal, possui, de acordo com a Geografia, especialmente nos estudos do campo, os elementos necessários à aproximação do entendimento crítico dos conflitos no campo. Ao refletirmos sobre os conflitos por terra, água, pela preservação dos espaços de vida, parte deles modificados por grandes projetos de modernização e mercantilização dos espaços, avaliamos os conflitos agrários como inerentes às disputas pelo território. Portanto, saber sobre as relações sociais, econômicas, e essas como relações de poder no espaço, é saber sobre o território e sobre as contradições inerentes aos seus arranjos atuais, compostos de conflitualidades, apropriações econômicas, conflitos e impactos ambientais.

Nesse contexto, Santos e Silveira (2008), ao estudarem a história do território brasileiro e da sua formação, consideram a existência de três períodos: anterior à Segunda Guerra Mundial ou “anterior à unificação do território e do mercado”, o Brasil unificado, ou seja, “como fator dinâmico a indústria e como objetivo a construção nacional”, e, por último, o território ordenado ao processo da economia globalizada (p.265).

Para Santos (2008), o mundo global sugere territórios de acumulação “frenética” em qualquer parte do mundo, sendo que, para isso, é decisivo o papel dos “fluxos” e dos “sistemas de engenharias”. Os primeiros, também determinados pela quantidade e qualidade dos “fixos” no espaço, representam o “movimento, a circulação e o consumo”. Os “fixos”, como objetos técnicos e sociais, formam os “sistemas de engenharias”, entendidos como sistemas de domínio da natureza, que, por sua vez, formam um “conjunto de instrumentos de trabalho agregado à natureza e de outros instrumentos que se localizam sobre estes, uma ordem criada para o trabalho e por ele” (p.85-90).

> Passamos também de fluxos que são curtos no espaço, e que se exercem em áreas limitadas, a fluxos que abrangem frações do território cada vez maiores. Hoje, aliás, o mundo todo é o campo de ação dos fluxos que se expandem com o suporte dos novos sistemas de engenharias. (SANTOS, 2008, p.89)

O ordenamento territorial por meio, essencialmente, das políticas públicas, é que vai garantir a organização planejada dos espaços sob o domínio legítimo do Estado e das corporações, tendo em vista tanto a relação com o território, quanto da acumulação do capital. Nesse aspecto, o ordenamento, a partir das políticas públicas territoriais, permite-nos interpretá-las como dotadas de planos de emergência estratégica aos espaços, medidas administrativas das necessidades imediatas, de ações com impactos de longo e médio prazo, mas, mormente, de curto prazo, satisfação às demandas econômicas e ações de múltiplos interesses, alguns com relações de poder mais privilegiadas que outras. Todos esses aspectos fazem parte da lógica de ordenação do território. Nas palavras de Silva (2006), o

> [...] ordenamento territorial é uma forma singular de uso do território que apresenta um arranjo de objetos sociais, naturais e culturais historicamente estabelecido [...] não é apenas condição social de reprodução da ordem capitalista. É também reflexo de sua significação funcional e simbólica na totalidade social capitalista [...] resulta do avanço do processo de homogeneização (globalização) extensiva do capitalismo e de fragmentação (diferenciação) de parcelas do espaço geográfico em arranjos de objetos e ações articulados em rede [...] mais que uma organização espacial, uma "forma" [...] sistemas dinâmicos formados de objetos e de ações articulados em rede [...] uma trama de relações complementares e conflitantes que integra o lugar, a formação socioespacial e o mundo [...] anuncia a sociedade capitalista global e as significações própria do uso do território. (SILVA, 2006, p. 298)

O território também se configura como resultado do contrato histórico entre diferentes classes sociais (grupos), configura-se não só pelas lutas sociais, mas também pelas instituições públicas e privadas.

> Seja qual for o país e o estágio do seu desenvolvimento, há sempre nele uma configuração territorial formada pela constelação de recursos naturais, lagos, rios, planícies, montanhas e florestas e também de recursos criados: estradas de ferro e de rodagem, condutos de toda ordem, barragens, açudes, cidades, o que for. É esse conjunto de todas as coisas, arranjadas em sistema, que forma a configuração territorial cuja realidade e extensão se confundem com o próprio território de um país. (SANTOS, 2008, p.84)

A modernização de parte de um determinado território implica a materialização de políticas científicas e tecnológicas específicas, tais políticas irão garantir a competitividade dos lugares, pois, ao contar com a estrutura necessária (energia, universidades, conjuntos habitacionais, centros de pesquisa, serviços tecnológicos, etc.), oferecerão, dentro da lógica capitalista, os estímulos necessários à produção e reprodução do capital. Além disso,

> [...] no Brasil, ao Estado Desenvolvimentista correspondem, da mesma forma, os investimentos de vulto, a infraestrutura estratégica (portos, aeroportos, estradas, eletricidade, telecomunicações) e zonas industriais. As novas tendências de planejamento, que rompem com os antigos métodos que requerem investimentos de vulto, direcionam-se para novos fatores: treinamento geral da população, qualificação profissional, dinamismo das empresas regionais, qualidade e quantidade dos serviços prestados às empresas, presença de centros de pesquisa, universidades, etc. (RÜCKERT, 2004, p.10)

Assim, o território brasileiro não é formado e configurado apenas por elementos do presente, mas por sua história e transformações, fatores associados, principalmente, às políticas e planejamentos territoriais.

Compreender o que é o território é entender a organização e o controle do espaço por meio das relações políticas e sociais estratégicas, que perpassam pelos interesses econômicos de reconhecimento, comando e usos dos bens naturais. Entender como acontecem esses processos e como eles se aplicam no cotidiano é refletir, também, sobre o que ensina Raffestin (1980 [1993]), autor que traz outras importantes contribuições sobre território, territorialidade e os limites impostos pela ideologia hegemônica[3]. O território é resultado das ações de um ou mais sujeitos sobre o espaço, lança-se por meio de um valor projetado sobre ele após o interesse em apropriação de um determinado espaço. Este, configurado como um território, quando nele há determinações de um trabalho, energia, informação, interação política, econômica, social e cultural, ideológica e simbólica, que nele são aplicadas, sobretudo como relações marcadas pelo poder. Para Raffestin (1980 [1993]), as instâncias do poder sobre o território acontecem, também, pelo uso da cartografia, instrumento ideal para definir, delimitar e demarcar bens e fronteiras. Isso permite o exercício das funções legais, de controle, fiscal e ideológico, as quais expressam as relações entre o poder político e o poder econômico, havendo, sobretudo na atualidade, uma deformação no papel do Estado.

Nesse contexto, a territorialidade se expressa em todas as escalas sociais e espaciais. Ainda em Raffestin (1980 [1993]), a territorialidade é um conjunto de relações que se originam em um sistema que envolve sociedade, espaço e tempo, isso de maneira compatível com os recursos do sistema territorial. A territorialidade se inscreve no quadro da produção da troca e do consumo das coisas, não se deve determiná-la como uma simples ligação com o

---

[3] *Hegemonia* do grego *hegemon* líder - Em primeira instância, hegemonia significa simplesmente liderança, derivada diretamente de seu sentido etimológico. O termo ganhou um segundo significado, mais preciso, desenvolvido por Gramsci para designar um tipo particular de dominação. Nessa acepção, hegemonia é dominação consentida, especialmente de uma classe social ou nação sobre seus pares. Na sociedade capitalista, a burguesia detém a hegemonia mediante a produção de uma ideologia que apresenta a ordem social vigente, e sua forma de governo em particular, ademocracia, como se não perfeita, a melhor organização social possível. Quanto mais difundida a ideologia, tanto mais sólida a hegemonia e tanto menos necessidade do uso de violência explícita. Gramsci, Antonio (1926-37) *Cadernos da prisão* Stillo, Monica (1998).

espaço e sim como uma relação entre outros sujeitos que exercem poder sobre o espaço. A ideologia hegemônica, capaz de impor limites ao território e à territorialidade, é definida pelo autor como tecituras, ou seja, enquadramento do poder, exprime a área de exercício dos poderes ou a área de capacidade destes, são expressas na ordem política, econômica e ideológica (linguagem/imagem/símbolos/conhecimento). A ideologia dominante figura-se, ainda, como imperialismo inscrito notadamente na história das formações territoriais coloniais e no pensamento social, como no caso do território nacional brasileiro,

> [...] um produto socialmente produzido, um resultado histórico da relação de um grupo humano com o espaço que o abriga, [...] uma expressão da relação sociedade/espaço sendo impossível de ser pensado sem o recurso aos processos sociais, [...] um recorte analítico que objetiva uma visão angular específica da história [...] um espaço dotado de historicidade própria, que corresponderia à espacialidade de uma dada "formação econômica e social". [...] Em outras palavras, todo território tem uma história, que explica sua conformação e sua estrutura atual. Para apreendê-la, é necessário equacioná-la como um processo; daí o enunciado da formação territorial como objeto de pesquisa. Um objeto de análise histórica retrospectiva, uma vez que busca uma gênese de conjuntos espaciais contemporâneos, que no passado não necessariamente possuíam unidade e integração. Tomam-se, portanto, os territórios atuais como resultados de uma história cuja lógica é atribuída *post festum* (MORAES, 2000, p.18;21, itálico no original).

O território conquistado ou apropriado historicamente, construído pela sociedade ou por parte dela,

> [...] deve ser apreendido como síntese contraditória, como totalidade concreta do processo/modo de produção/distribuição/circulação/consumo e suas articulações e mediações supraestruturais (políticas, ideológicas, simbólicas, etc.) onde o Estado desempenha a função de regulação. O *território* é, assim, produto concreto da luta de classes travada pela sociedade no processo de produção de sua existência. Sociedade capitalista que está assentada em três classes sociais fundamentais: proletariado, burguesia e proprietários de terra [...] são as relações sociais de produção e o processo contínuo/contraditório de desenvolvimento das forças produtivas que dão a configuração histórica específica ao território. Logo, o território não é um *prius* ou um a priori, mas, a contínua luta da sociedade pela socialização igualmente contínua da natureza. (OLIVEIRA, 2002, p.74. *Itálico* no original).

Para Haesbaert (2004), o território é entendido em seu caráter múltiplo, considerando as diferentes escalas e dimensões materiais, simbólicas, jurídicas ou políticas. O território, nessa perspectiva, diz respeito à terra (vivida) dominada, símbolo de identificação, diz respeito, ainda, ao poder exercido sobre ela – ideológico, simbólico e político, uma apropriação subjetiva, cultural e prática. Os territórios devem ser diferenciados a partir do que os molda, a partir do movimento, do tempo – de acordo com os sujeitos que os conquistam ou

não, sujeitos estes formados tanto por grupos sociais como pelo Estado, empresas, instituições etc.

Na óptica de Haesbaert (2004), o território é observado teoricamente de modo a contrapor a visão tradicional do território em seu aspecto unifuncional, ou seja, o território caracterizado por zonas, abrigo físico, recursos materiais, meios de produção, fronteira e controle, conexões e redes, mobilidade, nódulos, informação e mercadoria. Ao contrário, propõe-se a identificar múltiplos territórios, que passam pelas análises uniterritoriais, político-funcional, flexíveis (sobreposição territorial) e da multiterritorialidade (multifuncionais e multi-identitários). O autor justifica sua compreensão dizendo:

> As implicações políticas desta distinção são importantes, pois sabemos que a disponibilidade do "recurso" multiterritorial – ou a possibilidade de ativar ou de vivenciar concomitantemente múltiplos territórios – é estrategicamente muito relevante na atualidade e, em geral, encontra-se acessível apenas a uma minoria. Assim, enquanto uma elite globalizada tem a opção de escolher entre os territórios que melhor lhe aprouver, vivenciando efetivamente uma multiterritorialidade, outros, na base da pirâmide social, não têm sequer a opção do "primeiro" território, o território como abrigo, fundamento mínimo de sua reprodução física cotidiana. [...] toda ação que efetivamente se pretenda transformadora, hoje, necessita, obrigatoriamente, encarar esta questão: ou se trabalha com a multiplicidade de nossos territórios, ou não se alcançará nenhuma mudança positivamente inovadora [...] Pensar multiterritorialmente é a única perspectiva para construir uma outra sociedade, ao mesmo tempo mais universalmente igualitária e mais multiculturalmente reconhecedora das diferenças humanas (HAESBAERT, 2004 apud Ibid., p.360).

Saquet (2007), ao falar da sua própria trajetória analítica, relembra que suas discussões acerca do território foram inicialmente consideradas, em 1993 e 1994, tendo como ponto de partida os conceitos de produção social do espaço, lugar de vida construído historicamente, a ordem capitalista e os processos econômicos, as ações e reações políticas e culturais. Logo depois, em 2000, suas discussões passaram a abordar a (i)materialidade do território e as territorialidades.

> O território é produto das relações sociedade-natureza e condição para a reprodução social; campo de forças que envolvem obras e relações sociais (econômicas-políticas-culturais), historicamente determinadas. [...] tentei pensar alguns elementos para uma argumentação teórico-método-lógica que articule, concomitantemente, o tempo, o espaço e o território, e aspectos da economia, da política e da cultura ([i]materialidade), na abordagem geográfica do território e do desenvolvimento econômico. O espaço e o território são vistos como ligados e indissociáveis. O processo de territorializaçao é um movimento historicamente determinado; é um dos produtos socioespaciais do movimento e das contradições sociais, sob as forças econômicas, políticas e culturais, que determinam as diferentes territorialidades, no tempo e no espaço, as próprias desterritorialidades e reterritorialidades (SAQUET, 2007, p.127).

As territorialidades, para Saquet (2007), estão associadas às forças e aos processos sociais, ao cotidiano dos indivíduos em diferentes centralidades e temporalidades, marcadas por desigualdades e diferenças, interesses econômicos, políticos e culturais. Elas acontecem em diferentes espaços do cotidiano e revelam uma complexidade social, envolvem relações de poder, dominação, consigo e com outros sujeitos, objetos e relações, envolvem, também, resistências, organização de luta, vivência e participações nas decisões. O processo de desenvolvimento do território ocorre nas dimensões material, histórica e multiescalar.

> Dessa maneira, o processo de apropriação e produção territorial pode ser compreendido reconhecendo-se a relação espaço-tempo, o domínio ou controle político, a apropriação simbólico-identitária e efetiva e, comcomitantemente, a dinâmica econômica, em unidade, no processo de reprodução da dominação social em que o Estado e os agentes do capital se fundem histórica e incessantemente. A apropriação, o controle político e as relações simbólicas são processos ligados ao capital. A rotação do capital também é envolvida por signos, significados e forças políticas (SAQUET, 2007, p.130).

Os processos de produção e transformação do território passam pelos processos de regionalização de determinadas parcelas, a fim de conhecê-las em seus aspectos físicos, culturais e econômicos, estes sobretudo; trata-se de levantar os bens naturais que podem ser apropriados. Percebe-se que, dentro do próprio território, além de uma divisão social, há uma divisão espacial do trabalho, muitas vezes, alheia à própria região, seus ocupantes não são consultados e nem todos são beneficiados pelos bens produzidos nas áreas delimitadas. O processo de regionalização do espaço, sob responsabilidade do Estado, torna-se fundamental ao controle econômico das ações hegemônicas de acumulação do capital, um pacto de integração entre estas ações e o território, mesmo que isso ocorra de forma desigual. Uma das formas de conhecer e, posteriormente, territorializar o espaço, ou seja, dominá-lo, é com o uso de técnicas num primeiro momento de ocupação, extração, depois, de reprodução do espaço, parra isso, os equipamentos públicos e privados são fundamentais.

O que possibilita, nesse contexto, uma integração e regulação econômica do território é a capacidade de conexão entre os lugares, entre as regiões, são seus equipamentos que dão um caráter de modernização aos espaços. São ainda as instituições governamentais, as entidades religiosas e, especialmente, os meios de comunicação, que, além de tudo, cuidam da disseminação e manutenção ideológica do sistema econômico e elevam o grau de alienação dos homens. O Estado assume um papel contrário à sua própria existência institucional como promotor dos interesses públicos, ou seja, de todos. No Brasil,

> A economia atual necessita de áreas contínuas, dotadas de infraestruturas coletivas, unitárias, realmente indissociáveis quanto ao seu uso produtivo [...] equipamento(s) chamado(s) coletivo(s) é (são), na verdade, feito(s) para o(s) serviço(s) das empresas hegemônicas. Construídas com dinheiro público, essas infraestruturas aprofundam o uso coletivo do território, deixando excluída ou depreciada a maior parte da economia e da população. (SANTOS; SILVEIRA, 2008, p.140)

O que deveria ser atribuição prioritária do Estado, a de garantia dos direitos fundamentais da sociedade, possibilitando mais justiça, igualdade, cumprimentos de todos os direitos previstos, sobretudo pautados por uma democracia real, passa, no processo de construção do território brasileiro, a cumprir as exigências, principalmente, de apenas alguns grupos sociais, os quais, em sua maioria, são representados pelos grandes empresários industriais e latifundiários, e detentores de cargos públicos.

Assim, destacamos o conhecimento sobre o território como sendo de suma importância para pensarmos as formas, as correlações de forças, as condições e implicações inerentes aos múltiplos territórios que se apresentam no mundo contemporâneo. A divisão social e territorial do trabalho implica as contradições, ou seja, aquilo que realmente se quer para a sociedade e o espaço. As influências para as transformações da sociedade e do espaço são adquiridas pelos discursos e pelo poder (simbólico e prático) em sociedades e territórios cada vez mais alienados ao processo de acumulação do capital – expressos, sobretudo na apropriação da força de trabalho e na apropriação dos bens naturais. Contudo, destaca Souza (2008), em homenagem a Milton Santos,

> O capitalismo não nasceu com a civilização e certamente não prosseguirá com ela, a política é algo que vai além do “eu”, das minhas pequenas ambições, meus pequenos sonhos e realidades para abranger o “nós” e quanto o mais o “nós” for abrangido e for para todo o mundo mais haverá política, não há política do “eu”, de uma classe só, de uma empresa só, de um Estado só, de um município só – acrescentaria eu: de um grupo só, lembrando-me da AGB – a política é o modo como nós projetamos, é como nos vemos num futuro possível, a política precisa propor as regras de convivência não as regras da divisão (SOUZA, 2008, vídeo).

As regras de convivência não significam pairarmos meramente diante do termo “regra” como uma norma, uma ordem, determinação legal, fruto de um discurso que, pelo seu caráter dominante, na lógica das representações capitalistas, impõem a todo custo, e sim, pautado na compreensão das diferenças, da liberdade real, no pensar, no exprimir, no opinar e no escolher e participar, considerando que desenvolvimento pode se expressar de outra forma, quando não puramente material, mas no desenvolvimento dos sujeitos de uma sociedade ou um grupo, no desenvolvimento que possibilite saber, pensar e escolher o que é melhor para o nós.

1.3. Os debates clássicos sobre o campesinato

A importância das exposições teóricas, a seguir, para o tema desta pesquisa está relacionada à compreensão do campesinato no processo de luta pela terra para permanência no campo. Os conflitos agrários, no Brasil, são explicados principalmente pelas disputas territoriais entre sem-terras e latifundiários, pequena produção ou produção familiar e agroindústrias, grandes monoculturas para exportação com insumos da agroindústria, os agronegócios. No caso da agroindústria, que atende aos interesses do capital, o monopólio de grandes extensões de terras e a exploração do trabalho são cada vez mais visíveis e conflitantes, patenteando, assim, as contradições inerentes ao desenvolvimento do capitalismo no campo. Por isso, os debates clássicos sobre o campesinato para o tema conflitos no campo em Minas Gerais auxiliam-nos na compreensão das transformações sociais e econômicas do campesinato mineiro formado por negros, índios, caipiras barranqueiros, cerradeiros, geraizeiros dentre outros. Os debates auxiliam-nos a entender, ainda, os problemas associados ao desenvolvimento do capitalismo no campo, questões que entendemos como contradições que influenciam diretamente tanto a produção camponesa quanto a própria produção capitalista da agricultura.

Nesse cenário, referimo-nos particularmente aos pobres e excluídos do campo como camponeses, por esta palavra remeter-se a uma expressão política associada à luta pela terra e aos problemas sociais no campo brasileiro. Além da luta histórica, consideramos as particularidades de manifestações nos territórios, ou seja, as formas de produção, os aspectos culturais e sociais próprios de diferentes grupos, mas que, como classe na estrutura social brasileira, lutam pela sobrevivência e seus territórios. As contribuições dos debates clássicos orientam-nos no sentido de percebermos os processos, as transformações e as consequências do capitalismo no campo que orientam a luta pela reforma agrária e direitos sociais básicos, dentre tantas outras reivindicações no campo mineiro.

As discussões sobre o campesinato e o problema agrário identificam-se, na obra “A Questão Agrária” (1980), de Kautsky, como internos ao modo de produção e acumulação capitalista. Tais temáticas são evidenciadas, em sua maioria, pelas discussões em torno do antagonismo de classes sociais – os capitalistas e o proletariado assalariado. Para esse pensador, a grande propriedade agrícola, por sua técnica de produção, é superior à agricultura camponesa e, com a evolução e industrialização da agricultura, introduziu nela oscilações e contradições. Nesse aspecto, constata-se que o latifúndio, por meio da mais-valia, configura-se como a melhor unidade para a produção capitalista no campo.

Para Kautsky (1980), o pequeno produtor familiar e sua propriedade diminuiriam ou desapareceriam subordinados às relações capitalistas, pois o campesinato, sob controle do processo de integração indústria-agricultura, no processo de desenvolvimento da agricultura capitalista, estaria pendular nas contradições que se expressam nesse processo, ou seja: novas carências surgiriam, como, por exemplo, a necessidade dos camponeses em obterem renda do capital para sua sobrevivência tanto no meio rural quanto no urbano, este, muitas vezes, como refúgio a outro modo de vida, em busca de melhores condições. A agricultura tornara-se uma fonte para a exploração industrial, o camponês, nesse arranjo, um operário sob a dependência técnica da exploração da indústria.

> Quanto mais tal processo avança, e mais se desagrega a indústria doméstica a que se dedicar primitivamente o camponês, tanto mais aumenta a sua necessidade de dinheiro, não apenas para compra de coisas indispensáveis, e mesmo supérfluas, mas também para a compra de coisas necessárias. Ele não pode mais lavrar a sua terra, não pode mais prover a sua manutenção sem dinheiro (KAUTSKY, 1980, p.31).

Aos camponeses, de acordo com Kautsky (1980), subordinados historicamente à nova ordem das relações capitalistas no campo, resta-lhes se organizarem, associarem e formarem cooperativas, pois, ao contrário, suas propriedades e seu modo de vida estariam fadados ao desaparecimento. Isso, para o desenvolvimento do capitalismo no campo, não seria conveniente, uma vez que a agroindústria depende da exploração tanto da pequena propriedade (matérias-primas), como da mão de obra assalariada. Quanto mais há a relação acumulação capitalista e agricultura, diferenciam-se as técnicas da grande e da pequena exploração no campo.

Kautsky (1980) deixou vários questionamentos, considerando as formas pré e não capitalista de produção da agricultura. Para ele, conforme sinalizam Alves e Silveira (s/d), é preciso pensar: quais transformações ocorreram na agricultura ao longo desse processo? Quais impactos causaram aos camponeses? Qual o destino dos camponeses que não acompanharam o ritmo do capitalismo na agricultura? Qual é a função dos camponeses no interior da sociedade capitalista?

Compartilhando da ideia de Kautsky (1980) a respeito da questão agrária, a obra de Lênin – “O Desenvolvimento do Capitalismo na Rússia” (1980) –, nalisou o desenvolvimento do capitalismo na agricultura e as consequências ao campesinato. Para ele, a decadência dos camponeses russos foi determinada pelas relações sociais associadas ao modo de produção capitalista, uma questão estrutural. Felicio (2011) ressalta que, para Lênin (1980), o desenvolvimento do capitalismo na agricultura ocorrido na Rússia caracterizou-se pela

separação entre a economia camponesa e a senhorial, preservando, assim, relações pré-capitalistas de produção, pois o domínio do capital promove a sujeição da renda da terra. Inicialmente, a força de trabalho como pagamento ao uso da terra. Para Lênin (1980), o avanço do capitalismo provocaria, em seu processo, a cooptação do campesinato "empregando uma variedade de meio e métodos", o que posteriormente, acarretaria sua eliminação (p.16).

Esses estudos consistiram em fornecer elementos para a compreensão do capitalismo na agricultura estadunidense, valendo-se de dados estatísticos do início do século XX, sobre a distinção entre as regiões Norte e Sul. A primeira, com uma agricultura predominantemente industrializada, com forte presença do trabalho assalariado. A segunda, com uma economia baseada na agricultura de parceria, semifeudal, sem uso do trabalho assalariado. Assim, confirmando a posição de Lênin a respeito do futuro do campesinato, destacamos:

> Com efeito, a tendência fundamental e principal do capitalismo consiste na eliminação da pequena produção pela grande, tanto na indústria quanto na agricultura. Contudo esta eliminação não deve ser compreendida apenas no sentido de uma expropriação imediata. Ela pode também assumir a forma de um longo processo de ruína, de deteriorização da situação econômica dos pequenos agricultores, capaz de se estender por anos e por décadas. Esta deteriorização se traduz no trabalho excessivo ou na péssima alimentação do pequeno agricultor, no seu endividamento, no fato de que o gado é mal alimentado e, em geral, de baixa qualidade, a terra não é bem cultivada, trabalhada, adubada, etc.; não há progresso técnico, etc. (LÊNIN, 1980, p. 45).

O essencial no desenvolvimento capitalista na agricultura foi a transformação do camponês em produtor de mercadoria pela via de cooptação, ou seja, à medida que se desenvolveu a produção mercantil, o pequeno produtor vendia o produto por ele produzido e, caso não estivesse na condição de proletariado que vendia a sua força de trabalho, estaria na condição de pequeno burguês inspirando o aumento de preços dos produtos do campo, um "pequeno agrarista" (LÊNIN, 1980, p. 59).

Felicio (2011) apontou bem essas questões e entendeu que, para Lênin (1980), a permanência do modo de produção camponesa é uma concepção oportunista e populista e que a evolução da agricultura, sob o modo de produção capitalista, centra-se na pequena e na grande produção de maneira vinculada e influenciada, contudo,

> [...] concordamos com Lênin (1980) que o campesinato não é parte do capitalismo por desenvolver outra lógica ao ocupar o território e nele estabelecer relações de produção que não são as mesmas do capitalismo. Portanto, a questão estrutural consiste no desenvolvimento do campesinato dentro do sistema capitalista sem ser parte dele e, contraditoriamente também, sendo parte dele. Essa questão estrutural está no centro da questão agrária como foi analisada por Lênin. Todavia, a história

> tem demonstrado para Lênin e para nós que, apesar da tendência fundamental do capitalismo, consistir "na eliminação da pequena produção pela grande, tanto na indústria quanto na agricultura" (LÊNIN, 1980, p. 64), o campesinato persiste lutando para se desenvolver no capitalismo mantendo sua independência, mesma que relativa (FELICIO, 2011, p.54).

Assim, de acordo com o autor, Lênin (1980) contribuiu de maneira significativa para uma das vertentes da Geografia Agrária, sobretudo em termos metodológicos, para a complexidade da questão agrária e dos paradigmas que a permeiam. A compreensão de um dos paradigmas, o da questão agrária, passa a ser reveladora da conflitualidade no campo, composta pela resistência do campesinato como alternativa à expansão dos projetos capitalistas.

De acordo ainda com a revisão de Felicio (2011), o economista soviético Chayanov (1974) considerou a existência e desenvolvimento do campesinato dentro capitalismo, mesmo de maneira contraditória, isso, em razão do campesinato diferenciar-se pela dinâmica da sua produção. Ao mesmo tempo em que a agricultura camponesa possui relações próprias, sociais e com o ambiente, ela depende de investimentos financeiros e técnicos para desenvolver-se; investimentos que podem ser adquiridos por meio das atividades artesanais e mercantis, a capacidade dessa condição estaria associada, também, ao número de pessoas no grupo familiar, o que confere um equilíbrio de trabalho e consumo,

> [...] então, emerge significação diferente. Por que excedente passa a adquirir o caráter abstrato de valor. As forças de exploração econômica e de produção criadas pela família estão predeterminadas, em grande parte, pelas condições objetivas econômicas gerais e naturais (FELICIO, 2011, p.58).

Como tendência contraditória constatada por Chayanov (1974), Felicio (2011) salienta que "a necessidade de gerar progresso através de uma produção maior e melhor e a ausência quase total de condições financeiras e técnicas que permitam atingir esse objetivo lançando o campesinato numa crise" (p.58).

Valendo-se do momento, destacamos que a teoria de Chayanov (1974), sobre as condições dos camponeses e a relação destes com o capitalismo, dialoga em parte com a teoria de Marx (2009) em "*O Capital*", sobretudo ao considerar as formas pré-capitalistas de produção.

> O processo que cria o sistema capitalista consiste apenas no processo que retira ao trabalhador a propriedade de seus meios de trabalho, um processo que transforma em capital os meios sociais de subsistência e os de produção e converte em assalariados os produtores diretos. A chamada acumulação primitiva é apenas o processo histórico que dissocia o trabalhador de produção. É considerada primitiva

> porque constitui a pré-história do capital e do modo de produção capitalista. A estrutura econômica da sociedade capitalista nasceu da estrutura econômica feudal. A decomposição desta liberou elementos para a formação daquela (MARX, 2009, p. 828).

Pode-se considerar, em Marx (2009), que a transformação da sociedade feudal em sociedade capitalista não ocorreu de forma pacífica, democrática, e sim com fortes elementos de coerções, corporativas e físicas, em destaque, a decomposição social e os elementos para a formação de outra sociedade. A diferença entre o posicionamento de Chayanov (1974) e Marx, (2009) em relação ao camponês e suas atividades econômicas, é que,

> [...] para Chayanov, o camponês não tende a ultrapassar um limite fixado por certas necessidades e do qual depende o grau de exploração de sua força de trabalho; se há um excedente, o equilíbrio se restabelece mediante uma redução, no ano seguinte, do desgaste de energia. Para Marx, quanto mais o camponês estiver imerso nas relações de mercado, novas necessidades serão criadas continuamente e todo o excedente em forma de dinheiro poderá ser utilizado de várias formas (PONTES, 2005, p.39).

Nessa perspectiva, a questão agrária ganha novos elementos em termos de debates e reflexões, mormente no que tange à produção camponesa e da agroindústria – o agronegócio, único sistema de produção viável atualmente na opinião dos capitalistas.

Outra importante reflexão está no pensamento de Shanin (1980), para quem o entendimento da questão agrária advém de três abordagens, segundo Felicio (2011): (1) a do campesinato, (2,3) da sua "função na sociedade e o desenvolvimento dessa sociedade na qual o campesinato evolui" (p.64). A realidade social pode ser entendida a partir de um grau elevado de estudos epistemológicos em que fiquem claras as especificidades e complexidades camponesas, consequentemente, os avanços do capitalismo na agricultura.

A UDC, como principal categoria de análise para os estudos russos no final do século XIX, variava em riqueza, tamanho e formas, dentre outras variedades de uma região para outra. Constatou-se igual variedade e heterogeneidade em termos de surgimento e desaparecimento da UDC dentro das comunidades. Tais características e transformações eram possíveis em virtude dos processos de partilha, o que "dá origem às novas unidades", fusão, extinção e emigração, acontecimentos que "faziam desaparecer as unidades considerando o seu tamanho e a sua riqueza [...], esses três processos eram mais frequentes nos estratos mais empobrecidos do campesinato russo". Tais processos, notadamente a emigração, eram responsáveis pela dinâmica que fazia a UDC desaparecer e reaparecer em comunidades diferentes. A disponibilidade de trabalho, terra e equipamentos de uma determinada UDC em relação à outra, era característica dos processos de fusão, o contrário, era feito para a

maximização da produção ou do lucro. A “lógica do desenvolvimento da agricultura camponesa segue outras matrizes se comparada a agricultura capitalista orientada para o acúmulo do capital” (FELICIO, 2011, p.66). Shanin (1980) aprofundou seus estudos nessa perspectiva, em relação à mobilidade das UDCs, com vistas às suas características de locomover para diferentes lugares e também de voltar para o lugar de origem. Essa mobilidade, associada a fatores biológicos (condições de produção ligadas a terra ou ao clima) e fatores econômicos (necessidades). A categoria de análise UDC, para Shanin (1980), era dual, ou seja, unidade de família e de produção.

> À essas duas dimensões, ele acrescentava outra: a de uma pequena unidade de produção de recursos muito limitados. Por conseguinte, elas estavam sujeitas, em grande medida, às poderosas forças da natureza, do mercado e do Estado. As flutuações naturais de clima produzem uma série, mais ou menos aleatória, de anos agrícolas bons e maus. As forças do mercado, o intercâmbio influenciaram notavelmente as economias das UDC que, no mínimo, teria que vender parte do seu produto para pagar impostos e comprar equipamentos (FELICIO, 2011, p.66-67).

Os estudos de Shanin (1980), sobre a revolução agrária e o campesinato na Rússia, destacaram que as duas etapas da revolução (1917-1918 e final de 1980 em diante) foram caracterizadas por ocupações de propriedades não camponesas maiores e ocupações pelos mais pobres de propriedades de outros camponeses ricos, almejando a igualdade, uma vez que já existia uma forma de expropriação de terras dos que tinham poucos recursos, transformando-os em camponeses sem-terra. Estes, em grande parte, responsáveis pela revolução agrária que germinou de forma organizada e com uma imensa força de adesão à causa agrária, constituindo-se em uma base ideológica política e social. Contudo “a mobilização política do campesinato se fez de forma extremamente limitada, seja pela submissão silenciosa, seja pela pressão e violência do poder estatal”, uma vez que a revolução e a guerra civil passaram para os poderes de outros domínios e grupos sociais, tais como para o Estado Russo e a elite soviética (FELICIO, 2011, p. 69-70).

Para Luxemburg (1985), é inerente ao capitalismo a busca por novos mercados, novas relações comerciais. Para este sistema, toda a mercadoria ou toda a produção em seu conjunto é alienada à sua forma pura de dinheiro/valor, pois como mercadoria, a mais-valia é inútil, uma vez que a produção não é para o consumo e sim para a geração de mais-valia. O capital/dinheiro/valor são as buscas incessantes da economia capitalista.

A lógica capitalista, para manter-se e evoluir, na perspectiva de Luxemburg (1985), precisa subordinar relações pré-capitalistas e manter relações não capitalistas, isso condiz com as injustiças do capital em manter o seu desenvolvimento igualmente às suas contradições. A

produção capitalista, portanto, não é a forma única e exclusiva dos países capitalistas, ela coexiste com outras formas simples de produção ou economias paralelas agrícolas ou artesanais, não capitalistas – pensamento que está de acordo com as estratégias de permanência do campesinato por meio da produção agroecológica e extrativista, bem como com as ações dos movimentos sociais de luta pela terra na atualidade.

A teoria de Luxembug (1985) é base filosófica e metodológica para os princípios e pressupostos teóricos de José de Souza Martins (sociólogo) e Ariovaldo Umbelino de Oliveira (geógrafo), dois importantes pesquisadores brasileiros que não apontam para o fim dos camponeses como outras correntes, e sim para as estratégias de resistência destes, ou seja, a resistência por parte dos camponeses como dependência contraditória do capitalismo.

> A compreensão teórica do que é o processo histórico de transformação da sociedade, o processo que resolve a contradição entre a produção social e a apropriação privada pela qual o capitalismo se constitui e se define, torna-se possível com o surgimento da classe operária, o trabalho expropriado e assalariado. Tal processo, na verdade, seria impedido pelo trabalhador, pelo camponês, que ergue sua resistência à expropriação capitalista, porque fazê-lo seria o mesmo que opor a resistência ao processo histórico, aos efeitos historicamente positivos da expropriação e do desenraizamento do campesinato, uma condição fundamental para o desenvolvimento do capitalismo (MARTINS, 1983, p.13)

Martins (2010), noutro momento, deixa clara a tendência do capitalismo em desenraizar (social e culturalmente) e expropriar (da terra e do modo de produzir) o campesinato, e não eliminá-lo do processo e da história, pois essa é, contraditoriamente, sua perfeita condição no desenvolvimento do capitalismo. Dialoga com Luxemburg (1985), ao afirmar: "venho orientando a minha pesquisa teórica e empírica pelo problema da produção capitalista de relações não capitalistas de produção no marco da reprodução capitalista do capital de origem não capitalista (MARTINS, 2010, p. 19). Para Oliveira (2001),

> A HISTÓRIA que marca a *Longa Marcha* do campesinato brasileiro está escrita nas lutas muitas vezes (ou quase sempre) sangrentas desta classe social. Ao abordá-la, deixo claro que minha compreensão a respeito da lógica do desenvolvimento capitalista moderno está calcada no entendimento de que tal desenvolvimento se faz de forma desigual e contraditória. Ou seja, parto do princípio de que o desenvolvimento do capitalismo – e a sua consequente expansão no campo – se faz de forma heterogênea, complexa e, portanto, plural. Este quadro de referência teórica, por consequência, está no oposto daquele que vê a expansão homogênea, total e absoluta do trabalho assalariado no campo com característica fundante do capitalismo moderno (OLIVEIRA, 2001, p. 185. Grifos no original).

Felicio ajuda concluir que:

> As contribuições teóricas de Luxemburg (1985), Martins (1979), Oliveira (2001), Pollan (2007) e Ploeg (2008) propiciaram refletir sobre a questão agrária atual e

> compreender o desenvolvimento da agricultura no capitalismo no qual o ocorrem o desenvolvimento das relações capitalistas de produção e as relações não capitalistas de produção. Elementos importantes para o nosso método de análise, diante do qual, o debate paradigmático propiciará o estudo das contradições implantadas pelo avanço do capitalismo na agricultura, bem como, a reprodução ampliada das contradições do sistema capitalista de produção (FELÍCIO, 2011, p. 64).

Portanto, a compreensão de Luxemburg (1985), bem como para os seus seguidores, ajuda-nos, de maneira mais clara, compreender não apenas a história passada, mas também o presente, este, como bem se revela no campo brasileiro, é complexo e marcado de constantes conflitos que reúnem os sem-terra, sem-teto, sem-água, sem-saúde, sem-escola, sem-oportunidades e sem-paz.

Os autores contemplados até aqui forneceram, e fornecem, elementos teóricos fundamentais para entendermos a diversidade do campesinato e dos seus territórios, assim como as questões que envolvem os conflitos pela terra e as correlações de forças políticas em que essas questões estão imbricadas.

1.4. Discussões dos paradigmas agrários e a contribuição do Paradigma da Questão Agrária (PQA)

A reforma agrária, principal reivindicação dos movimentos sociais de luta pela terra no Brasil, tem por objetivo proporcionar uma sociedade com oportunidades iguais de desenvolvimento social, econômico e cultural no campo. Ao contrário do que deveria, o Estado (sobretudo na figura dos parlamentares ruralistas) não vem cumprindo suas funções sociais e, sim, contribuindo de maneira significativa para gerar mais conflitos no campo, valendo-se de aliciamentos e investimentos aos interesses dos agronegócios. Nesse contexto, o campo brasileiro é, historicamente, território de conflitualidades, ou seja, um espaço que, na sua dimensão território dos agronegócios e da propriedade privada concentrada, é conflituoso, isso por envolver severas diversidades econômicas e sociais.

Por isso, apreender os fundamentos teóricos de pesquisadores de outras áreas de estudos e da Geografia, relacionando-os com os territórios seja do Estado, dos camponeses ou das grandes empresas que exploram o campo, permite-nos entender de fato a complexidade do campo em suas diversas escalas e dimensões – sociais, culturais, econômicas e biológicas.

Propomos duas pergunta inspiradoras para as próximas discussões nesse campo de debate: o que expressam política-ideológica-filosoficamente ambos os paradigmas, PCA e PQA, e qual possibilita a apreensão real das contradições presentes no campo brasileiro sob o modo de desenvolvimento e produção capitalista deste espaço?

Tais questões podem ser identificadas nas seguintes temáticas gerais que envolvem o campo desde o final do século XX: segurança alimentar versus soberania alimentar, latifundiários versus minifundiários, agronegócios versus produção familiar e produção camponesa, campesinato ou proletariado? Envolvem, ainda, estratégias de resistências por parte das famílias que integram os movimentos sociais de lutas pela terra, dos índios, seringueiros, cerradeiros etc. Resistências e estratégias que se configuram em lutas pelos direitos trabalhistas, pelas políticas agrícolas e agrárias de alcance justo e pela água, contra a devastação ambiental e social dos grandes empreendimentos, contra as opressões e seu aparato hegemônico, o que judicializa a questão agrária, promove a criminalização da pobreza e das lutas pela terra. Todas essas reivindicações, não como ilusionismo ou visão romântica do campo, como julgam e definem alguns autores, mas como realidades contraditórias no campo brasileiro.

Na Geografia Agrária, na Economia e Sociologia, diversos pesquisadores vêm contribuindo de forma significativa para os métodos de compreensão e análises do campo, possibilitando, assim, duas grandes orientações e, entre essas, diversas vertentes. As duas grandes orientações que dão suporte para o entendimento dos acontecimentos do presente como resultados de escolhas históricas, conferem como PCA e PQA. Inicialmente, podemos interpretar o termo "paradigma" como princípio, pressuposto, conhecimento, referencial, teórico-filosófico orientador. Kuhn (1998) identificou os paradigmas científicos como "realizações científicas universalmente reconhecidas que, durante algum tempo, fornecem problemas e soluções modelares para uma comunidade de praticantes de uma ciência" (p.13), os paradigmas partilham concepções políticas-ideológicas, formas de vida e cultura. Assim, os paradigmas partilham e fazem história, a própria história social e em sociedade, a história do espaço, pois os paradigmas de uma determinada sociedade podem transformar e dividir o espaço em territórios de saber e poder.

As transformações socioespaciais ocorridas no campo brasileiro, especialmente com a modernização das formas de produção na agricultura, engendraram, ao longo dos processos de transformações, impactos aos camponeses que, de diversas maneiras, resistiram, e ainda resistem, às condições do desenvolvimento capitalista, desenvolvimento defendido pelas orientações do PCA. Tais impactos aos camponeses refletem acúmulos desiguais de desenvolvimentos. As orientações do PCA não se constituem para os camponeses em possibilidades democráticas de obtenção dos meios de produção, de acesso à posse da terra, do trabalho livre para o sustento da família, ou seja, do trabalho não assalariado para a manutenção da família e, por último, daquilo que, para cada um, lhes proporcione qualidade

de vida. Não constituiu e não constitui ainda a principal parcela da renda gerada com o trabalho no campo.

A apropriação do campo, seja por meio da industrialização, da monocultura, da agropecuária, da renda territorial e agregação de valor ao solo, seja pela exploração da pequena ou da grande propriedade ou pelas formas modernas que exploram o trabalho no campo, territorializam de maneira hegemônica, mas não única, uma vez que há formas diversas de resistências e outras formas de produção da agricultura que priorizam a soberania alimentar e menos degradações dos ambientes. Nesse contexto, e processo espaciotemporal, Felicio (2006), ao tratar dos PCA e do PQA, possibilitou-nos interpretar o primeiro como "pensamento consensual, aquele que defende a expansão do capitalismo de maneira única e homogênea"; o segundo, como pensamento e posicionamento crítico, "aquele que defende o aprofundamento e a ampliação da discussão numa perspectiva que confronte o pensamento consensual possibilitando a compreensão das realidades em suas complexidades e diversidades" (p.19). O pensamento consensual, associado à via de desenvolvimento capitalista do campo PCA, está ligado ao RIMISP, vinculado ao Banco Mundial. O pensamento que confronta o consensual PQA, está ligado ao CLACSO, vinculado à Via Campesina.

Ambos os paradigmas, no contexto histórico econômico e social do campo, foram construídos ou pensados devido à complexidade das questões que envolvem a terra – o espaço, ou melhor, territórios das lutas de classes, lutas pela reforma agrária e, ao mesmo tempo, territórios apropriados pelo capital. Fernandes (2006), importante teórico e militante das questões que envolvem o campo, considerando a relevância mútua de ambos os paradigmas, tanto para o debate científico quanto para o posicionamento do pesquisador, posicionou-se[4] ante a compreensão do PCA, dizendo que, para os pesquisadores que adotam esse referencial teórico,

> [...] o espaço de análise de seus objetos, coisas e sujeitos é a sociedade capitalista, que é apresentada como totalidade. As perspectivas estão nas possibilidades de se tornar unidades do sistema. Assim a agricultura familiar é mais uma unidade do sistema, que caminha segundo os preceitos do capital. Daí, a facilidade dos movimentos camponeses, que se identificam com o paradigma do Capitalismo Agrário, em recusar a participação em eventos que confrontam as políticas propostas a partir da lógica do capital, como por exemplo, o Banco da Terra [...] A lógica do paradigma do Capitalismo Agrário cria um estado de mal-estar, quando o assunto a ser discutido implica contestar o capitalismo, porque isso lhe atinge o âmago. Este é o limite de sua ideologia. A desobediência só é permitida dentro dos parâmetros estipulados pelo desenvolvimento do capitalismo. A partir desse ponto é subversão.

[4] Conforme orientação do próprio Fernandes (2004), ver primeira análise sobre a questão em FERNANDES, Bernardo Mançano. Questão Agrária, pesquisa e MST. São Paulo: Cortez Editora, 2001.

> A "integração plena" carrega mais que um estado de subordinação contestada, contém o sentido da obediência às regras do jogo comandado pelo capital. Neste paradigma, o camponês só estará bem, se, integrado plenamente ao Capital (FERNANDES, 2006, p.22-23).

Para a interpretação das contradições que envolvem o campo brasileiro, o PCA[5] não fornece respostas completas, uma vez que se limita a perceber o campo e seu desenvolvimento apenas do ponto de vista e da lógica do capital, não deixa claras as desigualdades sociais e econômicas intrínsecas do próprio capitalismo, essa lógica produz riqueza e pobreza e, ao mesmo tempo, destrói, cria e recria territórios, produz oportunidades privilegiadas para uma minoria em detrimento de uma maioria. Essa perspectiva, contrária à compreensão de uma questão agrária, explica o contraditório como espaços marginais que assim são por ainda não terem sido integrados ao pleno capital.

> Dessa forma, penso que o capital trabalha com o movimento contraditório da desigualdade no processo de seu desenvolvimento. No caso brasileiro, o capitalismo atua desenvolvendo simultaneamente, na direção da implantação do trabalho assalariado, no campo em várias culturas e diferentes áreas do país [...]. Por outro lado, este mesmo capital desenvolve de forma articulada e contraditória a produção camponesa. Isto quer dizer que parto também do pressuposto de que o camponês não é um sujeito social de fora do capitalismo, mas um sujeito social de dentro dele (OLIVEIRA, 2001, p.185).

Para afirmar e se posicionar contrário à perspectiva da questão agrária, de compreensão dos sujeitos que resistem, os esclarecimentos são outros, ou seja, não tangíveis às contradições, mas justificadores, com base nas diversidades socioespaciais, que não deixam de ser válidas para pensarmos o campo, mas que não explicam as contradições como parte do próprio processo de desenvolvimento capitalista no campo. Navarro (2001) demonstrou com muita clareza sua opinião favorável ao PCA, argumentando,

> Em oposição, outras partes do país rural parecem ainda dormitar em contextos do passado, seja no plano da (falta de) integração econômica, seja no que concerne à natureza das relações sociais e políticas, que permanecem distantes de padrões de institucionalidade satisfatórios [...] esta heterogeneidade impõe decisões igualmente diferentes, se o desenvolvimento rural vier a ser um objetivo maior das decisões nacionais. Há que se aceitar, portanto, o pressuposto da relativa desimportância atual de uma "questão agrária nacional" (e, até mesmo, uma "questão agrícola") que a herança marxista do passado insiste em relevar, ignorando as mudanças recentes (NAVARRO, 2001, p.91-92).

Para Navarro (2001), não há uma questão agrária, ponto de vista explicitado ao perguntar em outro momento: "seria a reforma agrária, ainda que pontualmente, o foco para

---

[5] Uma obra destaque para o aprofundamento desse campo de análise é a tese de Ricardo Abramovay (1992) "Paradigmas do Capitalismo Agrário em Questão".

as demais regiões? Provavelmente não" (p.92). Essa pergunta e resposta foram pautadas, por exemplo, na opinião do autor, na inviabilidade de criação de assentamentos rurais na região Norte do país, tendo em vista a necessidade de preservação ambiental. Contudo, vale lembrar que umas das propostas dos movimentos de luta pela terra é a produção com base na matriz agroecológica, ou seja, sem uso de agrotóxicos, preservando, assim, os espaços conquistados. Portanto, sobre o entendimento dessa possibilidade de compreensão do campo e o que a possibilitou enquanto parte do debate, foi que,

> A facilidade com que o paradigma do Capitalismo Agrário se espacializou na academia, nos movimentos camponeses e nos governos, deve-se à carona que pegou no processo de implantação de políticas neoliberais: de flexibilização do trabalho, de fortalecimento do mercado com amplas aberturas, de diminuição do poder do Estado, de refluxo dos movimentos sindicais e dos movimentos camponeses, de aumento do desemprego e da criação de políticas compensatórias. Isso tudo foi acompanhado por uma mudança de intelectuais, políticos e partidos de esquerda para o centro e à direita, obscurecendo o espectro político, assim como a manifestação iluminada dos intelectuais de direita que tiveram os holofotes da grande mídia, com generosos espaços em periódicos de circulação nacional (FERNANDES, 2006, p.22).

Nesse contexto, o PCA representou a ruptura[6] com o PQA do campo marxista, assim, pouco se debate sobre as diferenças, resistências e contradições entre campesinato e agricultor familiar. O PQA, por outro lado, na condição de suporte teórico para a compreensão do campo brasileiro, em sua fundamentação teórica e metodológica, analisa as questões que envolvem o capital fundiário rentista, as contradições geradas pela (agro)industrialização da produção no campo, adequadas ao capital financeiro mundial e conduzidas por *commodities* em bolsas de valores. Ou seja, a produção no campo não pensada para a eliminação da fome em vários países do mundo como da África, Ásia e países da América Latina, mas como mercadorias negociadas no mercado financeiro sob o discurso de segurança alimentar[7]. O PQA analisa, ainda, a criação e recriação territorial de grandes capitais que promovem diferenciações econômicas e desigualdades sociais no campo, espaços de formação e resistências dos movimentos e camponeses que lutam pela terra a fim de trabalharem nela e se

---

[6] Felicio (2011), em sua tese de doutorado, defendida no Programa de Pos-Graduação em Geografia da FCT UNESP, considerou como teóricos contemporâneos do Paradigma do Capitalismo Agrário: Ricardo Abramovay (1998; 2003); José Eli da Veiga (1991); José Graziano da Silva (1981; 1988); Maria Nazareth Baudel Wanderley (2009); Zander Navarro (2010); Sergio Schenider (2006); Glaus Germer (2004); Marcel Jollivet (1988) e José de Souza Martins (2000) (esse último também teórico do Paradigma da Questão Agrária. Quanto à gênese desse paradigma, o autor destacou Henri Mendras (1984) e Hugues Lamarche (1993; 1998).

[7] Consideramos ainda que o problema da fome no mundo não seja uma questão que envolva a produção de alimentos ou a capacidade de produção, e sim uma questão de ordem política e econômica típica dos países de economia capitalista, por outro lado, países que não se enquadram de forma satisfatória aos órgãos de deliberações mundiais como FAO e Banco Mundial são, estrategicamente, prejudicados em sua capacidade de produzir e importar alimentos.

afirmarem como sujeitos do campo[8] – enfim, um método de análise que considera a realidade atual do campo levando em contra todas as premissas, sobretudo no âmbito das oportunidades desiguais. Assim,

> O paradigma da Questão Agrária manifesta o sentido da conflitualidade na leitura do desenvolvimento da agricultura como um movimento de destruição e recriação de relações sociais. O paradigma do Capitalismo Agrário revela o sentido da conflitualidade na interpretação do desenvolvimento da agricultura como um movimento de metamorfose do campesinato (FERNANDES, 2006, p. 15).

Quanto à gênese do PQA, ponderamos, aqui, também, sobre a importância de refletirmos sobre o desenvolvimento do capitalismo no campo e as transformações no espaço geográfico, bem como outros elementos importantes para a compreensão da atualidade, propomos, no contexto da questão agrária, reconhecer e destacar cinco pensadores e suas obras que dão suporte metodológico ao campo de pesquisa da Geografia Agrária: Kautsky (1980), Lênin (1980), Chayanov (1974), Luxemburg (1985) e Shanin (1980). Julgamos essa revisão como importante para a compreensão da questão agrária, uma vez que alguns destes pensadores defendem a superioridade da grande propriedade capitalista e a inevitável integração do agricultor à (agro)indústria. São referências para quem estuda o futuro do agronegócio e as contradições inerentes ao modo de produção capitalista no campo. Destaca-se, ainda, pela análise da apropriação do espaço agrário, segundo as vias do capitalismo, como o campesinato resiste e recria seus territórios[9].

Nessas circunstâncias, o PQA possui três vertentes de entendimento, conforme identificou Oliveira (2004) no trabalho "Geografia Agrária: perspectivas no início do século XXI", texto apresentado, inicialmente, em 1998, na Universidade de São Paulo, depois, revisado, e com novos elementos, no Simpósio Nacional e Internacional de Geografia Agrária (2004). O conteúdo teórico remete-se às contribuições de diversos autores em três grandes abordagens sobre o campo brasileiro, os quais tratam dos temas: agricultura, produção capitalista, contradições, conflitos pela terra e camponeses – todos expressando diferentes vertentes do PQA. Segundo Oliveira (2004), as compreensões na Geografia não foram imunes às influencias positivista, historicista ou racionalista, essas pelo viés do marxismo positivista ou historicista, tais vertentes tratam, principalmente, do futuro do campesinato.

---

[8] [...] No primeiro paradigma, as contradições geradas pelo desenvolvimento do capitalismo são as causas da permanência ou do fim do campesinato. No segundo paradigma, as relações sociais parciais e plenas, incompletas e completas são as causas de permanência ou do fim do campesinato (FERNANDES, 2006, p.16).

[9] Felicio (2011), além de destacar os pensadores clássicos à gênese do Paradigma da Questão Agrária, destacou ainda os teóricos contemporâneos: Jan Douwe Van Der Ploeg (2008); Eric Sabourin (2009); Armando Bartra (2007); Marcel Mazoyer e Laurence Roudart (1998); José de Souza Martins (1979; 1981; 1984 e 1994); José Vicente Tavares dos Santos; Ariovaldo Umbelino de Oliveira (1991); Delma Pessanha Neves (1995; 2007; 2008) e Bernardo Mançano Fernandes (1999; 2001; 2002; 2008 e 2009).

Umas das vertentes de compreensão do PQA entende a reforma agrária como um instrumento de avanço do capitalismo no campo e, assim, a superação de uma das etapas para se chegar ao socialismo. Entre os autores dessa concepção, conforme considera Oliveira (2004), estão Alberto Passos Guimarães (1981), Inácio Rangel (1981), Maurice Dobb (1974), Nelson Werneck Sodré (1962), dentre outros. A questão agrária, para o caso brasileiro, tem suas raízes na colonização do Brasil, fruto da expansão do comércio marítimo e desagregação do antigo regime feudal de Portugal.

Outra vertente de referência sobre os estudos que envolvem o campo brasileiro, segundo Oliveira (2004), é representada por Kautsky (1980), Lenin (1982), Caio Prado Jr. (1979), José Graziano da Silva (1981), Ruy Moreira (1986), dentre outros. Estes autores entendem que o campo, do ponto de vista do desenvolvimento capitalista, ao contrário do que considera a vertente abordada anteriormente, está se desenvolvendo, e que os camponeses como classe social, estão desaparecendo ou sendo transformados em proletariados, tais relações capitalistas de produção estão acontecendo desde o período colonial. Sendo assim, cabe ao Estado organizar e garantir os direitos básicos aos trabalhadores do campo.

> O que se escamoteia sob o nome de "pequena produção" é o *abismo social* que separa *camponeses* – para os quais o desenvolvimento capitalista significa [...] a fatal desestruturação – de *agricultores profissionais* – que se vêm mostrando capazes não de sobreviver (porque não são resquícios de uma passado em via mais ou menos acelerada de extinção), mas de formar a base fundamental do progresso técnico e do desenvolvimento do capitalismo na agricultura contemporânea (ABRAMOWAY, 1992, p. 211, itálico no original).

Entender as dificuldades enfrentadas pelo campesinato como consequências da pouca ou nenhuma integração ao processo de desenvolvimento do capitalismo no campo e não como inerente ao próprio processo, é entender o campesinato como fadado ao desaparecimento, uma vez que tais concepções compreendem a sociedade capitalista formada por apenas duas classes sociais – a burguesia e o proletariado – e não estes e o campesinato. Quanto à permanência destes, do seu modo de vida no campo socioeconomicamente, especialmente em termos de produção, cedem lugar ao agricultor familiar, tendo em vista a maximização da produção alcançada pela industrialização da agricultura por meio, sobretudo de insumos químicos, biológicos e tecnológicos. Os problemas do desenvolvimento capitalista na agricultura não são resolvidos, por exemplo, pela reforma agrária e sim com a inserção dos camponeses na produção agrícola para o mercado – agricultura familiar –, ou seja, as causas dos problemas no campo não aparecem como inerentes à lógica do capital e, sim, devido à não inserção nessa lógica.

A terceira vertente de compreensão, representada segundo Oliveira (2004), por Luxemburg (1976), José de Souza Martins[10], Margarida Maria Moura (1986), José Vicente Tavares (1978), Bernardo Mançano Fernandes[11], e Ariovaldo Umbelino de Oliveira[12], dentre outros, entende que o campesinato, ao contrário de desaparecer, vive e resiste ao processo de desenvolvimento capitalista no campo, pois, ao mesmo tempo em que as relações capitalistas avançam, prosseguem também as contradições inerentes a esse processo, isso, por meio do trabalho assalariado no campo, trabalho familiar, presença de posseiros e dos movimentos sociais de luta pela terra, configurando, assim, territórios tanto dos que resistem quanto da produção e reprodução do capital.

[10] (1979; 1980; 1981; 1984; 1986; 1989; 1993; 1994; 1997 – Considerados nas consultas de Oliveira 2004).
[11] (1994; 1996; 1999; 2000 – Considerados nas consultas de Oliveira 2004).
[12] (1986; 1987; 1981; 1991; 1998 – Considerados nas consultas de Oliveira 2004).

2 – A REFORMA AGRÁRIA NO BRASIL

2.1. A natureza do problema agrário e a reforma agrária

A distribuição desigual e antidemocrática de terras acontece no Brasil desde 1500, tempo em que o país foi controlado pela Coroa Portuguesa, conhecido como período do "Brasil Colonial". A grande propriedade, com pouca produtividade e utilização limitada, marcou o período inicial do século XVI, quando houve a escravização e o massacre dos índios, os quais foram expulsos de suas terras, para garantir a exploração do pau-brasil e da cana-de-açúcar pelos colonos portugueses, a fim de exportarem para Portugal. Na época (por volta de 1934), o direito de uso da terra era passado apenas aos mais próximos da Corte, aos de sobrenome nobre, pessoas de alta posição social, funcionários burocratas do reino, que se constituíam em capitães-donatários, ganhavam o direito sobre as Capitanias Hereditárias (faixas territoriais que iam do litoral até a linha imaginária denominada "Tratado de Tordesilhas"), bases político-administrativas de direito, garantido por meio da "Carta de Doação" e deveres a cumprir (pagamento de taxas, colonização e segurança das terras) estabelecidos no "Foral".

Outro sistema utilizado pela Coroa foi o das sesmarias, utilizadas, também, para produção, ocupação e controle do território. O uso da terra pelos colonizadores, já nesse período, esteve associado à produção da monocultura para exportação, por definição, "plantation", modelo de organização econômica em que se destacaram, além da produção por monocultura de produtos tropicais, os latifúndios e a mão de obra barata e escrava. Nesse período, o pau-brasil, a cana-de-açúcar e o café foram os principais produtos cultivados, com destaque para a cana-de-açúcar, com expressivo montante de capitais até meados do século XVIII.

O sistema de sesmarias (1375-1822), no período colonial, representou a primeira aplicação de uma legislação fundiária no Brasil, um regime jurídico básico para a resolução de conflitos administrativos agrários, o sistema, que durou até a Independência, garantia o direito de uso da terra aos posseiros, a fim de torná-las produtivas, o contrário, sob pena de perda de direitos (OLIVEIRA; FARIA, 2009, p.3). Os sistemas de capitanias e de sesmarias foram extintos em decorrência do fracasso administrativo dos capitães-donatários, ora por falta de recurso e conflitos com os índios, ora por ameaças à grande propriedade, com exceções das Capitanias de Pernambuco ao Norte e de São Vicente ao Sul do país – Capitanias que prosperaram, essencialmente com a plantação da cana-de-açúcar. O sistema

sesmeiro foi extinto por Dom Pedro em 1822. A partir de então, outra legislação fundiária entrou em vigor em 1850 – a Lei de Terras.

Promulgada por D. Pedro II, a Lei de Terras contribuiu para preservar a concentrada estrutura fundiária do país e privilegiar a elite agrária. Representou um marco jurídico da constituição da propriedade privada no Brasil, garantindo, assim, a obtenção da terra apenas pela compra e venda entre os proprietários ou obtenção de terra devolutas em leilões públicos, a posse da terra passou, assim, a ser considerada crime sob pena de punição.

A Lei de Terras tornou-se mais uma vitória, considerando a pressão da elite agrária já beneficiada com o autoritarismo da Constituição de 1824, período em que os grupos políticos existentes eram restritos aos grandes proprietários de terra, em particular no Período Regencial (1831-1840), quando D. Pedro II ainda não podia exercer ou ocupar o cargo de Rei devido à menor idade. A pressão da elite latifundiária foi em torno da manutenção da estrutura política centralizada, pelo poder e *status quo*, perante os conglomerados urbanos e rurais marginalizados socioeconomicamente. No início, em meio a tantas agitações e revoltas políticas e sociais, o Período Regencial foi marcado por conflitos históricos, tais como Revolução Farroupilha ou Guerra dos Farrapos no Rio Grande do Sul (1835-1845), Sabinada na Bahia (1837-1838), Cabanagem no Pará (1835-1840) e Balaiada no Maranhão (1938-1841).

É importante destacar, ainda, que a Lei de Terras foi aprovada no mesmo ano em que aprovaram a Lei Eusébio de Queiróz (1850), que pôs fim ao tráfico de escravos, com sinais de que a escravidão legitimada estava chegando ao fim, mas a elite política e latifundiária, por meio da Lei de Terras, impedia também os negros do acesso à terra.

> [...] a Lei de Terras instituiu no Brasil o cativeiro da terra — aqui as terras não eram e não são livres, mas cativas [...]. No processo de substituição do trabalho escravo, a nova forma de propriedade da terra desempenhou um papel fundamental como instrumento de preservação da ordem social e política baseada na economia colonial, na dependência externa e nos interesses dos grandes latifundiários (MARTINS, 1980 apud OLIVEIRA, 2009. p. 4).

Quando a mão de obra era legitimamente escrava, a terra era livre, porém com a mão de obra "livre" assalariada, a terra passou a ser "escrava" – em sua forma rentista de acumulação da riqueza. Isso não quer dizer que o trabalho escravo passou a ser livre de um dia para o outro com a promulgação da Lei Áurea (1888), outras relações de trabalho não menos escravas aconteceram de maneira gradativa ao assalariamento, até por volta de 1950, nas fazendas de café, conforme identifica Martins (2010).

> O trabalho livre gerado pela crise da escravidão negra diferia qualitativamente do trabalho livre do agregado, pois era definido por uma nova relação entre o fazendeiro e o trabalhador. O trabalho livre que veio substituir o escravo dele não diferia por estar divorciado dos meios de produção, característica comum em ambos. Mas diferia na medida e que o trabalho livre se baseava na separação do trabalhador de sua força de trabalho, que no escravo se confundia, e nela se fundava sua sujeição ao capital personificado no proprietário da terra (p.30).

O que o trabalho livre expressou, na verdade, foi a emergência do novo para manter o velho, as seja, a continuidade do poder político e agrário sobre o território e sua exploração rentista, notadamente pela concentração fundiária. Sobre a emergência do novo, Martins (2010) comenta que

> [...] as transformações das relações de produção como meio para preservar a economia colonial de exportação, isto é, para preservar o padrão de realização do capitalismo no Brasil, que se definia pela subordinação da produção ao comércio. Tratava-se de mudar para manter (p.31).

Entre 1850 e 1889 – fim do período colonial, com a tentativa da elite brasileira em manter cada vez mais o país sob a ordem econômica capitalista, foi favorecida a chegada ao país dos primeiros trabalhadores imigrantes – italianos, árabes, espanhóis e japoneses. O país passava por um período de transformações econômicas e sociais, abriram-se estradas de ferro, sendo a primeira em 1854, denominada Estrada de Ferro Mauá[13]. Foram implantadas usinas hidrelétricas, instaladas a iluminação pública permanente e a telefonia para fins comerciais.

> O período de 1850/1890 se caracteriza pela gradativa redução do trabalho escravo e a introdução do trabalho livre nas fazendas de café do Oeste paulista. O resultado final é a constituição de um novo complexo – o cafeeiro –, que mantém ainda internalizada (em bases artesanais) a produção de meios de produção para as fazendas de café (casas, equipamentos, animais de trabalho etc.) e de parte da força de trabalho (a roça de subsistência do colono). Todavia algumas atividades já se separaram do complexo cafeeiro, quebrando aquela rígida estrutura autárquica do complexo rural: cria-se um setor independente de formadores de café; separam-se também alguns pequenos produtores de alimentos e de pequenas indústrias rurais (principalmente aguardente) para o abastecimento das cidades e vilas que se formavam; desenvolve-se a produção de algodão com base nas relações de parceria e articulada com indústria têxtil, que já nasce como grande indústria em 1880, e criam-se atividades manufatureiras nas cidades (oficinas de reparo, manufatura de louças, chapéus e outros bens de consumo não-duráveis) (KAGEIAMA et al., 1990, p.117).

Ao longo desse processo, aprofundaram-se as contradições associadas à concentração de renda e da terra, produção e distribuição da riqueza, bem como as

[13] Após a inauguração da Estrada de Ferro Mauá, sucederam-se as seguintes ferrovias, todas em bitola de 1,60m: Ferrovia Recife ao São Francisco (1858), Ferrovia D. Pedro II (1858), Ferrovia Bahia ao São Francisco (1860), Ferrovia Santos a Jundiaí (1867) e Ferrovia Companhia Paulista (1872). Fonte: DNIT (2012)

reivindicações por melhorias sociais. Com o apoio de latifundiários escravistas, descontentes por não terem recebido indenizações com a abolição da escravatura, mais os militares que haviam rompido com o regime monárquico e religioso, insatisfeitos com o imperador, em 15 de novembro de 1889, militares do Exército brasileiro, chefiados pelo Marechal Deodoro da Fonseca, depõem D. Pedro II e assim foi instituída a República Federativa dos Estados Unidos do Brasil – o que, posteriormente, evidenciou, no Brasil, um período de grandes problemas e revoltas sociais, sobretudo em torno da luta pela terra.

2.2. O debate sobre a reforma agrária e a opção pela modernização da agricultura nos anos 1960

A luta pela terra, pela reforma agrária configura-se como pauta histórica no país, passando por períodos marcantes, como entre os anos de 1945[14] a 1964[15], com grandes repercussões sobre as manifestações no Nordeste brasileiro e formação da SAPPP em 1955, conhecida, nacionalmente, como Liga Camponesa da Galiléia, movimento que disseminou em grande parte do território brasileiro as reivindicações pela reforma agrária. Não desconsiderando a temporalidade social, política e espacial, mas levando em conta os períodos mais relevantes da questão agrária no país, destacamos que as discussões teóricas e políticas a favor da reforma agrária, no Brasil, tiveram início no pós-guerra (1945), já o discurso conservador contrário, que defendeu a modernização técnica do campo, prevaleceu no pós-Golpe Militar (1964). O debate iniciou devido à reprodução da estagnação social e econômica, altamente desigual, sobretudo no campo pós-Revolução de 1930, evento histórico, que fortaleceu no Brasil mudanças no pensamento social brasileiro.

A crise de 1929, com a quebra da bolsa de Nova York, provocou impactos na economia mundial. No Brasil, o momento foi percebido com a diminuição nos preços do café, o que gerou insatisfação dos cafeicultores os quais buscavam auxílio no governo federal. Com isso, acelerou-se o processo de urbanização, e a burguesia juntamente com intelectuais e representantes da classe operária, que cresciam com o processo de industrialização, começaram a participar cada vez mais da política.

Entre os principais representantes da construção do debate em torno da reforma agrária (uma questão agrária) estão, de acordo com Delgado (2005), o PCB, os setores reformistas da Igreja Católica, a CEPAL, e economistas conservadores, são representados,

---

[14] Surgimento das Ligas Camponesas no Brasil de acordo com Gaspar (2009).
[15] Golpe Militar

inicialmente, na figura de Antonio Delfim Neto – professor da Universidade de São Paulo e ex-ministro da Fazenda dentre outros cargos públicos ocupados.

O campo de debate do PCB, partido fundado em 1922, traduzia os ideais libertários dos operários, e uma real intervenção social, na questão agrária, contou com a participação de Caio Prado Jr., Inácio Rangel, Alberto Passos Guimarães, dentre outros, como Astrojildo Pereira (um de seus fundadores), Graciliano Ramos e Mário Schenberg.

A principal tese quanto à questão agrária, de acordo com Delgado (2005), tinha como pauta as relações sociais e o trabalho no campo, assim como a superpopulação rural e não liberação de mão de obra ou o excesso para outros setores, causas das condições sub-humanas de vida de grande parte da população, e que, por isso, defenderam uma legislação social-trabalhista no campo, além disso, Alberto Passos Guimarães, por exemplo, defendia que a agricultura assemelhava-se a "restos feudais". A reforma agrária, até então em segundo plano, seria capaz de diminuir as diferenças no campo e extinguir os "restos feudais", e proporcionar soluções alternativas à grande população rural.

Segundo Delgado (2005, p. 53), a CEPAL destacou-se pelo "caráter inelástico da oferta de alimentos às pressões da demanda urbana e industrial", problema estrutural do setor agrícola, o que justificaria a reforma agrária e as transformações nas relações de trabalho rural, causas das tensões econômicas e das crises de abastecimento de alimentos.

A CEPAL, criada em 25 de fevereiro de 1948, é uma organização composta por representantes de todos os países da América Latina e do Caribe, e, no Brasil, teve como principal protagonista Celso Monteiro Furtado, economista e intelectual brasileiro.

> [...] é uma das cinco comissões econômicas regionais das Nações Unidas (ONU). Foi criada para monitorar as políticas direcionadas à promoção do desenvolvimento econômico da região latino-americana, assessorar as ações encaminhadas para sua promoção e contribuir para reforçar as relações econômicas dos países da área, tanto entre si como com as demais nações do mundo. Posteriormente, seu trabalho ampliou-se para os países do Caribe e se incorporou o objetivo de promover o desenvolvimento social e sustentável (CEPAL BRASIL, 2012).

A Igreja Católica contribuiu com o debate da reforma agrária, uma vez que, entre os anos de 1950 e 1960, promoveu debates sobre a aplicação da doutrina social capaz de amenizar as injustiças no campo. Nesse período, houve a criação da CNBB, em 1952 e, mais tarde, a CPT, em 1975. Essas representações discutiam, principalmente, entre outros assuntos, a função social da terra associada à reforma agrária. A história da instituição no Brasil está ligada, dentre outros momentos, à ampliação de sua base social para além das elites, uma abertura às camadas médias e populares, e às questões que envolvem a fome e o

desemprego como problemas sociais que passam a fazer parte das discussões entre representantes da base católica.

Os economistas conservadores, contrários à reforma agrária da base social, defendiam como resolução do problema agrário brasileiro a modernização técnica da agricultura como uma resposta funcional à demanda social e econômica do país.

> O elemento que dá unidade às diversas atividades dos complexos agroindustriais é que todas elas são atividades do *capital*, com regulação macroeconômica mais geral. As ligações intercapitais não são apenas técnicas, mas sobretudo financeiras. A compra de insumos pela agricultura, por exemplo, impõe-se a principio como necessidade técnica, mas implica, de imediato, a necessidade de financiamento. Este não será mais feito a partir de agentes isolados [...] e sim através do *sistema financeiro* instalado, o qual se torna um parâmetro a soldar o movimento da agricultura com o movimento geral da economia [...] esse sistema passa a ser fundamental na soldagem dos CAIs com o movimento global da acumulação (KAGEYAMA et al., 1990, p.122-123).

Nesse contexto, o período foi marcado pela diversidade das frentes políticas e intelectuais em torno da reforma agrária, opiniões contra e a favor, do processo de modernização da agricultura e da estrutura agrária concentrada, bem como da atuação do Estado em torno de tais questões.

O padrão tecnológico difundido a partir da Revolução Verde especifica um novo modelo baseado na industrialização dos produtos agrícolas (agroindustrialização) e nos insumos para o campo (indústrias para o campo), produzidos em larga escala. Assim o padrão envolve:

- Uso de sementes geneticamente modificadas, produzidas a partir da polinização cruzada de plantas (sementes híbridas);
- Insumos industriais (ferramentas, fertilizantes, agrotóxicos, mecanização);
- Administração de plantio direto ou indireto, produção de monoculturas em grande escala;
- Programas financeiros com tipos de créditos específicos que viabilizem a difusão das tecnologias;
- Instituições mundiais, nacionais e estaduais específicas por políticas e por tipo de produto (Exp.: FAO, CGIAR, EMBRAPA, EMATER-MG);
- Apropriação e controle de tecnologias para o campo, um verdadeiro processo de capitalização da pesquisa, proporcionando, não por acaso, o aumento das

despesas com o cultivo e o endividamento dos pequenos agricultores; envolvem agressões ao ambiente;

- Protecionismo e dependência entre países.

De acordo com Gonçalves (2006), a fome na Europa no pós-Segunda Guerra, além de significativa, expressou um sentimento de medo e insegurança alimentar, em parte, em virtude da destruição de redes de comunicação, transporte e a ida dos homens à guerra. O autor argumenta, ainda, que,

> O espectro da fome rondava o mundo num contexto marcado por forte polarização ideológica, o que tornava as lutas de classes particularmente explosivas no período. A própria denominação Revolução Verde para o conjunto de transformações nas relações de poder, por meio da tecnologia, indica o caráter político e ideológico que estava implicado. A Revolução Verde se desenvolveu procurando deslocar o sentido social e político das lutas contra a fome e a miséria, sobretudo após a Revolução Chinesa, Camponesa e Comunista, de 1949. Afinal, a grande marcha de camponeses lutando contra a fome brandindo bandeiras vermelhas deixara fortes marcas no imaginário. A revolução verde tentou, assim, despolitizar o debate da fome atribuindo-lhe um caráter estritamente técnico. O verde dessa revolução reflete o medo do perigo vermelho, como se dizia à época. Há, aqui, com essa expressão Revolução Verde, uma técnica própria da política, aqui por meio da retórica (GONÇALVES, 2006, p.226).

O desenvolvimento do capitalismo, na agricultura, associado à segurança alimentar, tem suas raízes na crise econômica pós-Segunda Guerra Mundial, e sua legitimação está fortemente associada à capacidade de produção de alimento, aumento da população e eliminação da fome no mundo, discursos associados à Revolução Verde[16]. Perguntado se a Revolução Verde dera certo, Norman E. Borlaug, considerado o "pai da Revolução Verde" e ganhador do Prêmio Nobel da Paz em 1970, disse:

> Ela foi necessária para o mundo industrializado pensar em investir na produção de alimentos com tecnologia. Se isso foi crucial para alimentar parte dos 6 bilhões de habitantes, será mais ainda quando atingirmos 10 bilhões de pessoas em 2025. Não foram as revoluções soviética ou iraniana que produziram esse pensamento. Foi a Revolução Verde que não gera sofrimento aos povos, pois se preocupou com a produção de alimentos (Entrevista Globo Rural, s/d).

O que se pode perceber, na verdade, é que a Revolução Verde foi também uma alternativa das grandes indústrias de guerra dos anos 40 em manterem seus lucros e atuação no mercado internacional, inicialmente, a *Rockfeller* e a *Ford*. O que antes era aplicado na guerra passou a ser aplicado na agricultura – explosivos foram transformados em adubos

[16] Consideram-se, inicialmente, para tais questões, as diferenças entre segurança alimentar e soberania alimentar.

sintéticos, químicos, gases letais em agrotóxicos (herbicidas, fungicidas, inseticidas e fertilizantes químicos), tanques de guerra em tratores.

O que sucedeu desse processo não foi a eliminação da fome no mundo e, sim, intensos processos de urbanização, cruzamentos genéticos de plantas, patenteamento de sementes que geram taxas – *royalties* –, cobradas aos agricultores pelo uso dessas sementes, larga escala de monoculturas, grandes lucros para empresas e países que sediam as transnacionais do agronegócio, tais como Monsanto, Cargill, Bunge, Syngenta, Bayer e Basf, fato que amplia as desigualdades sociais e a má distribuição de alimentos, subordinação da agricultura à lógica do modelo agrário imperialista, impactos ambientais e à saúde devido ao uso intensivo de agrotóxico, e a diminuição da biodiversidade.

As especificidades da agricultura anterior ao seu desenvolvimento capitalista foi o oposto da configuração atual, que, cada vez mais, se associou ao chamado "progresso técnico" e superação dos obstáculos da natureza. São estes os elementos iniciais que ajudam a compreender o modo de produção capitalista da agricultura em suas diversas formas e frentes de atuação – agroindústrias, agronegócios, agrohidronegócios e agrocombustíveis. As inovações advindas do desenvolvimento capitalista "colocam a natureza a serviço do capital, possibilitando a transformação da agricultura num ramo da indústria" (GRAZIANO DA SILVA, 1999, p.46).

As características específicas da agricultura capitalista e do chamado progresso técnico podem ser compreendidas a partir das contribuições de Graziano da Silva (1999). O autor destacou que o desenvolvimento capitalista na agricultura está associado à redução da mão de obra no campo e aumento da produtividade na agricultura, por meio das inovações mecânicas, físico-químicas, biológicas e agronômicas, capazes de superar os "obstáculos" naturais associados aos fenômenos da natureza, como, por exemplo, o clima, tipos de solos e topografias.

O progresso técnico na agricultura compreendeu, e compreende, as inovações, como máquinas, equipamentos, meios de produção, fertilidade dos solos, alteração das especificidades dos processos biológicos e das condicionantes naturais do meio ambiente e, especialmente, aumento da velocidade de rotação do capital – todas associadas à continuidade dos ciclos produtivos cada vez menos barrados pelas disponibilidades de condições naturais e esgotamento dos bens naturais. Para Fernandes (2006), pensando a "invisível" conflitualidade ou aquilo que a imagem do agronegócio tenta esconder,

> O desenvolvimento do conhecimento que provocou as mudanças tecnológicas foi construído a partir da estrutura do modo capitalista de produção. De modo que

> houve o aperfeiçoamento do processo, mas não a solução dos problemas socioeconômicos e políticos: o latifúndio efetua a exclusão pela improdutividade, o agronegócio promove a exclusão pela intensa produtividade. A agricultura capitalista ou agricultura patronal ou agricultura empresarial ou agronegócio, qualquer que seja o eufemismo utilizado, não pode esconder o que está na sua raiz, na sua lógica: a concentração e a exploração [...]. O aumento da produtividade dilatou a sua contradição central: a desigualdade. A utilização de novas tecnologias tem possibilitado, cada vez mais, uma produção maior em áreas menores. Esse processo significou concentração de poder – consequentemente – de riqueza e de território. Essa expansão tem como ponto central o controle do conhecimento técnico, por meio de uma agricultura científica globalizada. (FERNANDE, 2006, p.38-39).

Estão associados ao progresso técnico, ainda, os impulsos concedidos tanto pelo Estado, no que diz respeito às políticas públicas, créditos e outros investimentos técnico-científicos, quanto pelas indústrias de bens de produção na agricultura, que configuram um padrão produtivo e a definição de uma escala mínima ou patamar mínimo de produção, para início ou permanência em determinado ramo da atividade agrícola. Nesse contexto, as crises de superprodução na agricultura reconfiguram as estrutura de mercados em determinados momentos. Algumas outras consequências associadas ao progresso técnico na agricultura são as dependências dos processos biológicos alterados, das inovações e o aumento do tempo de não-trabalho, tendo em vista a baixa necessidade de divisão do trabalho no ciclo produtivo, que se expressa mais pela cooperação simples – "quanto maior for a diferença entre o tempo de produção e tempo de trabalho efetivo, menor será o período de valorização do capital" (GRAZIANO DA SILVA, 1999, p.42), por outro lado,

> A apologia ao agronegócio, realizada pela mídia, pelas empresas e pelo Estado, é uma forma de criar uma espécie de blindagem desse modelo, procurando invisibilizar sua conflitualidade. O agronegócio procura representar a imagem da produtividade, da geração de riquezas para o país. Desse modo, aparece como espaço produtivo por excelência, cuja supremacia não pode ser ameaçada pela ocupação da terra. Se o território do latifúndio pode ser desapropriado para a implantação de projetos de reforma agrária, o território do agronegócio apresenta-se como sagrado, que não pode ser violado. O agronegócio é um novo tipo de latifúndio e ainda mais amplo, agora não concentra e domina apenas a terra, mas também a tecnologia de produção e as políticas de desenvolvimento. A fundação do agronegócio expandiu a conflitualidade, ampliando o controle sobre o território e as relações sociais, agudizando as injustiças sociais (FERNANDES, 2004, p.38).

Para Delgado (2004), a reforma agrária, do ponto de vista do capitalismo, defendida mais como uma reforma agrícola, ou mesmo no que diz respeito à estrutura fundiária, considerada como capaz de cumprir a função de dar pleno desenvolvimento ao capitalismo nacional –, ou seja, não implicava uma questão agrária e sim um problema econômico, que devia ser resolvido com a liberação de mão de obra sem diminuição da quantidade de

alimentos produzidos no campo e criação de mercados para a indústria, dentre outras iniciativas.

2.3. A reforma agrária no contexto das políticas públicas a partir de 1960

O período que corresponde ao governo de João Goulart (1961-1963) foi marcado, considerando as reflexões anteriores, por intensos conflitos de terra e mobilização tanto da opinião pública quanto do governo no país. A intensificação dos conflitos colocou a reforma agrária na pauta e no centro da discussão, uma medida importante para o avanço do socialismo, segundo os movimentos sociais e a esquerda da época. A discussão arregimentou tanto os movimentos de apoio à reforma agrária, quanto a igreja católica e os políticos opositores ao governo. A reforma agrária era percebida como capaz de eliminar a concentração de terras (vista como obstáculo ao desenvolvimento econômico e social do país na época), um dos mais graves problemas sociais da época, que resultava em um padrão concentrador de riqueza, poder e de privilégios. Além disso, poderia minimizar a pobreza e a fome dentre tantos outros problemas sociais. Em meio às pressões e conflitos, João Goulart, ao anunciar a "Reforma de Base", priorizou as políticas de cunho social, sobretudo a reforma agrária.

> Uma das diferenças entre o governo Jango e os precedentes foi o envolvimento que o Poder Executivo passou a ter com a questão agrária. Esse envolvimento ficou claro em novembro de 1961, quando o presidente compareceu ao I Congresso Nacional de Lavradores e Trabalhadores Agrícolas, organizado pela União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil (ULTAB) em Belo Horizonte. Sua ação incidiu, por um lado, no terreno da legislação sindical e trabalhista rural, e, por outro, na realização de uma reforma agrária (CPDOC/FGV, 2012).

Os trabalhadores rurais, as Ligas Camponesas e associações de lavradores tiveram um papel fundamental na conquista de direitos, e, no período, foram criados sindicatos e federações que resultaram na CONTAG. A instituição, uma das mais importantes na atualidade, foi fundada em 22 de dezembro de 1963, no Rio de Janeiro, época em que existiam 14 Federações e 475 Sindicatos de Trabalhadores Rurais, foi reconhecida oficialmente em 1964, por meio do Decreto Presidencial. No mesmo ano, com o Golpe Militar, sofreu intervenções, como a prisões e exílios de diversos dirigentes, sendo retomada em 1968 pelo MSTTR. Atualmente, a entidade "representa os interesses e os anseios dos trabalhadores e trabalhadoras rurais assalariados, permanentes ou temporários; dos

agricultores e agricultoras familiares, assentados pela reforma agrária ou não; e, ainda, daqueles que trabalham em atividades extrativistas" (CONTAG, 2012). Entretanto, na época,

> [...] as Ligas Camponesas viviam uma profunda crise interna por causa das perseguições e prisões de seus líderes. Se, por um lado, não tinham interesse em participar desse processo de sindicalização, por outro, ficaram à margem do debate a respeito da organização dos trabalhadores rurais (FERNANDES, 1999, p. 25).

Em dezembro de 1963, o presidente Goulart aprovou a previdência social para os trabalhadores rurais e, em colaboração com a política agrária, foi criada a SUPRA, com poderes para desapropriar terras, e, além disso, para que tais objetivos fossem alcançados, "o Executivo solicita ao Congresso a mudança na Constituição Federal, fato que não ocorreria dada à resistência dos setores contrários às reformas", no entanto, entre 1961 e 1963, foram criados somente seis assentamentos para 1.804 famílias numa área de total 21.960 hectares (COCA, 2011, p.56-57).

> No quadro das reformas básicas que o Brasil de hoje nos impõe, a de maior alcance social e econômico, porque corrige um descompasso histórico, a mais justa e humana, porque irá beneficiar direta e imediatamente milhões de camponeses brasileiros, é, sem dúvida, a Reforma Agrária (GOULART, 1964. p.LI)

Contrapondo as palavras de João Goulart, um dos motivos pelo qual a reforma agrária não foi afirmada, foi em razão de um dispositivo constitucional que determinava a prévia indenização em dinheiro, quando houvesse desapropriações de terras. Alegando a falta de recursos, Goulart propôs o pagamento de indenizações em títulos da divida agrária, dentre outras mudanças que promoviam a "Reforma de Base". Esse quadro de pressões por parte do governo e dos movimentos sociais resultou no Comício das Reformas em 13 de março de 1964, no Rio de Janeiro, que reuniu cerca de 150 mil pessoas, na desapropriação de terras às margens de rodovias, ferrovias e obras públicas, e na ruptura com outras bases políticas de centro. Resultou, ainda, em prévias do Golpe Militar em 31 de março, que foi, na verdade, uma intervenção dos Estados Unidos na política interna do Brasil, tendo como pretextos o avanço do comunismo de Cuba, tanto que o novo governo Militar foi reconhecido oficialmente pelo presidente norte-americano, Lyndon Johnson, poucas horas após tomar o poder (BIOGRAFIA/PERÍODO PRESIDENCIAL, 2012).

Nesse contexto, o Golpe Militar de 1964, que iniciou o Regime Militar no Brasil (1964-1984), a princípio, teve como principal atribuição frear os movimentos, as revoltas e a abertura às organizações sociais iniciadas em 1961. Teve como principais características a ausência de democracia, a eliminação de direitos constitucionais, a censura, a perseguição

política às Ligas Camponesas e ao processo de reforma agrária iniciado por Goulart. Conforme apontam os estudos de Oliveira (2001), eram elevados os registros de mortes e desaparecimentos das lideranças camponesas.

Contudo o período foi uma fase importante da história do país para entendermos a questão agrária, pois o Golpe de 1964 foi marcado por um "pacto das elites contra a reforma agrária e opção pela modernização tecnológica da grande propriedade" (MIRALHA, 2006, p.156), pacto esse que resultou em assassinatos no campo, manifestações, ocupações de terra e surgimento de novos movimentos contra o latifúndio.

Com o Golpe de 1964, uma espécie de outro "façamos a revolução antes que o povo faça", frase dita por Antônio Carlos – político mineiro na Revolução de 1930 –, a questão agrária como debate político que questionava a estrutura fundiária e suas consequências foi retirada do debate central em torno da terra. Impõe-se o pensamento conservador e dos norte-americanos de caráter econômico-capitalista sobre os problemas que afetavam, e ainda afetam, o campo brasileiro, e os problemas sociais oriundos de uma estrutura agrária concentrada foram pensados na esfera da oferta e demanda de produtos agrícolas, preços, emprego, comércio exterior, ou seja, uma questão agrícola, essencialmente na esfera político-econômica. Para o pensamento conservador da época, também sobre influência norte-americana, a agricultura no desenvolvimento econômico do país tinha, pelo menos, cinco funções básicas, conforme sinaliza Delgado (2005), "uma visão desenvolvimentista-funcionalista", "liberar mão de obra para a indústria; gerar oferta adequada de alimentos; suprir matérias-primas para indústrias; elevar as exportações agrícolas; transferir renda real para o setor urbano" (p.56).

O atraso econômico brasileiro, o agravamento dos problemas sociais no campo e nas cidades, as reivindicações pela reforma agrária estimularam intensos debates entre representantes do Estado, intelectuais, partidos políticos e a sociedade. Uma das formas escolhidas de resolução desses problemas foi pelo aprimoramento do desenvolvimento capitalista na agricultura, o que se constituiu na modernização da agricultura, também compreendida por estudiosos como uma *modernização conservadora,* que teve seu auge no final dos anos 1970. Conservadora por não resolver de fato os problemas sociais no campo e não promover a reforma agrária. Essa modernização aconteceu, de acordo com Delgado (1985), por meio do desenvolvimento do capital financeiro na agricultura, iniciativa promovida principalmente pelo Estado e diretamente relacionada com o que se queria para o Brasil, uma economia baseada na exportação de produtos agrícolas – agroexportador. Dentre

outros fatores, empreendimentos e ações, a modernização da agricultura brasileira foi possível considerando:

- O envolvimento e regulação profunda do Estado;
- Política de financiamento por intermédio de sistema de crédito – articulação entre o Estado e os bancos, políticas de comércio exterior e de regulação de preços;
- Articulação entre indústria e agricultura por meio de pesquisas, extensão rural e produção de insumos agroquímicos, eventos que possibilitaram, então, a industrialização dos produtos agrícolas;
- Integração de capitais no complexo agroindustrial – CAIs para a promoção do chamado progresso técnico;
- Diversificação, mobilidade e monopólios de capitais;
- Diversificação dos grupos econômicos tais como S.A., *Holdings* e Cooperativas;
- Estruturação de políticas fundiárias que favoreceram grandes aplicações de capitais no comércio de terras e consequentemente a concentração fundiária.

A compreensão da época pautou-se pelo atraso econômico do país, tendo enfoque a agricultura e a indústria – a primeira, com pouca tecnologia empregada, não correspondia à demanda do comércio ou da fronteira agrícola em expansão e, nesse contexto, uma superinflação dos produtos agrícolas (DELGADO, 2005, p.57). Para a resolução dos problemas da época, o Estado na figura dos militares, lançou o Estatuto da Terra, uma maneira de frear os movimentos camponeses que se multiplicavam. Ortega e Nunes (2004) apontam o Estatuto "como uma proposta que pudesse adequar os interesses da burguesia industrial frente às necessidades de desenvolvimento do capitalista no campo". O estatuto define o que é propriedade da terra, bem como suas modalidades no Brasil, prevê a desapropriação por interesse social e a compra de terras pela União para a realização da reforma agrária. Contudo a parte que vigorou de fato permitiu "que a elite agrário-industrial acelerasse o desenvolvimento do capitalismo no campo. A interpretação feita sobre o Estatuto da Terra possibilitou que a questão chave da questão agrária fosse a modernização do latifúndio" (p.392).

Para a época, o Estatuto do Trabalhador Rural (1963), mais o Estatuto da Terra (1964) constituíram-se como um avanço capaz de promover a reforma agrária, principal reivindicação social na época, contudo sua regulamentação foi aprovada somente na Nova República (1985), com a elaboração do Plano Nacional de Reforma Agrária.

> A aplicação do Estatuto do Trabalhador Rural beneficiou a classe por lhes conceder o direito a férias anuais, repouso semanal remunerado, à indenização por recisão de contrato de trabalho sem justa causa, ao aviso prévio, à organização sindical etc, mas provocou uma reação dos proprietários que procuraram mecanizar a sua atividade agrícola para depender menos da utilização da mão de obra e adotar o sistema de evitar manter os moradores em suas propriedades, recrutando trabalhadores das cidades e vilas próximas, por intermédio de empreiteiros, nas ocasiões de maior necessidade (ANDRADE, 2003, p.193).

O Estatuto da Terra tem como atribuição **"**regular os direitos e obrigações concernentes aos bens imóveis rurais, para os fins de execução da Reforma Agrária e promoção da Política Agrícola" (LEI Nº 4.504, DE 30 DE NOVEMBRO DE 1964). Destacam-se os incisos do Art. 1 e o Art. 16 que dizem:

> § 1° Considera-se Reforma Agrária o conjunto de medidas que visem a promover melhor distribuição da terra, mediante modificações no regime de sua posse e uso, a fim de atender aos princípios de justiça social e ao aumento de produtividade.
> § 2º Entende-se por Política Agrícola o conjunto de providências de amparo à propriedade da terra, que se destinem a orientar, no interesse da economia rural, as atividades agropecuárias, seja no sentido de garantir-lhes o pleno emprego, seja no de harmonizá-las com o processo de industrialização do país.
> Art. 16. A Reforma Agrária visa a estabelecer um sistema de relações entre o homem, a propriedade rural e o uso da terra, capaz de promover a justiça social, o progresso e o bem-estar do trabalhador rural e o desenvolvimento econômico do país, com a gradual extinção do minifúndio e do latifúndio (LEI Nº 4.504, DE 30 DE NOVEMBRO DE 1964).

A Lei caracterizou-se como o primeiro documento oficial a tratar sobre a reforma agrária no país, criara o IBRA (1964) e INDA (1964), mais tarde, substituídos pelo INCRA (1970), que absorveu as atribuições de ambas as instituições para fins reforma agrária, manter o cadastro nacional de imóveis rurais e administrar as terras da União.

Apesar das considerações de cunho político social de que trata o Estatuto da Terra sobre a reforma agrária, tais pautas não saíram do papel, sobretudo ao considerarmos a atenção dada pelo Estado às políticas agrícolas de modernização da agricultura, principalmente em termos de incentivo e fomento de crédito rural.

Para Delgado (2005), o SNCR, em 1965, foi um dos primeiros meios de difusão do que previa a política agrícola brasileira, "procurando fazer crescer a produção e a produtividade do setor agrícola, puxadas pela demanda urbana e pela demanda externa em processo de acelerado crescimento" (p.58).

> A antinomia "reforma agrária" versus "modernização técnica" proposta pelos conservadores, em 1964, é reposta na atualidade, sob novo arranjo político [...] constitui uma estratégia de relançamento dos grandes empreendimentos

> agroindustriais apoiados na grande propriedade fundiária, voltados à geração de saldos comerciais externos expressivos [...]. Ela implica relançamento de uma política agrícola de máxima prioridade ao agronegócio, sem mudança na estrutura agrária. Isto reforça as estratégias privadas de maximização da renda fundiária e especulação no mercado de terras. Este arranjo da economia política é altamente adverso ao movimento da reforma agrária e às políticas alternativas de desenvolvimento pela via campesina (DELGADO, 2005, p.51).

O SNCR configurou-se como uma política monetária brasileira, em 1965, institucionalizada pela Lei Nº 4.829, um dos primeiros meios de difusão do que previa a política agrícola na época. Ou seja, a política pautou-se, principalmente, pelo crescimento da produtividade do setor agrícola por meio da modernização técnica – uma antinomia à reforma agrária, pauta discutida por diversas frentes políticas desde a Abolição da Escravatura (1888), e depois econômicas, nos anos 1950 e 1960.

Entre os principais aspectos do SNCR, segundo a própria Lei que o institui, estão: estímulo ao incremento ordenado dos investimentos rurais para armazenamento beneficiamento e industrialização dos produtos agropecuários; favorecimento do custeio oportuno e adequado da produção e a comercialização de produtos agropecuários; fortalecimento econômico dos produtores rurais; incentivo à introdução de métodos racionais de produção, visando ao aumento da produtividade; sistematização da ação dos órgãos financiadores; e elaboração dos planos globais de aplicação do crédito rural e dos aspectos relacionados com a garantia dos empréstimos rurais. Esses aspectos desenvolveram-se em três principais frentes: investimentos, custeio e comercialização. Podem ser considerados ainda, aspectos associados com a reforma bancária e financeira, com a Lei Nº 4.595/1964, a capacidade de financiamento do Estado; o controle inicial relativo da inflação; as expansões passivas e ativas da economia concernente à agricultura, esta última, executada pelo Banco do Brasil a partir de 1974; por último, o endividamento público e a elevação da inflação.

O SNCR expressou, na verdade, uma aliança político-econômica do Regime Militar com a indústria e os com os bancos, de maneira a favorecer os latifundiários, visto que os pequenos proprietários de terra, até então, não tinham, e ainda não têm, condições ou garantias que lhes permitam ter acesso ao crédito. Fato que acontece não apenas no campo, mas, de maneira geral, na sociedade brasileira – uma maneira perversa de repassar o dinheiro público direta e indiretamente para grandes e médios proprietários de terra e, ao mesmo tempo, gerar lucros para os banqueiros e aquecer a agroindústria. Perversa, porque se configura como uma política social não cumprida de fato, expressa nela mesma ao dizer: “será distribuído e aplicado [...] tendo em vista o bem-estar do povo”, “notadamente pequenos e médios”, isso, para a “melhoria do padrão de vida das populações rurais”. Não fica

expresso, assim como em muitas políticas e leis brasileiras, quem realmente teria condições de acesso e será beneficiado. Além de não ser uma política que, democraticamente, melhore a vida das populações rurais, o SNCR representou, historicamente, uma fronteira em movimento, ou ainda, uma muralha que adentrou o campo, difícil de ser vencida pelos que mais precisam, os pequenos agricultores. O resultado dessa política se caracterizou pelas disparidades econômicas regionais, aumento do número de assalariados temporários no campo, integração e centralização de capitais, bem como a ampliação dos latifúndios. A produção moderna da agricultura como orientação do Estado, concentrou-se, basicamente, nas regiões Sul, Sudeste e parte do Centro-Oeste do Brasil, de acordo com Delgado (2005).

> A diversidade regional é a primeira e principal característica da modernização da agricultura brasileira [...]. A explicação é simples: a base a partir da qual se dá essa modernização é ainda muito restrita fora das regiões que compõe o "núcleo dinâmico da economia" da agricultura brasileira, quais sejam os Estados do Centro-Sul do País (GRAZIANO DA SILVA, 1987, p.22).

Graziano da Silva (1987) aponta, ainda, outros resultados perversos da modernização da agricultura: a concentração fundiária reforçado na década de 70, o êxodo rural devido à intensa modernização no campo a partir dos anos 1960, a "superexploração" dos empregados ocupados na agricultura, que tinham sua jornada de trabalho superior a 49 horas semanais, e a concentração da renda devida "à política de arrocho salarial nos setores urbanos, mantendo-se relativamente estáveis as rendas do setor rural" (p.36-43).

Assim, a modernização conservadora**,** resposta à política agrícola dos anos de 1950, além de ter sido efetivada como uma "derrota" ao movimento pela reforma agrária, assumiu o caráter de modernização técnica da agricultura e integração com indústria e o comércio com subsídios do sistema de crédito. Distinguiu-se por programar e implementar mudanças técnicas à produção da agricultura por meio de insumos industriais (fertilizantes, defensivos, corretivos do solo, sementes melhoradas e combustíveis líquidos etc.), e de máquinas industriais (tratores, colhedeiras, implementos, equipamentos de irrigação etc.), além desses, a integração entre produção primária de alimentos, matérias-primas e ramos da indústria (oleaginosos, moinhos, indústrias de cana e álcool, papel e papelão, fumo, têxtil, bebidas etc.).

Nesse contexto, a reforma agrária não foi prioridade no período e sim a intensa mecanização da agricultura por meio de investimentos, políticas e projetos de colonização que favoreciam os latifundiários. Diversos programas foram criados a partir de então, dentre eles, o PIN (1970), PROTERRA (1971), PROVALE (1972), POLAMAZÔNIA (1974),

POLONORDESTE (1974) e programas oficiais para o Cerrado e Minas Gerais (Ver Tabela 1).

Tabela 1: Brasil – Programas Governamentais de Desenvolvimento Agrícola do Cerrado

Programa	Criação	Custo (U$)	Área (ha)	Local (Estado)
PCI	1972	32 milhões	111.025	MG
PADAP	1973	200 milhões	60.000	MG
POLOCENTRO	1975	868 milhões	3.000.000	MG, MS, MT, GO
PRODECER I	1979	94 milhões	60.000	MG
PRODECER II	1985	409 milhões	180.000	MT, BA, MG, GO, MS
PRODECER II	1994	66 milhões	80.000	MA, TO
TOTAL		1.669 milhões	3.491.025	

Fonte: SILVA, C. E. M. (2009).

Com isso, implantou-se, no Brasil, o agronegócio, caracterizado pela intensa apropriação capitalista da terra, sob o domínio político neoliberal, em meio às contradições do crescimento econômico marcado pela não modificação da estrutura fundiária e um longo período de estagnação econômica interna que se inicia, nos anos de 1980, em decorrência da alta do petróleo e das taxas de juros internacionais de capitais externos que, até então, financiavam o crescimento antidemocrático do país. Apesar disso, o governo não interrompeu os projetos de expansão econômica e manteve os programas oficiais, assim como os incentivos aos projetos privados do setor primário, à gestão da crise com a participação do setor agrícola e incentivos relacionados com a concentração e as especulações fundiárias, que propiciaram, de maneira exacerbada, a renda fundiária pelos grandes proprietários.

No final da década de 1970, a não realização da reforma agrária e a ampliação do capitalismo no campo proporcionaram a expansão das lutas em torno da questão agrária no Brasil. Os movimentos compostos por assalariados ou contratados (boias-frias) reivindicavam melhores salários e condições de trabalho no campo, os posseiros lutavam contra a grilagem de terra por parte de latifundiários e empresas capitalistas, os movimentos de luta pela terra promoviam ocupações, acampamentos e marchas pela conquista da terra (FERNANDES, 1999, p.36).

> A militarização proporcionou diferentes e combinadas formas de violência contra os trabalhadores. A violência do peão que é o jagunço da força privada, muitas vezes, com o amparo da força pública. A violência da polícia, escorada na justiça desmoralizada, que decretou ações contra os trabalhadores, utilizando recursos dos grileiros e grandes empresários, defendendo claramente e tão somente os interesses dos latifundiários. Aumentaram os números da violência e colidiram com a relutância camponesa, que não se entregou e a cada dia realizava novas lutas. No

> ano derradeiro do governo militar, 1985, os jagunços dos latifundiários e a polícia assassinavam um trabalhador rural a cada dois dias (FERNANDES, 1999, 35).

De acordo ainda com Fernandes (1999), verificaram-se nesse processo de luta, mesmo com fortes aposições populares, criminalização e mortes de integrantes dos movimentos sociais, por outro lado, houve maior interação dos movimentos camponeses com a Igreja Católica. Além da CPT, em 1975, foi formado o MST, em 1979, que realizou seu primeiro Encontro Nacional em 1984. Foram criados ainda o PT, em 1980, e os Sindicatos Rurais, esses foram os movimentos que formaram uma grande frente de luta pela terra no final da década de 70.

O Brasil, no início dos anos 1980, depois de quase vinte anos de modernização e crescimento econômico dos latifundiários, com a estrutura fundiária cada vez mais concentrada, de maneira contraditória, não resolveu o problema da fome e teve grande parte da sua economia influenciada por capitais internacionais – a economia brasileira girava em torno de elevadas taxas inflacionárias, que, se depara, a partir de 1980, com um período de estagnação na economia interna, "em grande medida, imposta pelas condições do ajustamento à crise do endividamento externo" (DELGADO, 2005, p. 62).

No governo de João Batista de Oliveira Figueiredo, o último militar a assumir a Presidência da República (1979-1985), o país vivia uma das maiores crises econômicas de sua história. A abertura política, o início do processo de redemocratização e o fim do Regime Militar marcaram a última eleição indireta no país, elegendo Tancredo Neves, então, governador de Minas Gerais, como presidente do Brasil, um governo de transição à Nova República[17].

Com as frentes de luta pela terra intensas, no final dos anos 1970 e início dos anos 1980, a promessa de realização da reforma agrária, bem como de políticas agrícolas que alcançassem os pequenos produtores, tendo como bases o Estatuto da Terra, faziam parte dos discursos de autoridades políticas, na época de transição à nova república, e do governo José Sarney (1985-1989).

Em seu governo, Sarney dava sinais de que queria atender à demanda social de que carecia o campo, por meio a eliminação progressiva do latifúndio e do minifúndio – a política pautava-se pelo princípio de justiça social, aumento da produtividade e desapropriações por interesse social. Conforme sinaliza Coca (2011),

[17] Tancredo Neves não chegou a tomar posse porque faleceu.

> Estabelecia-se que seriam criadas áreas prioritárias para a aplicação da reforma, considerando o número de latifúndios, de conflitos agrários, de posseiros e outros. Algumas das entidades que a apoiavam eram a Contag, o MST, a CNBB, a Associação Brasileira de Reforma Agrária (Abra), o Instituto Brasileiro de Pesquisas Sócio-Econômicas (Ibase), o Partido dos Trabalhadores (PT), a base de esquerda do PMDB e outros. Alguns setores ligados ao latifúndio apresentaram forte oposição à proposta. Dentre esses estavam: a Sociedade Brasileira de Defesa da Tradição, a Família e Propriedade (FTP), a Confederação Nacional da Agricultura (CNA), a Sociedade Rural Brasileira (SRB) e a Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB). Estes se manifestavam cobrando maior participação das organizações representativas dos latifundiários na elaboração do plano e tentando convencer os militares de que o Incra estava tomado por ideais comunistas, representando um perigo à Nação (COCA, 2011, p. 63;64).

No período que compreende o governo de José Sarney, foi criado o MIRAD, que recebeu atribuições do INCRA, foi elaborado e aprovado o I PNRA, sob o comando de José Gomes da Silva, em 1987, e entrou em vigor a Constituição Federal de 1988, que estabelecia, dentre outros princípios, a Política Agrícola e Fundiária e da Reforma Agrária (Artigos 184 a 191). A Constituição prevê, no Artigo 184, a competência da União em desapropriar terras que não cumprem funções sociais para fins de reforma agrária, porém, prevê ainda a "justa" indenização em títulos da dívida agrária, conforme estabelecidas nos governos anteriores, um dos entraves à realização da reforma agrária de fato no país.

> Art. 186. A função social é cumprida quando a propriedade rural atende, simultaneamente, segundo critérios e graus de exigência estabelecidos em lei, aos seguintes requisitos: I - aproveitamento racional e adequado; II - utilização adequada dos recursos naturais disponíveis e preservação do meio ambiente; III - observância das disposições que regulam as relações de trabalho; IV - exploração que favoreça o bem-estar dos proprietários e dos trabalhadores (CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988).

Contraditoriamente, a mesma Lei, no quesito que trata da "Ordem Econômica e Financeira", Artigo 170, que rege os princípios gerais da atividade econômica, prevê um dos direitos mais cumpridos e defendidos no país, o da propriedade privada e o meio ambiente como dotado de valor econômico, o que atende aos interesses, sobretudo econômicos. Uma vitória aos opositores da reforma agrária, que criaram, em 1986, a UDR, para defender os interesses dos latifundiários e do capitalismo, principalmente no campo. O direito à propriedade privada foi a principal reivindicação da organização, concedida na Constituição brasileira.

O governo do período, pressionado pela elite latifundiária, fez diversas modificações no Plano de Reforma Agrária, colocando-a de maneira que atendesse aos interesses dos grandes proprietários:

> [...] uma das que mais a descaracterizou foi a substituição do atributo que permitiria a desapropriação por interesse social, como principal meio de obtenção de terras; com indenização por meio dos TDA`s Títulos da Dívida Agrária, sendo introduzida à possibilidade da "negociação" com os proprietários. Outra modificação que descaracterizou a Proposta foi a ausência no Decreto assinado pelo presidente da república de áreas prioritárias para a implantação da reforma agrária. Estabeleceu-se que caberia aos caberia aos Planos Regionais de Reforma Agrária (PRRA´s) a incumbência de definir as áreas prioritárias para a implantação dos assentamentos rurais (COCA, 2011, p.64).

No plano regional, influenciado pelos grupos conservadores, o plano democrático de discussão sobre a reforma agrária não vigorou, e sim os conflitos por terra. A reforma agrária uma das principais urgências na redemocratização do país, dava forças e ganhava espaço em 224 ocupações de terra no governo Sarney, com a participação de 42.613 mil famílias (COCA, 2011, p. 66-67).

O governo de Fernando Collor de Melo (1990-1991) foi marcado por um processo de aceleração da economia com bases neoliberais, isso, para correção dos elevados índices de inflação que o país vivia. Nesse aspecto, o governo se caracterizou por um desmanche do aparato público em diversos setores administrativos, como, por exemplo, a redução em 1990 de 40% da força de trabalho do INCRA. Leite (2008) ressalta que o Programa da Terra lançado por Collor tinha em uma das pontas "a inclusão do Exército na tomada de decisões e aplicação de medidas no tema, bem como a criação das bolsas de arrendamento e a aquisição de terra mediante compra para fins de reforma agrária" (p.2). Medidas essas que não foram postas em prática até o final de seu mandato, encerrado em 1992, por ser acusado de corrupção. Germani (2001) considera que,

> Apesar da tentativa, no governo Collor (1990-1992), para voltar à tona os projetos de colonização, desta vez realizados por particulares, esta não vigorou como proposta oficial. Tanto no plano político como no plano militar, verifica-se que a correlação das forças na sociedade não é estática e os enfrentamentos vão-se definindo na própria implantação da política agrária, delineando o perfil e o alcance das soluções para estas questões. A atuação do Estado passa, cada vez mais, a ser determinada pela pressão dos conflitos e dos movimentos sociais organizados. Ao mesmo tempo, a pressão para agilizar o processo fortalece, sempre mais, a organização dos movimentos de luta pela terra (GERMANI, 2001, p. 3-4).

Confirmando a tentativa de retomada do governo Collor em promover os projetos de colonização, ou seja, uma forma de despolitizar a questão agrária, Hoffmann (1990) comenta que,

> O Governo acena com a liberação de um volume de recursos da ordem de Cr$ 446,530 bilhões. Desse montante, 64% destinar-se-iam a custeio, 17% a

> investimento, e 14%, à comercialização. Estima que, desse total, Cr$ 348,6 bilhões (78%) seriam aplicados na safra 1990/91 (HOFFMANN, 1990, p.142).

A despolitização da questão agrária, por parte do governo Collor, transformou-se em criminalização da luta pela terra, ou seja, uma política de combate aos movimentos sociais do campo. Já o governo de Itamar Franco (1992-1994), segundo Coca (2011), caracterizou-se por ouvir as demandas dos movimentos sociais de luta pela terra. Em seu governo, não apresentou um programa específico para a reforma agrária, contudo buscou avançar, recompondo os órgãos públicos do setor, além disso, sancionou, no dia 25 de fevereiro de 1993, a Lei da Reforma Agrária nº 8.629, que estabeleceu os procedimentos que deveriam ser adotados nos casos de desapropriações, contudo vários fatores políticos, estratégicos regionais e debates sobre indenizações aos possíveis desapropriados impediram que a nova Lei fosse de fato colocada em prática. Mesmo assim, a reforma agrária, além de ser apreciada com mais força pelo INCRA, foi também considerada pelo CONSEA no tocante à questão da fome e da segurança alimentar, conforme aponta Sérgio Leite (2008).

O governo de FHC (1995-2002), abrangendo dois mandatos, identificou-se por dar continuidade à política neoliberal iniciada no governo Collor, um movimento de "ajuste ultraliberal", que teve como consequências estratégicas a desvalorização da renda da terra, a abertura econômica a capitais estrangeiros, privatizações de empresas estatais, desregulamentação do mercado de trabalho e perda de direitos sociais trabalhistas, dentre outros, segundo Delgado (2005). Favorecendo a abertura econômica a capitais estrangeiros, a estratégia de desvalorizar a renda da terra, ainda no primeiro mandato de FHC, significou facilitar e, ao mesmo tempo, dificultar a política de reforma agrária, ou seja,

> Ao baratear o custo da terra, criam-se condições facilitadoras à sua incorporação para fins de reforma agrária. Ainda por esta óptica, desvalorizar o preço da terra pode ser visto como uma desvalorização do poder econômico dos latifúndios (DELGADO, 2005, p.65).

Concomitante a essa abertura comercial e à não sustentação dos preços da terra por parte do poder público – afastamento do Estado em torno da questão do campo –, os mais prejudicados foram os pequenos agricultores, houve, então, a retomada maciça da luta pela terra no país, o que obrigou o governo FHC a dar respostas.

Inicialmente, as preocupações daquele governo giravam em torno da política de estabilização e combate à inflação, paralelamente a isso, a luta dos movimentos sem-terra em todo o país era fortemente reprimida com violências e ações militares, o que levou o governo a fundar, em 1996, o MEPF, depois, transformado em MDA. Passou a ter então dois

ministérios envolvendo os assuntos do campo, o MDA e o MAPA, este considerado por Leite (2008) como "tradicional espaço de controle dos grandes empresários rurais, e subordinando-o mais diretamente à Presidência da República", tais mudanças refletiram a iniciativa governamental em torno da questão agrária no período. Com isso, o autor salienta ainda que,

> Além dos massacres de Corumbiara, em 1995, e Eldorado dos Carajás, em 1996, com forte repercussão internacional, o governo enfrentou manifestações de grosso calibre implementadas pelo MST, como a marcha para Brasília e os protestos contra a seca no Nordeste; e pela Contag, na ocupação de prédios públicos e na realização do "Grito da Terra", ao mesmo tempo em que se defrontava com as manifestações dos proprietários de terras (o "caminhonaço" até Brasília, em 1995) e as negociações frequentes com a chamada Bancada Ruralista no Congresso Nacional, em troca de apoio às propostas governamentais (LEITE, 2008, s/n).

No segundo mandato de FHC, o setor primário exportador baseado, sobretudo, nos agronegócios, fora novamente escalado para gerar saldos comerciais, para isso, a política do governo incluiu créditos, preços de garantia, pesquisa e investimentos em infraestrutura, tais como serviços agropecuários, portos e malhas viárias. Mais especificamente, segundo Delgado (2005):

> (i) um programa prioritário de investimento em infraestrutura territorial com "eixos de desenvolvimento", visando à criação de economias externas que incorporassem novos territórios, meios de transporte e corredores comerciais ao agronegócio; (ii) um explícito direcionamento do sistema público de pesquisa agropecuária, manifesto pela reorganização da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), a operar em perfeita sincronia com empresas multinacionais do agronegócio; (iii) uma regulação frouxa do mercado de terras de sorte a deixar fora do controle público as "terras devolutas", mais aquelas que declaradamente não cumprem a função social, além de boa parte das autodeclaradas produtivas; e (iv) a mudança na política cambial, que ao eliminar a sobrevalorização tornaria o agronegócio (associação do grande capital com a grande propriedade fundiária, sob mediação estatal) competitivo junto ao comércio internacional e funcional para a estratégia do "ajustamento constrangido" (p.67).

No conjunto da economia nacional, a qual considera também a variação da renda da terra, o "fluxo" entendido como fundamentado no produto agrícola, puxado pelo saldo das exportações, o "refluxo" compreende os elevados juros da dívida pública. Na perspectiva do campesinato ou do pequeno agricultor, o conjunto econômico adotado representou um distanciamento socioeconômico entre a economia de subsistência e o agronegócio.

Na verdade, a política econômica do governo FHC significou, de acordo com Delgado (2005), uma "expansão constrangida", que, sob o comando do agronegócio ligado à economia global, caracterizou-se ainda, segundo o autor, por três restrições "i) a restrição da demanda interna de bens e serviços; ii) a limitação das oportunidades de emprego; e, iii) a

manutenção de amplas áreas de terra improdutivas" (p. 69). A primeira diz respeito aos limites da demanda interna das importações, a segunda estava associada à produção de *commodities* e ao padrão tecnológico alcançado na agricultura, a terceira, à associação entre a acumulação produtiva e fundiária. Uma das estratégias dos latifundiários foi a de elevar os preços da terra, que, produtivas e improdutivas, não cumpriram sua função social devido ao afrouxamento das políticas fundiárias.

Sobre as iniciativas do governo FHC para a questão agrária, Leite (2008) avalia que houve uma transformação quanto à intervenção governamental no espaço agrário, ou seja, optou-se por políticas públicas que se convencionaram em RAM, posta em prática em diversos Estados e, principalmente, em Minas Gerais em 1997, a partir da política denominada PCT – financiada em parte pelo Banco Mundial, associada à desapropriação por interesse social, uma política de fortalecimento da chamada agricultura familiar.

Para tentar corrigir as desigualdades de acesso ao crédito inicial do SNCR executado pelo Banco do Brasil, foi instituído, pelo Banco Central por meio da Resolução Nº 2191, o PRONAF, constituído por três frentes de atuação – capacitação, infraestrutura e serviço, e crédito. O programa foi destacado pela concessão de crédito rural por meio de linhas de créditos específicas, financiamentos de projetos individuais e coletivos, de modo a gerar renda aos agricultores familiares e assentados da reforma agrária. As operações para a concessão do crédito do PRONAF obedeceram, e ainda obedecem, a cartilhas e burocracias específicas de recomendações, de modo a integrar tanto assentados da reforma agrária como pequenos agricultores aos agronegócios. Operacionalizado por instituições financeiras que compõem o SNCR, tais como Banco do Brasil, Banco do Nordeste e Banco da Amazônia, o programa de crédito teve como beneficiados os proprietários de imóveis com até quatro módulos ou seis módulos fiscais para o caso de atividade pecuária.

Para Ortega (2008), o PRONAF Infraestrutura e Serviços estabeleceu-se como "importante formador de serviços de uma cultura de concertação social para uma política de desenvolvimento territorial". Distinguiu-se, ainda, por ter sido uma iniciativa política e econômica de implantação, ampliação e modernização de infraestrutura para a agricultura familiar, prioritariamente, em municípios com menor concentração fundiária, maior população rural e menor valor de produção agrícola por pessoa, particularidades municipais consideradas em relação ao Estado a que pertence. Características, também, que, em 1999, abrangeram, especialmente, os municípios do Nordeste do país, historicamente prejudicados com a política inicial do SNCR, que beneficiou agricultores da região Centro-Sul mais economicamente integrados (p.130-131).

Contudo, mesmo considerando a intenção geral do PRONAF, em dinamizar a economia e beneficiar em longo prazo, proporcionando mais renda ao pequeno produtor, o desenvolvimento social dos municípios contemplados não depende apenas de políticas de crédito. Ortega (2008) ressalta que, além disso, outras condicionantes estão integradas à possibilidade de ascensão socioeconômica dos pequenos produtores, ou seja, meios de transporte, comunicação, acesso aos mercados, infraestrutura social básica, atendimentos médico e hospitalar, educação de nível médio e superior, indústrias e sociedade civil organizada, ou seja, as condicionantes associadas a uma dinâmica socioespacial (p.132-133). Além do PRONAF, outros dois programas foram lançados no governo FHC: o PROGER RURAL e a Previdência Rural. Alentejano (2004), ao tratar da Reforma Agrária no governo FHC, descreveu-a como, "anti-popular e neoliberal em relação à reforma agrária, tendo como referência a dependência externa, a privatização às custas do Estado, a priorização do sistema financeiro, o aumento das desigualdades sociais e o aumento do desemprego (p.2).

Tais características especificam, segundo o autor, o aumento da dependência externa, evidenciada por privatizações do patrimônio nacional, abertura a capitais estrangeiros especulativos e crescimento da dívida externa, privatizações realizadas à custa do Estado, ou seja, o próprio Estado por meio do BNDES financiou a compra do patrimônio público pelas empresas privadas nacionais e estrangeiras, prioridade dada ao sistema financeiro, por meio do PROER[18], programa que conferiu a transferência de dinheiro público aos bancos, favorecendo, assim, fusões e aquisições entre instituições financeiras. Apontam, ainda, o aumento das desigualdades sociais amparadas no aumento dos lucros aos capitais privados, queda da renda dos trabalhadores, redução de funcionários, desrespeito aos direitos trabalhistas, queda dos preços agrícolas e, por último, a explosão do desemprego traduzido pela abertura da economia, políticas de juros altos e privatizações que, consequentemente, promovem a falência de médias e pequenas indústrias públicas e privadas, assim também dos agricultores, desde então, sob especulação financeira do capital mudializado.

Essa base neoliberal e antipopular delineou a "reforma agrária" no período, mais como propaganda e esforços de novos mercados para o capital, uma vez que a política de FHC significou, na verdade, "uma precária política de assentamentos rurais", ou seja, a compra de terra ou regularização fundiária em áreas de antigos posseiros, e não desapropriação de latifúndios improdutivos ou que não cumpriam funções sociais – principais reivindicações dos movimentos sociais de luta pela terra. Significou, ainda, a expulsão dos pequenos produtores do campo, vista a lógica da política adotada que se fundamentou em um

[18] Medida Provisória nº 1.179 e a Resolução nº 2.208, ambas editadas em novembro de 1995.

rearranjo do capitalismo nacional com o capitalismo mundial, assim, não houve medidas (infraestrutura produtiva e social básicas) que favorecessem a permanência no campo dos assentados (ALENTEJANO, 2004, p. 3-4).

Além da política que tentou desqualificar a luta pela terra, dentre outros elementos, a política de assentamentos do governo FHC, bem como a "reforma agrária" pensada teceram objetivos de enfrentamento e criminalização das lutas pela terra no Brasil.

Quanto ao período que compreende os dois governos do ex-líder sindical Luís Inácio Lula da Silva (2003-2010), com ênfase nas ações voltadas para o campo brasileiro, mormente quanto às políticas de reforma agrária, identificamos que as iniciativas de governo não significaram grandes avanços, principalmente ao considerarmos que Lula representava, inicialmente, as bases sindicais e tinha importante confiança dos movimentos sociais e dos grupos mais pobres do país. Ou seja, um membro do PT à frente do poder executivo, representante de um partido que, até então, tinha expressiva pauta em torno da luta pela reforma agrária, sobretudo como proposta de governo no debate e campanha eleitoral, Lula foi vitorioso em parte, pela confiança dos estratos mais pobres da sociedade brasileira com anseios de terem seus interesses representados.

No primeiro mandado, Lula convocou uma equipe de intelectuais, liderada por Plínio de Arruda Sampaio, que elaborou o II PNRA, identificado por expressar uma política técnica assistencial que tinha como meta assentar novas famílias, regularizar terras ocupadas por posseiros, ampliar o número de beneficiados pelo crédito fundiário, fomentar a capacidade produtiva e viabilização econômica dos assentamentos e criar novos postos de trabalho que tornasse exequível o plano. O plano distinguiu-se, ainda de acordo com Coca (2011), pela "compreensão de que as políticas de reforma agrária devem ser destinadas, além dos beneficiários diretos (agricultores sem ou com pouca terra) também a outros camponeses" (p. 86). O que demonstrou maior entendimento da realidade brasileira, envolvendo, assim, outros sujeitos implicados no que diz respeito à questão agrária. O autor destaca, no entanto, que, inicialmente, a política que privilegiara o Crédito Fundiário e a regularização de terras, culminou, em várias manifestações contrárias a essa postura, por parte dos movimentos sociais. Para Delgado (2008), em entrevista concedida ao Jornal Brasil de Fato, por Jorge Pereira Filho, a aliança entre as grandes indústrias e grandes proprietários de terras, é característica do desenvolvimento capitalista brasileiro – que aposta no setor primário exportador concentrador de riquezas,

> Essa aliança impede a grande reforma agrária, mesmo a residual que havia sido feita no primeiro mandato do governo Lula. Fica inviável até mesmo administrar os

> assentamentos existentes, porque as áreas são objetos de cobiça da invasão do agronegócio, interessado em expandir cana, soja. Como o governo não possui um projeto alternativo para trabalhar nessa perspectiva, o programa de assentamento fica refém de se transformar puramente de subsistência [...]. O processo de reprimarização da economia, a volta para o setor agroexportador, engole a agricultura familiar e transforma-a em empreendimentos residuais e inviáveis [...] Há uma orquestração nacional em defesa do modelo primário-exportador. Contra essa visão, tudo é colocado como atraso. Mas o atraso é justamente esse modelo, a aliança do grande capital com a grande latifundiária. (DELGADO, 2008).

Dentre outras questões associadas à não reforma agrária, no governo Lula, e a luta pela terra, destacam-se as consequências dos programas "Fome Zero", "Bolsa Família" e "Luz Para Todos", programas "garantidores" de assistências básicas, mas que repercutiram na diminuição dos integrantes e dos movimentos de luta pela terra.

Contudo os movimentos sociais de luta pela terra seguiram realizando mobilizações pela reforma agrária, contra as desigualdades e injustiças sociais, contra o crescimento hegemônico do agronegócio como fornecedor de matéria-prima na divisão internacional do trabalho. Contra a ofensiva do capital financeiro, representado pelas transnacionais dos agronegócios, e a expansão e apropriação capitalista da terra, da água, das sementes e dos alimentos. Lutaram contra os investimentos do capital e flexibilizações nas legislações, contra a dominação do pacote tecnológico na agricultura e a difusão desse projeto pela imprensa, contra a violência no campo e a exploração do trabalho – enfim, as mobilizações favoreciam um projeto oposto ao projeto hegemônico essencialmente capitalista e neoliberal.

Em uma reportagem sobre a conjuntura do governo Lula em 2007, Roberto Baggio, integrante da direção nacional do MST do Paraná, afirmou que o governo Lula não tinha um projeto de reforma agrária,

> O sentido de um projeto de Reforma Agrária é mexer na estrutura da propriedade da terra, desconcentrar, distribuir e democratizar a terra, criando um conjunto de instrumentos públicos e de políticas agrícolas para reformar grandes regiões e organizar a economia, desenvolvendo a parte educacional, cultural, recuperando a sociabilidade. Enfim, isto significa organizar as grandes regiões e estabelecer polos de desenvolvimento econômico, social e cultural, com agroindústrias, nesta perspectiva de ir incorporando e integrando milhões de camponeses que dependeriam da terra e de um projeto de Reforma Agrária. Nós não identificamos nem no governo Lula, nem no seu programa, embriões desta perspectiva. Pelo contrário, os marcos atuais do modelo de Reforma Agrária deste governo são assentamentos pontuais e localizados. Não podemos dizer que isto é Reforma Agrária (BAGGIO, 2007, s/n).

Mesmo o governo Lula, ao manter o diálogo com os movimentos de luta pela terra e atenuar as leis que criminalizam as ocupações de terras – isso, claro, como conquistas importantes dos movimentos sociais – não demonstrou um compromisso de fato em torno das

questões do campo, ao contrário, deu continuidade à política econômica de FHC, bem como às suas reformas neoliberais, calcadas em políticas de assentamentos e regulamentações fundiárias sem alteração da estrutura fundiária concentrada. Para a coordenadora nacional do MST, em 2009, Marina dos Santos, a política de reforma agrária do governo Lula significou uma "política paliativa, assistencialista, que não destrói o latifúndio, não democratiza, não descentraliza".

Ao observarmos os períodos de governos apresentados até aqui, os conflitos e as conquistas no campo brasileiro, reforçamos o panorama histórico da questão agrária no país. No período de governo de Fernando Collor de Melo e Itamar Franco (1990-1994), houve 504 ocupações de terras envolvendo 80.900 famílias. No governo de FHC (1995-2002), considerando os dois mandatos, foram registrados 3.846 ocupações de terras, envolvendo um total de 568.074 famílias. O período que compreende o governo de Luís Inácio Lula da Silva (2003-2010) foram registrados 493.479 famílias em 3.804 ocupações (Ver Tabela 2).

Tabela 2: Brasil – Assentamentos por Períodos de Governo, Número de Famílias e Área Desapropriada (ha) 1927-2012

Período	Nº Assentamentos	Nº Famílias	Área (ha)
1927-1959	9	100	588.456
João Goulart (1961-1963)	1	-	111
Regime Militar (1964-1984)	63	9.072	9.839.679
José Sarney (1985-1989)	516	58.633	4.291.028
Fernando Collor de Melo e Itamar Franco (1990-1994)	369	31.136	2.769.682
Fernando Henrique Cardoso (1995-2002)	4.310	375.278	21.381.878
Luís Inácio Lula da Silva (2003-2010)	3.602	260.756	49.599.859
Dilma Rousseff (2011-2012*)	109	5.321	1.902.884
TOTAL	**8.979**	**740.296**	**90.373.577**

Fonte: INCRA/DATALUTA (1986-2011) (*) dados até maio de 2012.
Organização: VIEIRA, W. A.

As discussões e atuações em torno da questão agrária no país, mais especificamente, das lutas pela reforma agrária, não são satisfatórias, segundo os dirigentes do MST. O movimento considerou o ano de 2011 como o pior resultado da reforma agrária dos últimos 16 anos. Para Stédile, em entrevista concedida ao programa "Brasil em Discussão"[19], em junho de 2012, o campo e a agricultura brasileira, meio a crise internacional, estão caracterizados por um processo lento de reforma agrária favorável aos grandes investimentos de capital externo, ou seja, a agricultura quase que completamente dependente do capital

[19] Programa Brasil em Discussão | Record News – Rede Record

vindo da burguesia financeira e das empresas transnacionais. De acordo com Stédile e as publicações do MST (2012), existem, no Brasil, 160 mil famílias acampadas à beira das estradas, são 186 mil famílias acampadas no país. Para outro dirigente do MST, José Coutinho Júnior, em relação a 2011 e 2012 comentou,

> No ano passado, R$14 bilhões foram para a agricultura familiar e R$150 bilhões para o agronegócio. Nesta semana, o governo vai lançar o Plano Safra 2012/2013. O montante vai girar em torno de R$180 bilhões para o agronegócio. Em contrapartida, o governo vai destinar R$18 bilhões para a agricultura familiar. Dez vezes menos investimentos para a agricultura familiar, que produz 70% dos alimentos, gera em cada hectare nove empregos. Além disso, o agronegócio está completamente endividado, mas protela as dívidas com o governo brasileiro, ao passo que as dívidas dos agricultores familiares nos bancos demoraram para ser renegociadas (COUTINHO JR., 2012).

Nesse contexto, as ações do MST em torno da luta pela terra ganham fôlego e se concretizam nas Jornadas de Luta por Reforma Agrária. Segundo dados do próprio movimento (MST, abr. 2012), a última Jornada mobilizou mais de 60 mil pessoas, que protestaram em 20 estados brasileiros, foram 105 bloqueios de rodovias, estradas, avenidas e ferrovias, 45 latifúndios ocupados em nove estados até abril, e ainda 11 superintendências do INCRA. Em Minas Gerais, conforme o MST, existem 2.700 famílias do movimento acampadas e diversas ações que reivindicam, além de mais terras, políticas públicas de melhorias para os assentamentos.

Stédile (2012), ao ser questionado sobre as vendas ilegais de terras conquistadas por parte de alguns assentados, argumenta que, no Brasil, a média de desistência dos assentados é 8% no geral, destes, entre 20% e 30% ocorrem no Norte do país, sobretudo nos Estados do Pará e Rondônia, com os projetos de colonização do INCRA, os quais não garantem estruturas mínimas de socialização (nestes projetos, não há escolas, estradas e os assentados são constantemente vítimas da malária), diferente dos assentamentos da região Sudeste do país com baixo nível de desistência, ou seja, os assentamentos possuem além dos assentados, os agregados formados por integrantes da família. O líder enfatiza, ainda, que não é possível um assentado valer-se do oportunismo e reivindicar novas terras devido ao rigoroso cadastro informatizado do INCRA.

As questões que têm sido destaques com as reivindicações e lutas no campo, na atualidade, debatem e socializam temas como uso de agrotóxico, Novo Código Florestal e Rio +20. A reforma agrária desejada vai ao encontro da reforma que democratiza terras, uma reforma agrária que seja popular. As conquistas construídas ao longo da história do MST, as quais Stédile deseja que sejam divulgadas e ampliadas, alcançaram 4 milhões de assentados

no país, mais de 80 milhões de hectares em assentamentos, 81 cooperativas de trabalhadores, 45 unidades agroindustriais com produção de alimentos agroecológicos, programas maternos e infantis de educação e alfabetização, convênios com Universidades Federais nas quais estão 3.800 filhos de assentados em cursos superiores por meio do PRONERA e mais de 200 filhos de assentados cursando mestrados e doutorados. Em Santa Catarina, existe uma das melhores cooperativas de leite do país coordenada pelo MST, com a produção de um milhão de litros de leite por dia. Além disso, o movimento, em uma de suas cooperativas – a COOPAN –, produz 600 mil sacos (1Kg) de arroz orgânico por safra no Rio Grande do Sul. A agricultura camponesa, para ser estabelecida de fato, preservando os bens naturais, deve ser prioridade nas políticas públicas, sobretudo em relação aos projetos de educação para o campo, com formação voltada para a produção de alimentos saudáveis, sem uso de agrotóxicos, e que dominem a matriz produtiva agroecológica. O que deixa os alimentos orgânicos com elevados preços nos mercados, segundo Stédile (2012), é o controle oligopolizado da distribuição e a percepção destes produtos como nichos de mercado, o que eleva seus preços para o consumidor final.

Concluímos, após essas reflexões, que, nos últimos cinquenta anos, o Brasil perdeu diversas oportunidades de democratizar o acesso à posse da terra e nem por isso as lutas cessaram. A reforma agrária, principal reivindicação no campo desde os anos 1960, foi motivo de diversos debates que mobilizaram e influenciaram a formação de vários movimentos sociais no Brasil desde o aparecimento das Ligas Camponesas. Por outro lado, a ala do Estado representada pelos grandes proprietários de terras, desde o mesmo período, atuou com consideráveis poderes em termos de representação e criação de instituições públicas e programas que resultaram na modernização conservadora e em mais concentração de terras. Não hesitaram em começar o projeto do Brasil agrário exportador com o regime militar, que durou vinte e um anos, entre os anos de 1946-1985. Desde então, a concentração de terras, os problemas ambientais, as agroindústrias e os camponeses estão, fortemente, sob a mira gananciosa do sistema capitalista, não há limites para a exploração dos bens naturais e não há perspectivas concretas em promover o desenvolvimento social no campo. A reforma agrária, ao contrário, é, desde o princípio, solicitada para promover oportunidades e dignidade no campo.

3 – OS CONFLITOS NO CAMPO EM MINAS GERAIS

3.1. O campesinato e a luta pela terra: considerações iniciais

Inicialmente, índios, mestiços, excluídos e empobrecidos pelo morgadio (sistema que tinha o primogênito como herdeiro legal de bens do fazendeiro), agregados, posseiros e sitiantes, caipiras, caboclos, vaqueiros e trabalhadores assalariados do campo, são todas as possíveis formas de camponês. De acordo com Martins (1983), os termos camponês e latifundiário são expressões políticas, que carregam as contradições e a situação de classe, são expressões que remetem às lutas políticas dos camponeses, condizem com o lugar social na sociedade – um destino histórico que, no período atual, engendram o desenvolvimento do novo padrão capitalista de produção no campo.

Para introduzir e comparar as discussões sobre os conflitos no campo em Minas Gerais, travados pelos camponeses e os diversos movimentos sociais de luta pela terra, na história do Brasil, identificamos diversos debates e lutas em torno da questão agrária, a começar pelas lutas indígenas e de negros quilombolas empreendidas até o presente pela conquista de territórios.

A Guerra de Canudos, entre 1896 e 1897, foi um verdadeiro ato de resistência campesina no interior dos sertões da Bahia, a qual contou com a participação de milhares de camponeses, sendo quase todos exterminados, cerca de cinco mil mortos mais outros tantos mortos militares. Já a Guerra do Contestado, entre 1912 e 1916, segundo Martins (1983), foi a maior guerra camponesa do Sul do país, devida à construção de uma estrada de ferro dos governos, federal e estadual em parceria com uma empresa norte-americana, que deixou milhares de camponeses sem-terra e um rastro de três mil mortos nos estados do Paraná e Santa Catarina.

Conforme mencionamos em outra parte desta pesquisa, considerado um dos mais importantes acontecimentos do campesinato brasileiro, surgiu em 1955, no Engenho da Galiléia, no município de Vitória de Santo Antão em Pernambuco, a associação dos foreiros – SAPPP, a Liga Camponesa. A luta expressou a percepção crítica sobre as causas da pobreza no Nordeste, culminou no início dos anos 40, quando os foreiros foram sendo expulsos de suas terras pelos fazendeiros usineiros e latifundiários e transformados em trabalhadores assalariados expropriados da terra, em vista da valorização do açúcar e expansão dos canaviais. Ainda de acordo com Martins (1983), sobre as revoltas históricas no Nordeste do país,

> Se até 1940 o messianismo e o cangaço foram as formas dominantes de organização e de manifestação da rebeldia camponesa, a partir dos anos 50, a liga camponesa e o sindicato serão as formas mais importantes de organização e lutas políticas dos camponeses, ainda que convivendo com a persistência do messianismo e do banditismo e com outras formas de luta e de resistência (MARTINS, 1983, p. 67)

A apropriação por grilagem no norte do Estado de Goiás, entre os anos de 1950 e 1957, incendiou uma verdadeira guerra armada entre grileiros e posseiros em Formoso das Trombas. Com a vitória dos camponeses, a luta resultou na fundação da Associação dos Lavradores de Formoso e Trombas e, com isso, elegeu José Porfírio como o primeiro deputado camponês do Brasil, o qual tinha como principal bandeira a reforma agrária, Porfírio, no entanto, foi caçado pelo Regime Militar e dado como desaparecido.

Em Minas Gerais, entre 1945 e 1948, diversos fazendeiros chegaram a Malacacheta atraídos pela construção da rodovia Rio-Bahia. Nessa ocasião, antigos posseiros expulsos de suas terras, na região de Catulé, tiveram como única alternativa serem parceiros dos fazendeiros. Essas novas condições deixaram os camponeses mineiros acumulados de novas necessidades e dívidas, o que fez com que vendessem sua mão de obra na condição de trabalhadores temporários ou migrassem para o estado de São Paulo. Durante essas migrações, a seita "Adventismo da Promessa" conquistou a confiança e fé dos antigos posseiros, porém as doutrinas e os princípios não condiziam com as mudanças sociais e econômicas ocorridas em suas vidas. Os camponeses voltaram para Catulé e, novamente, foram parceiros dos fazendeiros em 1954. O surto messiânico dos camponeses de Malacacheta em Minas Gerais (1955), na Semana Santa, em que numa situação de exacerbação mística, mataram crianças e animais domésticos, não foi evidenciado pelos noticiários da época. De acordo com Martins (1983), o surto procedeu em rituais sangrentos que culminariam, para os camponeses, no fim do mundo e no arrebatamento. Essa situação, provocada por graves transformações econômicas e sociais dos camponeses, principalmente com a perda de suas terras, resultaram em mortes e prisões dos camponeses pela Polícia Militar de Minas Gerais. "O juízo final e o arrebatamento constituíram-se no coroamento místico e simbólico do processo que começara com a expulsão da terra, com o empobrecimento representado pelo pagamento da renda em trabalho e da renda em espécie" (MARTINS, 1983, p. 71).

Em Governador Valadares MG, em função ainda da rodovia Rio-Bahia, violência e despejos marcaram as vidas de outros posseiros durante os anos de 1940 e 1950. Tanto no contexto estadual quanto nacional, os camponeses organizaram-se e formaram sindicatos, o

que imprimiu mais violências por parte dos fazendeiros, que formaram milícias comandadas por oficiais da polícia mineira. Mesmo assim, as reivindicações pela reforma agrária resultariam na distribuição das terras reivindicadas pelo governo Goulart, em 30 de março de 1964, quando aconteceria o confronto. No dia seguinte, em Minas Gerais, houve o Golpe Militar contra o governo e a implantação da Ditadura Militar no Brasil. No mesmo dia, o governo do Estado de Minas Gerais havia declarado secessão para permitir o avanço das tropas do exército para o Rio de Janeiro e Brasília. Para Martins (1983), o "aparente e isolado confronto de fazendeiros e camponeses de Governador Valadares foi, na verdade, o estopim preparado pela CIA para o golpe, segundo documentos do arquivo do presidente Lyndon Johnson" (p. 69-70).

Esses conflitos históricos são frutos de um desenvolvimento desigual, que tem como base, no Brasil, a concentração e a renda capitalista da terra. Os movimentos históricos de luta representaram unidade quanto à causa, ou seja, "as diferentes formas de lutas e os diferentes movimentos expressaram uma só coisa: a luta dos camponeses contra a renda da terra" (MARTINS, 1983, p.80).

Assim, vários estudos têm sidos desenvolvidos para entender a complexidade do campo mineiro. Todos esses trabalhos representam, como exemplos e fundamentações teóricas, a possibilidade de compreensão da sociedade, da natureza e das contradições históricas que culminaram nos agronegócios e na propriedade privada como grandes empreendimentos no campo em Minas Gerais.

Esses esforços vêm sendo destacados em consonância com as pesquisas de mestrandos realizadas no LAGEA do IG/UFU, sob a orientação do Prof. Dr. João Cleps Junior. De igual importância, outros trabalhos têm possibilitado nossa compreensão, tais como os trabalhos de monografia desenvolvidos no mesmo espaço, são eles: Carvalho (2007) – "A Luta Pela Terra na Região do Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba: da criação dos movimentos socioterritoriais aos assentamentos rurais (1995 – 2005)"; Cardoso (2009) – "Assentamentos Rurais: desafios de conquista e permanência na terra no P. A. Fazenda Nova Tangará, Uberlândia (MG)"; Gonzaga (2010) – "A Espacialização da Luta pela Terra no Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba (1986 – 2007)"; Souza (2010) – "Políticas Públicas, Desenvolvimento Agrário e Desafios no Pós-Conquista da Terra: a criação de assentamentos rurais no Triângulo Mineiro/ Alto Paranaíba (1986-2009)"; Silva (2011) - "Do Sonho da Terra ao Pesadelo da Dívida: o Programa Banco da Terra em Uberlândia-MG (Assentamento Campo Brasil)" e Campos (2011) – "Expansão Canavieira e Impactos Sócio-Espaciais da

Produção de Agrocombustível no Triângulo Mineiro (1980-2011)", dentre outros em desenvolvimento.

Guimarães (2001), em sua dissertação de mestrado, estudou a "Luta Pela Terra, Cidadania e Novo Território em Construção: o caso da Fazenda Nova Santo Inácio Ranchinho, Campo Florido-MG (1989-2001)". Percebeu, por meio de suas pesquisas, a relação entre a resistência da população rural com processo econômico e político provocado pela rápida modernização da agricultura na região do Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba, o que aprofundou as desigualdades e a exclusão social, "indicando que o processo de modernização da agricultura é acompanhado pela reprodução do atraso: a manutenção dos privilégios, o clientelismo político, a privatização da esfera pública", o novo padrão de desenvolvimento rural no cerrado brasileiro, iniciado na região do Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba por meio de incentivos políticos e financeiros[20]. A luta pela terra, coligada às histórias de vida, formação de identidades coletivas, expropriações, assalariamento e proletarização do homem no campo – raízes, memórias e cotidianos fundiram-se às experiências e práticas vivenciadas por trabalhadores rurais na conquista da reforma agrária e do entendimento da "configuração de um novo território" por meio da organização e da resistência na luta pela terra.

Assim como Guimarães (2001), preocupou-se em recuperar a história do processo de modernização e dos planos de desenvolvimento implementados pelo Estado para o setor agrícola, bem como a luta pela terra como identidade coletiva dos trabalhadores no campo, outros trabalhos desenvolvidos por autores pesquisados aqui, são capazes de fornecer elementos básicos para a compreensão dos dados registrados pelo projeto DATALUTA, ou seja, um aprofundamento dos impactos causados pelas políticas públicas de modernização do campo – a reprodução capitalista do espaço e as histórias de luta pela terra configuram-se nesse processo contraditório de modernização e desenvolvimento para poucos.

Gomes (2004) dissertou sobre a "Ofensiva do Capital e Transformações no Mundo Rural: a resistência camponesa e a luta pela terra no Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba", analisou a questão agrária brasileira, por meio do entendimento sobre o processo contraditório do capitalismo, e na perspectiva das lutas sociais travadas no campo. Concluiu que, na mesorregião Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba, houve uma radical transformação no cenário

[20] Planos Nacionais de Desenvolvimento – PND's (I PND 1972-1974; II PND 1974-1976); Programa de Crédito Integrado e Incorporação do Cerrado – PCI; Programa de Desenvolvimento dos Cerrados – POLOCENTRO; Plano de Assentamento Dirigido do Alto Paranaíba – PADAP e Programa de Cooperação Nipo-Brasileira para o Desenvolvimento Agrícola dos Cerrados – PRODECER. Segundo Guimarães (2001), o Programa de Crédito Integrado e Incorporação do Cerrado – PCI, foi o primeiro plano de desenvolvimento do Cerrado mineiro implementado pelo Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais – BDMG em 1972, com objetivo de promover a transformação tecnológica da agricultura.

econômico a partir da década de 1970, ante o processo de modernização da agricultura e, a partir disso, o "acirramento das contradições inerentes ao movimento constante de expansão e reprodução do capital, à medida que se fez acompanhado da desterritorialização do camponês e do aprofundamento das formas de exploração do trabalho no campo". A pesquisa representou um estudo sobre o avanço da luta pela terra no Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba e dos assentamentos rurais, a partir da questão agrária e agrícola brasileiras, dos anos de 1980 até 2004.

Maria (2005), que dissertou sobre "O Programa Bolsa de Parceria e Arrendamento de Terras e o Processo de (Re)Ocupação Produtiva no Cerrado Mineiro: o caso de Uberaba e Uberlândia", percebeu que, no processo de reorganização produtiva e modificações das antigas relações de trabalho, agora sob a égide das formas capitalistas de produção que concentra terras, há uma ordenação dos espaços, privilegiando-os na sua forma capitalizada e, com isso, o intenso processo de modernização e incentivo às migrações, como, historicamente, aconteceram no Cerrado, onde o incentivo pela Bolsa de Arrendamento de Terras na região do Triângulo Mineiro nos anos 1980, favoreceu a vinda dos agricultores gaúchos e paulistas, que implantaram novas técnicas e maquinários de cultivo na região. São as políticas públicas de incentivo à territorialização do capital e também da materialização da subordinação e desterritorialização dos camponeses.

Outros elementos que proporcionam a compreensão sobre os conflitos no campo, nas escalas Brasil e Minas Gerais, vão também ao encontro das ações de embate político e resistência ao modelo de desenvolvimento dos agronegócios, sobretudo considerando as lutas históricas da Via Campesina e do MST no Brasil. Nessa trajetória, Ribeiro (2009), em a **"**Questão Agrária e Territórios em Disputa: embates políticos entre agronegócio e agricultura camponesa/familiar — década de 2000", também entendeu que as manifestações políticas dos movimentos sociais contra os agronegócios demandam serem contrárias aos transgênicos, à monocultura, aos agronegócios, ao desmatamento e à privatização da água, contra a concentração fundiária e pela reforma agrária. As manifestações são em prol dos direitos humanos, por incentivos à pequena produção e pela articulação entre todos os setores sociais.

Carvalho (2011), com o trabalho intitulado "Luta Pela Terra no Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba: a trajetória dos movimentos e organizações sociais na construção do território", em Minas Gerais, estudou os movimentos e as organizações sociais de luta pela terra mais atuantes na mesorregião, bem como suas conquistas, refletiu sobre a reforma agrária por meio de um resgate histórico das principais políticas agrícolas no período de modernização agrícola no Brasil (1960-1980). Dissertou sobre a conquista dos Projetos de

Assentamento Iturama e Santo Inácio Ranchinho, a organização sindical FETAEMG, e sobre a trajetória dos movimentos sociais MTL, MLST e MST no Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba.

Assim, vimos até aqui que a trajetória histórica das lutas sociais no campo em Minas Gerais foi destaque em vários estudos, por ter sido significativa quanto ao processo de luta por territórios. Percebemos que as disputas no campo acontecem, dentre outro motivos, em consequência da modernização do território com a construção de hidrelétricas e rodovias, aumento da pobreza, expulsão dos camponeses de suas terras por fazendeiros, usineiros e latifundiários, em vista da transformação dos camponeses em trabalhadores assalariados expropriados da terra por grileiros, em decorrência da criminalização, prisões e assassinatos de camponeses no processo de luta e, devido, ainda, ao uso de agrotóxicos em monoculturas, desmatamentos e privatizações dos bens naturais.

A espacialização dos conflitos no campo em Minas Gerais pode ser compreendida nas próximas linhas deste trabalho a partir dessas considerações, fundamentais às reflexões críticas desta proposta de entender e compartilhar a Geografia dos conflitos no campo, ou seja, a trajetória do campesinato mineiro, as revindicações e estratégias dos movimentos sociais de luta pela terra, os territórios, as conflitualidades e a reforma agrária em Minas Gerais.

3.2. Reivindicações e conflitualidades no campo

O desenvolvimento capitalista, no mundo e no Brasil, marcado por crises econômicas, sociais e ambientais, tem, ao longo da história, gerado ações diversas em diferentes grupos e organizações político-sociais. De um lado, os governos neoliberais associam-se à política e ao desejo de busca desenfreada do lucro pelas multinacionais que os patrocinam, de outro, o mundo atual está marcado por diferentes grupos que reivindicam e manifestam-se do ponto de vista político, social e ideológico, sobretudo pela conquista de espaços acessíveis e com oportunidades e, se considerarmos as consequências do capitalismo globalitário, iremos perceber que as manifestações se pautam, principalmente, por melhorias de vida quanto aos quesitos básicos, tais como moradia, saúde, educação, liberdade e lazer.

Assim, as manifestações empreendidas essencialmente por movimentos e organizações sociais no campo e nas cidades, edificam objetivos e os reivindicam em uma caminhada de desafio às organizações governamentais, exigindo ou repudiando políticas públicas, no caso das exigências, que as políticas considerem as diversidades socioespaciais e

culturais. No caso do repúdio, refere-se ao não cumprimento de propostas, acordos e promessas. Um ponto comum, entre as manifestações de reivindicações diversas, vai ao encontro da transformação das estruturas de dominação do capital.

> Da mesma forma como alguns movimentos produzem e constroem espaços, também se espacializam e possuem espacialidades. A produção ou a construção do espaço acontece pela ação política, pela intencionalidade dos sujeitos para transformação de suas realidades. Os espaços políticos são reproduzidos pelo movimento da ação, constituindo a espacialização. Os conteúdos desses espaços são manifestados por suas inerências: a espacialidade e a espacialização são propriedades do espaço em seu movimento (FERNANDES, 2005, p.7).

Os movimentos e organizações sociais dos oprimidos pelos valores do capital que também cria e reproduz espaços, seguem em uma dialética de intenções a partir das quais, contraditoriamente, constroem os territórios. O espaço geográfico, nas suas diversas dimensões, compreende, assim, as ações dos movimentos sociais que os transformam e territorializam-no pelas relações econômicas, sociais, ideológicas, culturais e ambientais. “Não existe transformação da realidade sem a criação de espaços” (FERNANDES, 2005, p.32).

Essas considerações iniciais possibilitam-nos compreender as reivindicações ocorridas em Minas Gerais entre 2000 e 2011, período em que 49% das manifestações estão relacionadas com a luta pela terra, 24,5% com a luta pela água, 5,4% com as questões trabalhistas e 5,2% com as questões ambientais, dentre outras reivindicações. Mais especificamente, o panorama geral das injustiças no campo no Estado de Minas Gerais aponta que os mais de 30 movimentos existentes (Ver Anexo A) no campo lutam de acordo com a nossa pesquisa no DATALUTA/MG, por:

- Reforma agrária;
- Assentamento de famílias acampadas;
- Reassentamento;
- Contra expropriação;
- Por limite, demarcações e desapropriações de terras;
- Regularizações fundiárias;
- Titulação de áreas indígenas e quilombolas;
- Assistência técnica;
- Contra a monocultura;
- Incentivo à pequena produção;

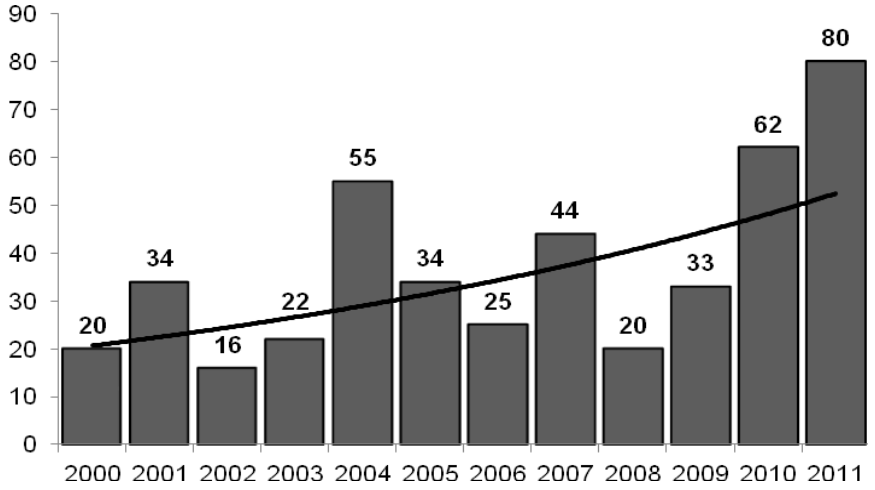
- Cestas básicas;
- Contra injustiça, violência e impunidade no campo;
- Contra os projetos de barragens e de mineradoras que ocupam territórios camponeses;
- Reestatização de empresas ou órgão privados;
- Em defesa dos direitos humanos;
- Pela água[21] e pelo meio ambiente;
- Contra transposições de rios;
- Contra a grilagem de terras;
- Por garantias dos direitos trabalhistas[22];
- Créditos, renegociação de dívidas e indenizações;
- Assistência técnica;
- Cumprimento de acordos;
- Infraestrutura nos assentamentos;
- Saúde;
- Educação;
- Políticas públicas acessíveis para o campo e contra a seca;
- Seguridade social entre outras.

Ao considerarmos uma variável exponencial das manifestações no estado, percebemos que a tendência, sobretudo da maneira como a questão agrária tem sido tratada, é aumentar à medida que as injustiças no campo não forem solucionadas (Ver Gráfico 1).

[21] Conflitos pela água são ações de resistência, em geral, coletivas, contra a diminuição ou impedimento de acesso à água, (quando um manancial ou parte dele é apropriado para usos diversos, em benefício particular, impedindo o acesso das comunidades); desconstrução do histórico-cultural dos atingidos; ameaça de expropriação; falta de projeto de reassentamento ou reassentamento inadequado ou não reassentamento; não cumprimento de procedimentos legais (ex: EIA-Rima, audiências, licenças), divergências na comunidade por problemas como a forma de evitar a pesca predatória ou quanto aos métodos de preservar rios e lagos etc; destruição e/ou poluição (quando a destruição das matas ciliares, ou o uso de agrotóxicos e outros poluentes diminuem o acesso à água ou a tornam imprópria para o consumo), cobrança pelo uso da água (CPT, 2011).

[22] Os conflitos trabalhistas compreendem os casos de trabalho escravo e superexploração. Acompanham os Conflitos Trabalhistas, as ações de resistência que representam a luta dos trabalhadores por conquista de direitos trabalhistas e referem-se às greves, à luta contra o desrespeito à pessoa nas relações de trabalho e, outras formas de protesto. (CPT, 2011).

Gráfico 1: Minas Gerais – Manifestações dos Movimentos Sociais de Luta pela Terra 2000-2011



Fonte: DATALUTA/MG, 2000-2011 (dados atualizados até 18/05/2012).
Organização: VIEIRA, W. A.

A incidência dos movimentos sociais e a atuação de outras organizações ligadas ao campo em Minas Gerais distribuíram-se em atuação por todo o estado mineiro entre 2000 e 2011. A capital Belo Horizonte, por exemplo, foi responsável por 164 manifestações relacionadas com os problemas do campo. No Norte de Minas, os movimentos tiveram atuações expressivas no município de Montes Claros, foram realizadas 25 manifestações no período. No Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba, destacaram-se os municípios de Uberlândia, com 25 manifestações, Uberaba, com sete e Prata com cinco. Na Zona da Mata, as manifestações foram distribuídas, com o maior número de atuações, entre os municípios de Ponte Nova, Abre Campo, Muriaé e Juiz de Fora. No Vale do Rio Doce, o município de Governadores Valadares ocupou o quarto lugar, com 17 manifestações no período. Destacamos, na mesorregião, o município de Frei Inocêncio com cinco manifestações. O Vale do Jequitinhonha sobressaiu por ter tido maior número de manifestações nos municípios de Felisburgo, Jequitinhonha, Salto da Divisa e Almenara.

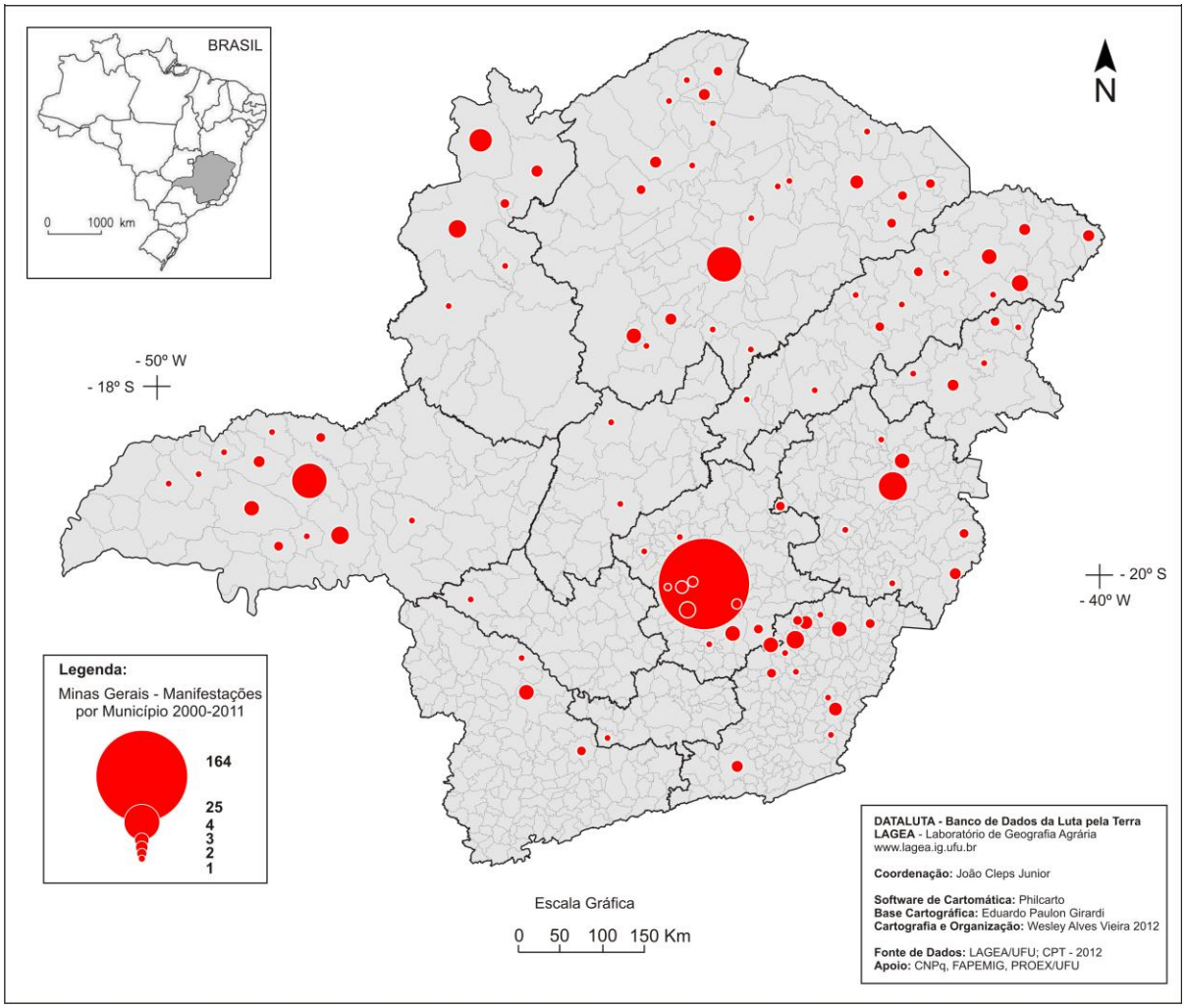
Ocorreram 11 manifestações em Buritis e sete em Unaí, na mesorregião Noroeste de Minas. Teófilo Otoni e Águas Formosas salientaram-se com maior número de manifestações no Vale do Mucuri. Campo do Meio registrou o maior número no Sul/Sudoeste de Minas, ocorreram, ainda, com maior incidência, manifestações em Pompéu e em Três Marias na Central Mineira e, por último, em São Roque de Minas no Oeste de Minas (Ver Tabela 3 e Mapa 2).

Tabela 3: Minas Gerais – Pessoas em Manifestações dos Movimentos Sociais de Luta pela Terra por Mesorregiões 2000-2011

Mesorregiões	Manifestações	Pessoas
Metropolitana de Belo Horizonte	192	76.259
Norte de Minas	64	77.109
Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba	51	37.712
Zona da Mata	34	13.775
Vale do Rio Doce	32	19.850
Jequitinhonha	27	35.310
Noroeste de Minas	25	8.350
Vale do Mucuri	8	25.470
Sul/Sudoeste de Minas	8	2.644
Central Mineira	2	950
Oeste de Minas	1	2.000
Campo das Vertentes	1	300
N.I	2	2.000
TOTAL	**447**	**301.729**

Fonte: DATALUTA/MG, 2000-2011 (dados atualizados até 18/05/2012).
Organização: VIEIRA, W. A.

Mapa 2: Minas Gerais – Manifestações dos Movimentos Sociais de Luta pela Terra por Município 2000-2011



O fato de, por diversas, vezes os veículos de informação de massa não darem a devida atenção, não exercendo, assim, a função social de transmitir informações corretas e imparciais sobre as manifestações de luta no campo, oculta uma imensidão de estratégias políticas e problemas sociais ocorridos no campo, que têm como principais sujeitos os integrantes dos diversos movimentos sociais.

As reivindicações sociais no campo têm levado para as ruas um considerável número de pessoas. No entanto essas ações não são socializadas pelos veículos de informação, que, além disso, não abrem espaço para as discussões dos problemas no campo. Quando tais ações são divulgadas, não são discutidas ou apresentadas como atos de luta e que refletem algo de errado no campo, mas como ações que devem ser criminalizadas pelo Estado e pela opinião pública. As 447 manifestações registradas, entre 2000 e 2011, pelo DATALUTA/MG (2012), mostraram que 33% foram realizadas em atos de concentrações em espaços públicos (150

registros desse tipo de manifestação), foram ainda 17% ou 77 manifestações ocorridas em ocupações de prédios (públicos, privados e agências bancárias), foram 31 marchas, 30 caminhadas, 30 manifestações por temáticas específicas, 21 acampamentos e 16 romarias (Ver Tabela 4).

Tabela 4: Minas Gerais – Tipologia e Ocorrência de Manifestações dos Movimentos Sociais de Luta pela Terra 2000-2011

Tipo de Manifestação	Nº Ocorrências
Concentração em Espaço Público	150
Ocupação de Prédios*	77
Bloqueio de Rodovia	46
Marcha	31
Caminhada	30
Temática	30
Acampamento	21
Romaria	16
Cerco a Construções	8
Encontro	7
Audiência	5
Celebração Religiosa	5
Manifesto	5
Vigília	4
Abraço	2
Greve de Fome	2
Greve de Sede	1
Mutirão	1
Panfletagem	1
Retenção de Veículo	1
Saque	1
N.I	3
TOTAL	**447**

Fonte: DATALUTA/MG, 2000-2011 (dados atualizados até 18/05/2012).
Organização: VIEIRA, W. A.

Em Minas Gerais, os movimentos sociais que mais promovem manifestações no estado são o MST, que atua, principalmente, nas regiões Metropolitana e Noroeste de Minas, o MAB, que se destaca nas regiões Metropolitana e Zona da Mata, a CPT e a Via Campesina, nas regiões Metropolitana e Norte de Minas e, por último, o MLST no Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba. A região Metropolitana é salientada, especialmente, por possuir a sede administrativa do governo estadual e outras instituições do estado ligadas ao campo.

O MST, formado no estado em 1988, quando 400 famílias, ao ocuparem a fazenda Aruega (Novo Cruzeiro/MG), desencadearam o processo de massificação e organização do movimento no estado, agrega, atualmente, cerca de seis mil famílias, "sendo que destas, 1,6 mil já foram assentadas em 42 áreas conquistadas. Hoje [2009], já são 15 brigadas constituídas nas 5 regionais existentes, totalizando mais de 70 áreas dentro da organicidade do MST" (MST, 2009). O MAB, formado no Brasil no final da década de 1970, realizou, em Minas Gerais, em novembro de 1999, o seu IV Congresso Nacional.

As diversas formas de manifestações dos movimentos sociais de luta pela terra constituem-se como fundamentais ao processo de conquista da terra. Mais que isso, elas constituem-se em um dever, uma vez que o Estado e suas instâncias jurídicas têm promovido a concentração de um dos principais meios de produção – a terra, e a legalização de injustiças contra os camponeses, atuando, assim, favoravelmente às transnacionais dos agronegócios em Minas Gerais.

3.3. A dimensão territorial da luta pela terra

A questão agrária, em Minas Gerais, caracteriza-se, principalmente, pela relação entre a renda do latifúndio e a produção capitalista da agricultura que formam os agronegócios – as monoculturas. As disparidades econômicas, sociais e os impactos ambientais provocadas por esta relação geram os conflitos e as resistências no campo.

A exploração capitalista da terra, marcada pela concentração fundiária e exploração dos bens naturais, tem sido legitimada, em Minas Gerais, por meio de especulações fundiárias criminosas, dominadas por grupos (políticos, autoridades e civis), que compactuam com empresas mineradoras, de exploração florestal, cooperativas de silvicultores, grileiros de terras disfarçados em corretores de imóveis bem sucedidos. Esses grupos compactuam, ainda, com a falsificação de documentos públicos e particulares, falsidade ideológica, corrupção ativa e passiva, formação de quadrilhas, lavagem de dinheiro e legitimação da posse de terras devolutas por pessoas conhecidas como "laranjas[23]". Essas ações, muitas vezes, são patrocinadas, indiretamente, por políticos corruptos ligados às organizações criminosas especializadas em grilagem de terras públicas, uma clara utilização dos espaços públicos para beneficiar a iniciativa privada criminosa. Casos assim têm sido comuns, em especial, no Norte de Minas Gerais, uma das regiões que mais sofre com as injustiças e os conflitos no campo.

[23] Pessoas que disponibilizam seu nome voluntária ou involuntariamente à outra pessoa (corrupto), geralmente, para a prática de negociações ilícitas, obtenção de documentos falsificados, benefícios de transações ilegais etc. sem exporem suas identidades.

Uma das principais estratégias de luta dos movimentos sociais no campo, em Minas, são as ocupações de terra. De acordo com a CPT (2010, p. 10), as "ocupações são ações coletivas das famílias sem-terra que, por meio da entrada em imóveis rurais, reivindicam terras que não cumprem a função social". Tais ações não são, na maioria das vezes, pacíficas, assim resultam em fortes repressões e violência contra aqueles que as realizam, e configuram-se, dessa forma, os conflitos por terra. Portanto, esses conflitos estão relacionados com a questão agrária – processo indissociável, pois responde às contradições do capitalismo. Sendo assim,

> A ocupação é, então, parte de um movimento de resistência a esses processos, na defesa dos interesses dos trabalhadores, que é a desapropriação do latifúndio, o assentamento das famílias, a produção e reprodução do trabalho familiar, a cooperação, a criação de políticas agrícolas voltadas para o desenvolvimento da agricultura camponesa, a geração de políticas públicas destinadas aos direitos básicos da cidadania [...] no nosso país, predominam as ocupações de terras devolutas e/ou públicas, e as ocupações de latifúndios, que têm sido importantes formas de acesso à terra [...] a ocupação é um processo socioespacial, é uma ação coletiva, é um investimento sóciopolítico dos trabalhadores na construção da consciência da resistência no processo de exclusão. (FERNANDES, 2000, p. 62; 68; 73).

As ocupações promovidas pelos movimentos sociais, nesse contexto, traduzem-se em estratégias de resistências importantes nas conquistas de territórios, ou seja, da espacialização da luta pela terra. As lutas criam e recriam espaços de experiências, antes e depois de serem concretizadas, mesmo porque as ocupações possuem um caráter político e simbólico, construído em espaços de debates, de estratégias e lutas políticas. O "cortar a cerca" representa, desde os espaços coletivos dos adultos aos espaços educacionais infantis, umas das principais místicas contra o latifúndio e os agronegócios.

> Essa experiência tem a sua lógica construída na práxis. Essa lógica tem como componentes constitutivos a indignação e a revolta, a necessidade e o interesse, a consciência e a identidade, a experiência e a resistência, a concepção de terra de trabalho contra a de terra de negócio e de exploração, o movimento e a superação (FERNANDES, 2000, p.62).

A partir dessas reflexões, podemos considerar, também, os dados sobre a estrutura fundiária do SNCR (2011), dados importantes que, em nossa compreensão, refletem os conflitos associados às ocupações de terras, em Minas Gerais, devidos à manutenção da grande propriedade privada, má distribuição de terras e dos meios de produção. O território de Minas possui uma área equivalente a 58.879.003 milhões de hectares[24], destes, 51.881.730,18

[24] Fonte: IBGE/Censo Agropecuário 2006.

hectares (88,46% do território mineiro) são cadastrados no INCRA. De acordo com os dados, 12.100 imóveis são de grandes propriedades e ocupam uma área de 14.574.804,19*ha*, ou 28,1%, as médias propriedades somam 64.889 imóveis e ocupam uma área de 16.706.281,42*ha*. Enquanto isso, as diferenças entre os latifundiários, pequenas propriedades e minifúndios demonstram a manutenção das grandes propriedades privadas, sobretudo ao identificarmos que as pequenas propriedades somam 202.590 imóveis e ocupam 26% das áreas cadastradas no INCRA – são 6.598.273,83*ha*. Os minifúndios comprovam, ainda mais, a grande desigualdade da posse de terra, são 535.656 imóveis em uma área de 6.598.273,83*ha* – 12,7% da área total cadastrada no INCRA em 2011 (Ver Tabela 5).

Tabela 5: Minas Gerais – Imóveis Rurais Cadastrados no INCRA 2011

Categoria dos Imóveis Rurais	Total			
	Número	**%**	**Área**	**%**
Grandes Propriedades*	12.100	1,5	14.574.804,19	28,1
Médias Propriedades**	64.889	7,9	16.706.281,42	32,2
Pequenas Propriedades***	202.590	24,8	13.755.701,46	26,5
Minifúndios****	535.656	65,6	6.598.273,83	12,7
Não Classificados	1.291	0,2	246.669,28	0,5
Total Geral	**816.526**	**100**	**51.881.730,18**	**100**

*De 2000 hectares acima.
**De 200 a menos de 2000 hectares.
***Menos de 1 a menos de 200 hectares.
****Menos de 1 a menos de 200 hectares.
Fonte: SNCR/INCRA (2011). Organização: VIEIRA, W. A.

Em Minas Gerais, segundo os dados da OAN, CPT e DATALUTA/MG, entre 1990 e 2011, as mesorregiões Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba, Norte de Minas e Noroeste de Minas registraram 77,8% de todas as ocupações de terras no estado e, também, concentraram o maior número de participação das famílias – foram 48.188 famílias que lutaram pela terra nas três regiões que se destacaram. Totalizaram 659 ocupações com a participação de 65.041 famílias. (Ver Tabela 6).

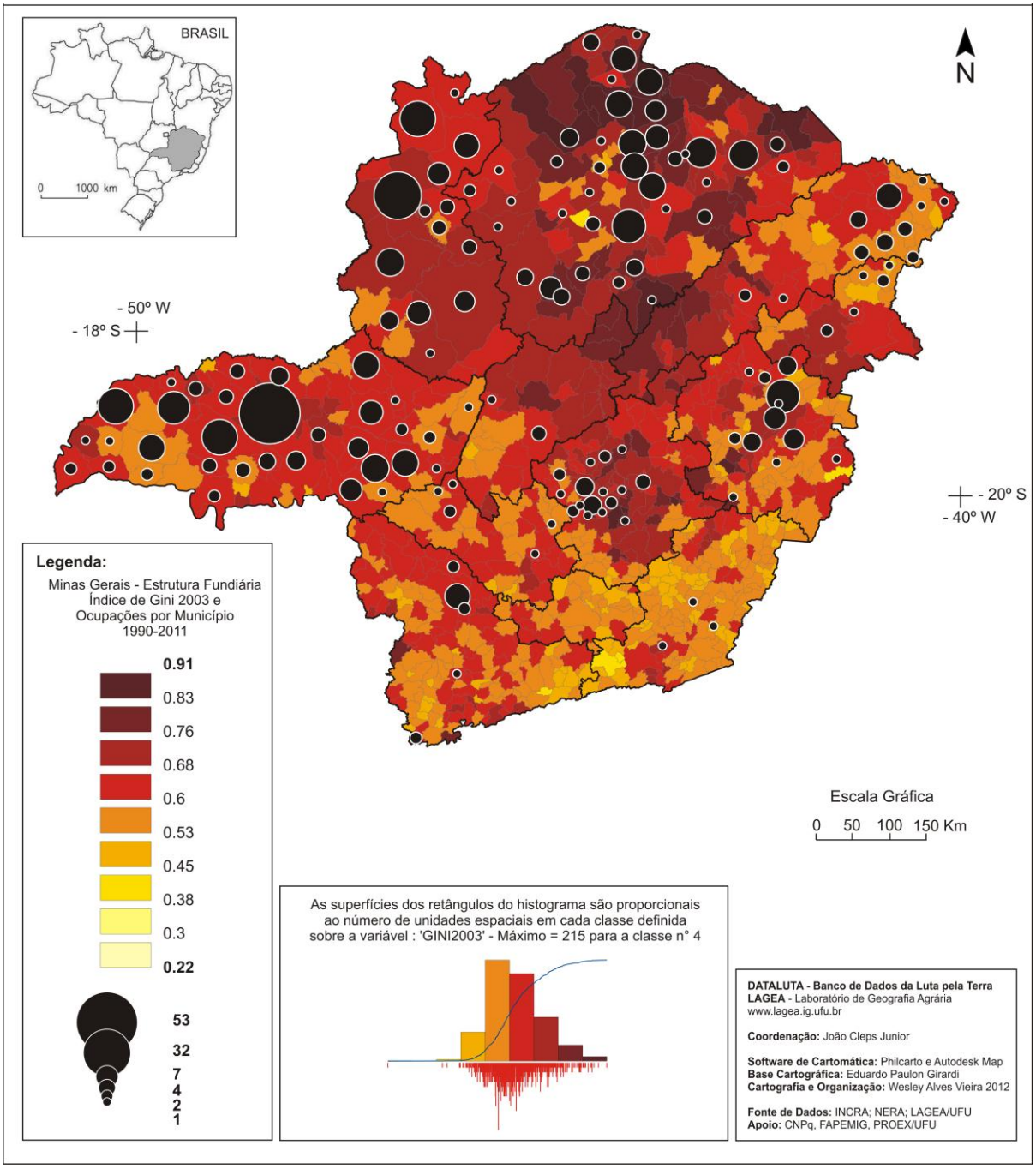
Tabela 6: Minas Gerais – Ocupações e Nº de Famílias por Mesorregiões 1990-2011

Mesorregiões	Ocupações	Famílias
Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba	224	22.368
Norte de Minas	179	15.554
Noroeste de Minas	110	10.266
Vale do Rio Doce	48	6.439
Jequitinhonha	31	3.412
Metropolitana de Belo Horizonte	30	3.866
Sul/Sudoeste de Minas	16	1.361
Vale do Mucuri	7	1.003
Oeste de Minas	6	455
Central Mineira	4	160
Zona da Mata	3	117
S.I*	1	40
TOTAL	**659**	**65.041**

*Sem Informações dos Municípios de Ocorrências.
Fonte: OAN/CPT/DATALUTA/MG (1990-2011) (dados atualizados até 27/04/2012).
Organização: VIEIRA, W. A.

Em Minas Gerais, entre os anos de 1990 e 2011, das 659 ocupações de terras registradas, 243 foram feitas pelo MST. As mesorregiões em que o movimento mais ocupou terras foram Norte de Minas (63 ocupações), Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba (54), Noroeste de Minas (41) e Vale do Rio Doce (30). A CONTAG, representada em Minas pela FETAEMG, fundada em abril de 1968, foi responsável por 105 ocupações de terras no estado. A entidade promoveu, no período (entre as mesorregiões que mais se destacou), 32 ocupações no Norte de Minas, 27 no Noroeste mineiro, 25 no Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba. Pelo Mapa 3, perceberemos que as estratégias de luta pela reforma agrária e pela posse da terra – as ocupações – acompanham, na maioria dos casos, as mesorregiões com os maiores índices de concentração de terra no estado (Ver Mapa 3).

Mapa 3: Minas Gerais – Estrutura Fundiária Índice de Gini 2003 e Ocupações por Município 1990-2011

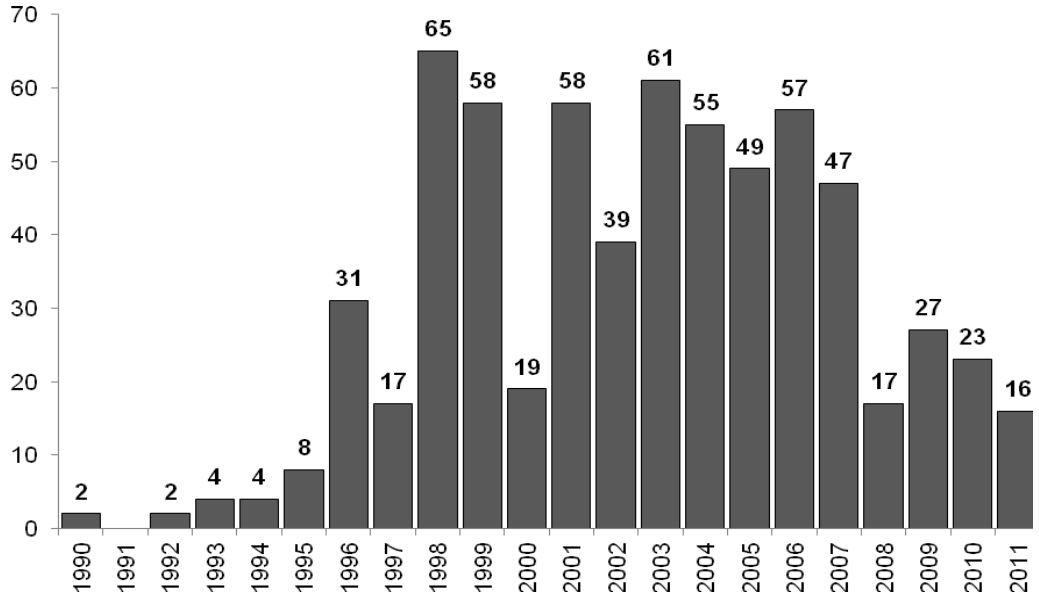


As mesorregiões Vale do Rio Doce, Jequitinhonha, Metropolitana de Belo Horizonte, Sul/Sudoeste de Minas, Vale do Mucuri, Oeste de Minas, Central Mineira e Zona da Mata somaram 22,2% das ocupações registradas no estado, juntas, somaram a participação de 16.853 mil famílias entre os anos de 1990 e 2011.

As ocupações de terra, em Minas, foram intensificadas a partir de 1996, no governo de FHC (1995-2002), e permaneceram expressivas até início do segundo mandato do governo

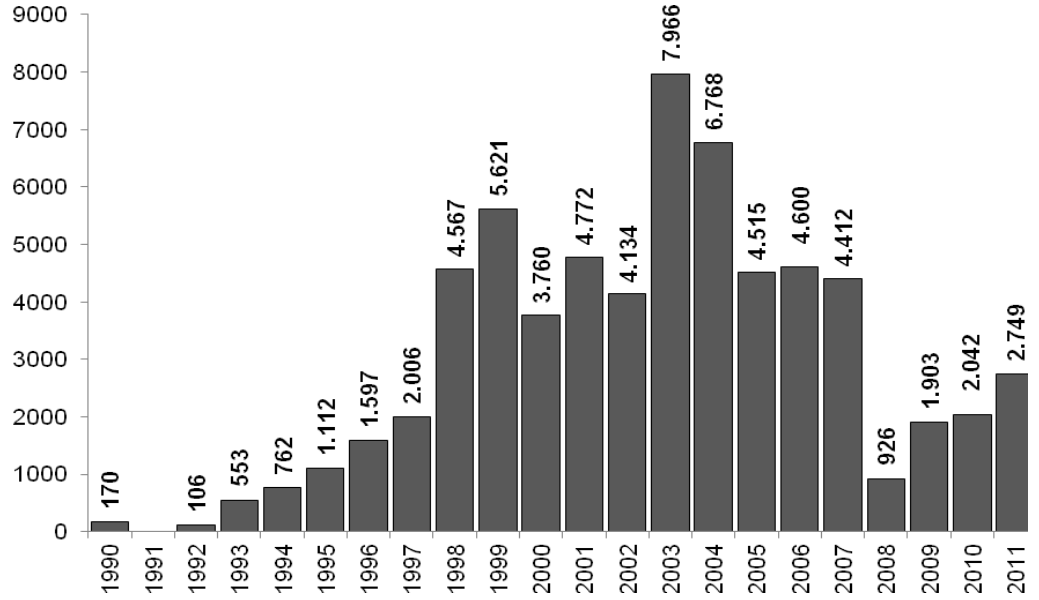
Lula – ambos os governos com políticas que representam, no Brasil, o auge do neoliberalismo com FHC, e implementação massiva de tais políticas no governo Lula (2003-2010). Ao considerarmos o total de 65.041 mil famílias que, dentre outras coisas, reivindicaram terras em Minas Gerais, percebemos que as pressões e reações ligadas às contradições no campo foram mais expressivas entre os anos de 1998 e 2007 (Ver Gráficos 3 e 4).

Gráfico 2: Minas Gerais – Ocupações de Terras 1990-2011



Fonte: OAN/CPT/DATALUTA/MG (1990-2011) (dados atualizados até 27/04/2012).
Organização: VIEIRA, W. A.

Gráfico 3: Minas Gerais – Famílias em Ocupações de Terras 1990-2011



Fonte: OAN/CPT/DATALUTA/MG (1990-2011) (dados atualizados até 27/04/2012).
Organização: VIEIRA, W. A.

A dimensão territorial da luta pela terra, em Minas Gerais, como uma das maiores contradições do capitalismo expressas nos agronegócios, pode ser identificada nas mesorregiões em que houve mais ocupações de terras e nos municípios onde os movimentos sociais mais atuaram. A mesorregião Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba, com uma economia baseada, essencialmente, nos agronegócios, indústria e logística, possui forte influência cultural e, da dinâmica econômica de São Paulo, destaca-se pela produção de milho, soja e cana-de-açúcar, conforme os dados da SEAPA-MG (2012). Além disso, é a segunda maior produtora de milho, produziu 468 mil toneladas do grão na safra 2011/2012. Os municípios que mais produziram, até o momento, foram Uberaba, Sacramento e Perdizes. A mesorregião é também a segunda maior produtora de soja do estado, com destaque para Uberaba e Uberlândia. Além disso, quase toda a cana-de-açúcar produzida em Minas Gerais – 46.601,6 mil toneladas – vem dos municípios de Uberaba, Conceição das Alagoas, Frutal, Iturama e Santa Vitória. Contraditoriamente, as injustiças sociais no campo têm caminhado paralelamente ao desenvolvimento dos agronegócios, ou seja, umas das regiões mais dinâmicas, em termos de ordenamento territorial e acumulação de riquezas, apresenta-se, também, como a mais contraditória, ao identificarmos nela os maiores índices de conflitos por terra. Entre 1990 e 2011, as estratégias de ocupações de terras na mesorregião se destacaram nos municípios de Uberlândia (53), Santa Vitória (18), Prata (18), Ituiutaba (15).

A mesorregião Norte de Minas, uma das mais pobres do estado em termos de desenvolvimento e investimentos sociais, tem sua economia baseada na produção de mamona, milho e mineração de ferro. Segundo reportagem do Jornal Estado de Minas (2011), de acordo com a ADENOR, a economia da região caracteriza-se ainda pelas dinâmicas da "pecuária à produção da biotecnologia avançada, da produção de energia elétrica e biodiesel à fabricação de produtos têxteis, da fruticultura à produção de florestas, da cachaça de qualidade à paçoca de carne de sol[25]". O agronegócio, principal atividade econômica desempenhada na região, segundo a reportagem, está associado ao projeto de irrigação Jaíba. Gorutuba e Pirapora somam 26,8 mil hectares irrigados para a produção de banana, limão, manga, uva e cana-de-açúcar para a produção de etanol. Nos municípios de Janaúba, Januária, Montes Claros, Pirapora e Salinas, segundo o presidente da ADENOR Geraldo Eustáquio Andrade Drumond (2011), o agronegócio é o segmento prioritário nos conselhos regionais. Para as atividades minerárias, a reportagem ressalta que,

[25] Fonte: Jornal Estado de Minas (Publicação em 12/10/2011, atualização em 13/10/2011) "Norte de Minas será a nova fronteira da mineração".

> A transformação do Norte de Minas na nova fronteira mineral do estado é aposta de grandes empresas nacionais e multinacionais detentoras de direitos minerais na região. Entre elas, Vale, CSN, Grupo Votorantim, MTransminas, Mineração Minas Bahia (Miba) e Gema Verde. A ideia é viabilizar a exploração de minério de baixo teor. A reserva estimada é de 20 bilhões de toneladas de minério abrangendo 20 municípios, entre eles, Salinas, Rio Pardo de Minas, Grão Mogol, Porteirinha e Nova Aurora. Para alavancar a exploração mineral nesta nova fronteira, no entanto, será preciso infraestrutura e planejamento logístico (JORNAL ESTADO DE MINAS, 12/10/2011).

Apesar da vocação para agricultura e dos projetos que levam água para a região semiárida – Norte de Minas –, em 2003, o Índice de Gini, que retrata a estrutura fundiária da região, apontou-a como uma das mesorregiões mineiras com os maiores índices de concentração fundiária, conforme dados do INCRA e NERA disponibilizados pelo DATALUTA/MG, o que significa uma das regiões com as maiores desigualdades quanto ao acesso e posse da terra. A mesorregião apareceu como a segunda do estado em que mais houve ocupações de terra entre 1990 e 2011, do total de 179 ocupações no período, os municípios que mais registraram as ações foram Montes Claros (16), Porteirinha (13), Rio Pardo de Minas (12), Capitão Enéas (10), Itacarambi (10) e Matias Cardoso (10).

A mesorregião Noroeste de Minas, com influências culturais e econômicas de Brasília e Goiânia, é, de acordo com dados da SEAPA (2012), a primeira maior produtora de milho de Minas Gerais, com 594 mil toneladas na safra 2011/2012, sendo Unaí e Buritis os maiores produtores. É também a maior produtora de soja de Minas Gerais, e, na mesorregião, os maiores produtores são os municípios de Unaí, Buritis e Paracatu. Contraditoriamente, a região somou, entre 1990 e 2011, 110 ocupações de terra, com destaque também para os municípios de Unaí (32), Buritis (17), Paracatu (11) e Arinos (9).

O Vale do Rio Doce, mesorregião que se destaca, economicamente, pela presença do complexo siderúrgico (Vale do Aço), sobretudo os municípios que concentram essa atividade econômica, voltada, principalmente, para a exportação aos grandes mercados industrializados. Sobressaem, também, pela monocultura de eucalipto, pelos impactos ambientais e pelas disparidades econômicas entre os municípios. A mesorregião que registrou 48 ocupações de terra no período (1990-2011) teve os municípios de Frei Inocêncio (16) e Governador Valadares (7) como destaques.

As outras mesorregiões que tiveram menos de 10 ocupações por município, no período entre 1990 e 2011, registraram que a luta pela terra foi destaque em Almenara (9) no Vale do Jequitinhonha; em Betim (5) e Esmeralda (5), na mesorregião Metropolitana de Belo Horizonte; em Campo do Meio (9), no Sul/Sudoeste de Minas; em Machacalis (2) e Teófilo Otoni (2), no Vale do Mucuri; em Bambuí (2), no Oeste de Minas; em Pompéu (3), na Central

Mineira e o município de Goianá, na mesorregião Zona da Mata, pelo número de famílias que participaram – 50 famílias.

Concluímos, assim, que a dimensão territorial da luta pela terra, e que compreende os conflitos no campo em Minas Gerais, foi significativa, principalmente, nos municípios de Uberlândia, Unaí, Santa Vitória e Prata, Buritis, Frei Inocêncio e Montes Claros, Ituiutaba, Porteirinha, Rio Pardo de Minas e os municípios Capitão Enéas, Itacarambi e Matias Cardoso.

Minas Gerais, um dos estados brasileiros que, historicamente, foi pensado para integrar a economia do país, foi passagem para a fronteira agrícola, que ocupou, modernizou e dizimou parte do Cerrado brasileiro, assim como populações tradicionais, cerradeiros, índios, quilombolas, dentre outros camponeses. Atualmente, o território mineiro, além de abrigar uma significativa parte da produção agrícola brasileira associada à modernização dos meios de produção e à exacerbada concentração fundiária, faz parte da lógica nacional que compõe a produção e acumulação do capital com o uso intenso dos bens naturais e da mão de obra barata, com isso, é, também, espaço de diversos processos de lutas e movimentos sociais.

3.4. Mortes por conflitos de terra

A CPT que registra dados por meio de pesquisas primárias e secundárias[26], além de análises sobre os conflitos no campo no Brasil desde 1985, tem como principal objetivo, quanto aos registros que geram os cadernos anuais, denunciar as diversas formas de violência contra os trabalhadores camponeses e os conflitos agrários, principalmente entre movimentos sociais e latifundiários. Nesse contexto, os conflitos são enfrentamentos que envolvem a luta pela terra, pela água, por direitos e por diferentes motivos no campo, e ocorrem em diversos contextos sociais e entre classes ou grupos sociais diversos. A luta pela terra, principal reivindicação no campo em Minas Gerais, tem sido, desde 1985, início dos registros da CPT, uma das principais causas dos conflitos. Assim,

> Conflitos por terra são ações de resistência e enfrentamento pela posse, uso e propriedade da terra e pelo acesso a seringais, babaçuais ou castanhais, quando envolvem posseiros, assentados, quilombolas, geraizeiros, indígenas, pequenos arrendatários, pequenos proprietários, ocupantes, sem terra, seringueiros,

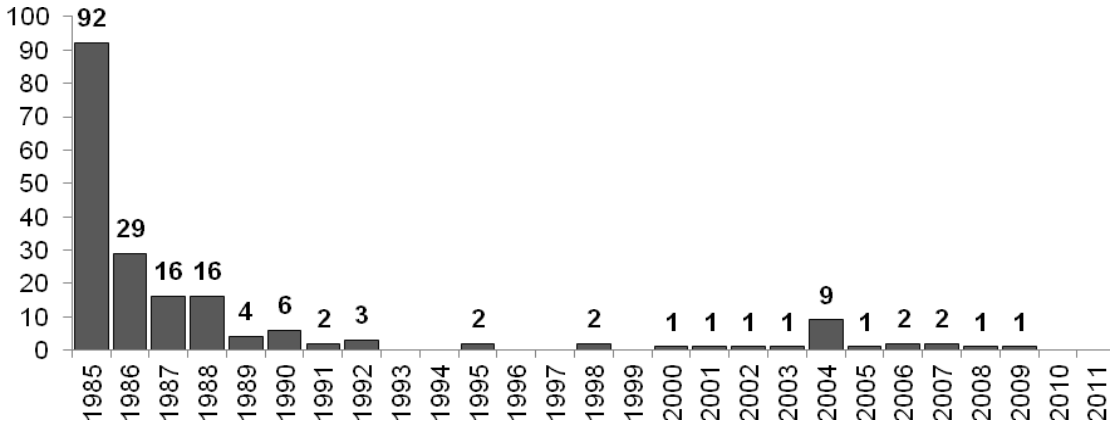
[26] São consideradas fontes primárias, declarações, cartas assinadas, boletins de ocorrência, relatos repassados pelos movimentos sociais, igrejas, sindicatos e outras organizações e entidades diretamente ligadas à luta dos trabalhadores e trabalhadoras. As pesquisas secundárias são realizadas por meio de levantamentos feitos em revistas, jornais de circulação local, estadual e nacional, boletins e publicações de diversas instituições, partidos e órgãos governamentais, entre outros. Quando os números fornecidos pelas fontes secundárias não coincidem com os apurados pelos Regionais da CPT, considera-se a pesquisa primária realizada pelos Regionais (CPT, 2011).

> camponeses de fundo de pasto, quebradeiras de coco babaçu, castanheiros, faxinalenses, etc (CPT, 2011).

Os diversos conflitos registrados pela CPT são representados, também, em dados que indicam "violência contra a propriedade" e "violência contra a pessoa", sendo definida a violência como "constrangimento e/ou a destruição física ou moral exercida sobre os trabalhadores e seus aliados" (CPT, 2011, p.11). Entre os tipos de violência registrados pela CPT estão os despejos e a expulsão de famílias de seus territórios, muitas vezes, via mandatos judiciais, que, além de criminalizar a luta pela terra, favorecem os latifundiários, as agroindústrias e as transnacionais do agronegócio. Estão também entre os tipos de violência a destruição de bens, torturas, agressões físicas, prisões e humilhações, superexploração do trabalho ou trabalho escravo, intimidações, ameaças e mortes que podem ser por omissões de socorro, acidente com boias-frias, assassinatos a mando de pistoleiros, dentre outros. A violência contra a propriedade e posse ou contra a ocupação diz respeito aos conflitos por terra que se evidenciam em ocupações, acampamentos e injustiças contra camponeses. As consequências desses conflitos são as ocorrências de violência contra a pessoa.

Em Minas Gerais, desde 1985, morreram 192 pessoas no campo registradas pela CPT. Dessas, 143 foram assassinatos consumados em conflitos por terra, ocupações e acampamentos. Entre os anos em que mais morreram pessoas no campo no estado estão: 1985 (92 mortos), 1986 (29 mortos), 1987 (16 mortos), 1988 (16 mortos), 1990 (6 mortos) e 2004 com 9 pessoas mortas no campo (Ver Gráfico 2).

Gráfico 4: Minas Gerais – Assassinatos e Mortes por Acidentes com Bóias-Frias no Campo 1985-2011



Fonte: Cadernos de Conflitos no Campo – CPT (1985-2011).
Organização: VIEIRA, W. A.

Em 1985, em Minas Gerais, durante o período compreendido como Nova República, o que se observou, na prática, foi uma república de coronéis e pistoleiros, que defendiam violentamente suas propriedades. A CPT registrou, naquele ano, 65 áreas de conflitos de terra envolvendo 21.123 famílias, em uma área de 100.953 hectares. Esses conflitos de terra deixaram 67 pessoas mortas, além de tantos outros ameaçados de morte. No ano, foram registrados assassinatos em maior número nos municípios de Malacacheta, Porteirinha e Miradouro. Foram registrados ainda, em acidentes com boias-frias, oito mortes em Monte Belo, quatro em São Gonçalo do Abaeté e quatro mortes em Espinosa, totalizando 92 pessoas mortas.

A violência e o despejo de posseiros patentearam-se como verdadeiras "chacinas agrárias", em 1986, no Brasil e em Minas Gerais. A própria CPT registrou essas ações quando os antigos torturadores do Regime Militar estavam a serviço dos interesses dos latifundiários responsáveis por torturar e assassinar camponeses. Naquele ano, foi significativa a ação do braço armado do Estado em todo o território nacional (CPT, 1986, p. 3-8). Foram 29 assassinatos em conflitos por terra em Minas Gerais, lavradores e posseiros morreram em confrontos com fazendeiros. A Polícia Militar, em cumprimento às ordens do Poder Judiciário, desapropriou inúmeros posseiros no estado. Entre os municípios que mais registraram conflitos de terra, que resultaram em assassinatos no campo em 1986, estão São Domingos da Prata, Sabinópolís, Virgínia, Miradouro e Frei Gaspar.

A contrarreforma agrária da Nova República continuou promovendo violências e assassinatos de lavradores e posseiros em 1987. A união entre fazendeiros, pistoleiros, Polícia Militar e Poder Judiciário, foi responsável por oito assassinatos no campo. Itacarambi e Antônio Dias foram os municípios que mais registraram assassinatos em 1987, além de diversas ameaças de morte nos municípios de Paracatu e Unaí. Além disso, naquele ano, foram registradas oito mortes por acidentes com boias-frias, ou seja, um total de 16 mortes no campo em 1987.

Em 1988, no mês de dezembro, "15 policiais e 30 jagunços com 10 carros e cinco tratores efetuaram a expulsão das famílias que acamparam na Vereda de Cedro" (CPT, 1988), o que comprovou a atuação repressiva de determinados órgãos do Estado na resolução dos conflitos no campo. Do total de 16 mortes no campo, cinco foram assassinados, um em cada município de Monte Azul, Prata, Araçuaí, Coração de Jesus e Itaobim, além de outras tentativas de assassinatos nos municípios de Teófilo Otoni e Itacarambi, bem como ameaças de mortes em Monte Azul, Bertópolis, Novo Cruzeiro e Unaí – das 16 mortes, 11 foram em acidentes com boias-frias.

Em 1990, dos seis mortos, três foram assassinados em conflitos de terra nos municípios de Arinos e Barão dos Cocais, assim como em 1992, em que os três assassinatos também foram em conflitos de terra em Rio Pomba, Antônio Dias e Conceição de Mato Dentro. Em 2004, nove pessoas foram assassinadas, quatro delas no município de Unaí e cinco em Felisburgo, outros verdadeiros massacres no campo em Minas Gerais. Em janeiro de 2004, em investigação de denúncias sobre a existência de trabalhadores submetidos a condições análogas à da escravidão em Unaí, os auditores fiscais do Ministério do Trabalho Nelson José da Silva, João Batista Soares Lage, Eratóstenes de Almeida Gonçalves e o motorista Ailton Pereira de Oliveira foram executados em uma emboscada. Os principais suspeitos de ser responsáveis pelos assassinatos, o fazendeiro Norberto Mânica, o irmão Antério Mânica, eleito prefeito de Unaí em 2004 e reeleito em 2008 pelo PSDB, "um dos maiores produtores de feijão do país era um dos alvos da fiscalização do Ministério do Trabalho. Foi acusado de ser um dos mandantes da chacina", e acusado por "homicídio triplamente qualificado e frustração fraudulenta de direitos assegurados na legislação trabalhista". Hugo Alves Pimenta, "empresário cerealista é acusado de ser mandante das execuções dos auditores e do motorista[27]" (CORREIO BRAZILIENSE, 2011). Os mandantes e executores ainda não foram julgados, estão presos apenas os executores do quádruplo homicídio, acusados por homicídio triplamente qualificado e formação de quadrilha. Os assassinatos em Unaí foram um entre os violentos episódios consequentes da expansão dos agronegócios, que ampliaram, na região, as monoculturas da soja, do trigo e feijão, todas a base de agrotóxicos e, como nesse caso, da exploração do trabalho escravo.

Em Felisburgo, no Vale do Jequitinhonha, também com tradicionais grupos empresariais e latifundiários, que adotaram a agricultura moderna e expandiram a monocultura do complexo madeireiro e celulósico, segundo os dados da CPT (2004), foram cinco trabalhadores sem-terra assassinados com tiros a queima-roupa, em novembro 2004, por 18 jagunços que invadiram o Acampamento Terra Prometida, liderados pelo fazendeiro e empresário Adriano Chafik Luedy. Foram assassinados Iraguiar Ferreira da Silva (23 anos), Joaquim José dos Santos (49 anos), Miguel José dos Santos (56 anos), Juvenal Jorge da Silva (65 anos) e Francisco Nascimento Rocha (72 anos). Além disso, outros 20 trabalhadores sem-terra ficaram feridos por tiros, uma criança de 12 anos foi atingida no olho. 65 barracas, incluindo a que funcionava como escola de alfabetização, foram queimadas. Com isso,

> Em 25/11/2004, a CPT de Minas entregou ao Governo do Estado e à Assembléia Legislativa de Minas Gerais um dossiê denunciando a existência de milícias

[27] Fonte: Correio Braziliense/BRASIL (Publicação: 28/01/2011 08:15 Atualização) – "Chacina de Unaí à espera da Justiça".

> armadas atormentando a vida dos 18.000 camponeses sem-terra acampados em Minas Gerais (CPT, 2004. p. 35).

Esses foram os anos em que, da pior maneira, se refletiu a violência no campo em Minas Gerais, quando os camponeses não são assassinados pelos conflitos que envolvem a posse da terra, a exploração pelos agronegócios e a criminalização das lutas sociais por parte do poder judiciário, são mortos em acidentes no trabalho ocorridos em precárias condições de transporte e superexploração da mão de obra (Ver Tabela 5).

Tabela 7: Minas Gerais – Nº de Mortes no Campo por Mesorregiões 1985-2011

Mesorregiões	Nº de Mortes no Campo
Norte de Minas	30
Sul/Sudoeste de Minas	25
Noroeste de Minas	19
Jequitinhonha	12
Vale do Rio Doce	11
Vale do Mucuri	9
Zona da Mata	9
Metropolitana de Belo Horizonte	7
Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba	4
Central Mineira	2
Campo das Vertentes	1
S.I*	63
TOTAL	**192**

*Sem Informações dos Municípios de Ocorrências.
Fonte: Cadernos de Conflitos no Campo – CPT (1985-2011).
Organização: VIEIRA, W. A.

Das 192 mortes registradas em Minas entre os anos de 1985 e 2011, no campo, 49 foram relacionadas a acidentes com boias-frias; das 143 mortes por conflitos que envolveram a terra, 63 assassinatos constam como “sem informação” dos municípios onde aconteceram. Na mesorregião Norte de Minas, as maiores ocorrências de mortes no campo foram nos municípios de Itacarambí (6), Espinosa (4), e Porteirinha (3); no Sul/Sudoeste de Minas, os municípios de Monte Belo (8), Juruaia (6), Machado (3) e Santa Rita do Sapucaí (3); no Vale do Jequitinhonha, as maiores ocorrências foram em Felisburgo (5), Vale do Rio Doce, Antônio Dias (3) e Sabinópolis (2). Nas outras mesorregiões, os municípios que tiveram mais ocorrências foram Miradouro (4), na Zona da Mata; São Domingos da Prata (3) na mesorregião Metropolitana de Belo Horizonte, e Perdizes (2), no Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba.

A violência no campo em Minas Gerais, que tem deixado um rastro indelével de sangue e impunidade, foi, e ainda é, praticada pela violação dos direitos humanos, dos direitos

trabalhistas, pela violação e destruição dos bens naturais e violação das formas de produzir do campesinato. As violações concretas e simbólicas no campo ocorrem, ainda, pelas violências políticas e dos falsos discursos. Tais violências são responsáveis por criminalizar as lutas sociais e por alienar cada vez mais aqueles que ainda não foram capazes de reconhecer a si próprios em seus poucos espaços. Espaços estes em que, pela forma como são criados e ordenados, também se comete violência, pois são espaços excludentes produzidos pelo capital e que tentam, mesmo custando vidas, ser reproduzidos cotidianamente em todas as partes. A violência das instituições públicas governamentais é cometida, principalmente, quando os direitos básicos das pessoas não são garantidos, isso, em todas as instâncias.

3.5. Os assentamentos rurais como conquistas e continuidade das reivindicações no campo

Os assentamentos rurais são expressões de conquistas no contexto histórico dos movimentos sociais no campo, que lutam pela terra, são iniciadas desde os espaços políticos de debates que passam pelos espaços de formação e questionamento da realidade, até as manifestações, ocupações de terras e acampamentos. Essas expressões têm como um dos principais questionamentos o problema da propriedade capitalista da terra e os usos degradantes dos bens naturais.

> A reforma agrária é, antes de mais nada, um processo sociopolítico, que, com as transformações recentes na agricultura, também se transformou e, portanto, possui novas características, exatamente pelas novas realidades que foram construídas pelas lutas sociais, agora dimensionadas em novas questões, em que estão contidas a história da luta, como, por exemplo: novas formas de organização do trabalho e a questão ambiental. As novas realidades que se fazem no cotidiano são perceptíveis no espaço da micropolítica que pode ser, por exemplo, o espaço do assentamento, que é o *locus* das relações sociais e estas devem ser analisadas nas suas espacialidades, ou seja nas dimensões das diversas formas de relações com a sociedade (FERNANDES, 1998, p. 19).

Assim, os assentamentos são espaços que, no processo de conquista, colocaram em debate as oportunidades de acesso à terra, desiguais no sistema capitalista. Colocaram em debate, ainda, a reforma agrária, formas de organização dos movimentos, os conflitos e violências no campo, a dimensão política e econômica do país, considerando suas especificidades sociais, culturais e usos dos territórios. Os assentamentos significam, mesmo após a conquista, que são espaços de continuidade desses debates, acrescentam-se, ainda, os desafios de conquista da autonomia em relação às estruturas determinantes do capitalismo onde os assentamentos estão contidos. “Ao consumarem suas conquistas, territorializando-se,

terão suas lutas relatadas na espacialização do movimento. Dessa forma, vão construindo suas histórias, suas existências" (FERNANDES, 2000, p.73). Sobre os assentamentos, é importante considerarmos que

> As lutas por frações do território – os assentamentos – representam um processo de territorialização na conquista da terra de trabalho contra a terra de negócio e de exploração. Essa diferença é fundamental, porque o grileiro, o latifundiário, o empresário chegam onde o posseiro está. Os sem-terra estão ou chegam onde o grileiro, o latifundiário, o empresário estão (FERNANDES, 2000, p.67).

Nesse contexto, para pensarmos os assentamentos rurais, de acordo com Coca (2011), no Brasil, entre os anos de 1961 e 2009, a Política Nacional de Reforma Agrária do INCRA compreende os assentamentos rurais em 20 tipos[28], que se diferem pelas características dos camponeses, tipos de exploração econômica dos territórios e órgãos responsáveis. Além disso, as políticas de obtenção de terras no Brasil consideram diferentes formas de transferência de terra ao campesinato, como:

- Adjudicação – transferência dos direitos de posse e domínio da terra de um dono para um credor;
- Cessão – transferência dos direitos de uso da terra do Poder Público para um grupo nativo ou organizações;
- Compra – aquisição de imóvel rural pelo Estado para fins de reforma agrária, compra efetuada diretamente com o proprietário;
- Confisco – apreensão e integração compulsória de imóvel rural sem direito a indenização, efetuada pelo Estado, em áreas com culturas ilegais de plantas psicotrópicas;
- Desapropriação – expropriação ou desapropriação efetuada pelo Estado para fins de reforma agrária em imóveis rurais que não cumprem função social, as áreas bem como as benfeitorias são passiveis de indenização;
- Doação – transferência patrimônio mediante o contrato firmado, o doador pode ser pessoa física ou jurídica;
- Incorporação – destinação de terras devolutas para reforma agrária;

[28] Projeto de Assentamento Federal (PA), Projeto de Assentamento Agroextrativista (PAE), Assentamentos Quilombolas (AQ), Projetos de Reassentamento de Atingidos por Barragens (PRB), Projeto de Assentamento Florestal (PAF), Projeto de Desenvolvimento Sustentável (PDS), Projeto de Assentamento Conjunto (PAC), Projeto de Assentamento Dirigido (PAD), Projeto de Assentamento Rápido (PAR), Projeto de Colonização Oficial (PC), Projeto Integrado de Colonização (PIC), Projeto Fundo de Pasto (PFP), Projeto de Assentamento Estadual (PE), Projeto de Assentamento Municipal (PAM), Projeto de Assentamento Casulo (PCA), Florestas Nacionais (FLONA), Reservas Extrativistas (RESEX), Reserva de Desenvolvimento Sustentável (RDS), Floresta Estadual (FLOE) e Projeto Agroextrativista (PEAEX).

- Reconhecimento – medida adotada pelo governo federal que visa incorporar projetos de assentamentos criados pelas esferas estaduais e municipais;
- Transferência – transferência do direito de propriedade entre pessoas física e jurídica perante os trâmites legais.

Além dessas formas consideradas pelas políticas de obtenção de terras no Brasil, há, ainda, os assentamentos obtidos pela chamada RAM, realizada por meio de transações e contratos financeiros entre camponeses e instituições do governo. Entre os anos de 1998 e 2009, tais formas de obtenção da terra passaram pelos programas: Programa Cédula da Terra (PCT); Banco da Terra (BC); Crédito Fundiário (CF); Combate à Pobreza Rural (CPR); Consolidação da Agricultura Familiar (CAF); Nossa Primeira Terra/Consolidação da Agricultura Familiar (NPT/CAF) e Nossa Primeira Terra/Combate à Pobreza Rural (NPT/CPR).

Destacamos, dentre tantas possibilidades de acesso à terra, a necessidade de interpretar as condições de acesso às políticas, bem como aos programas agrários pelo campesinato. Destacamos, também, a necessidade de compreensão quanto às exigências, sobretudo dos programas de acesso à terra da RAM e, de fato, quais são as intenções de transformação da sociedade, ou seja, o reconhecimento da função social da terra como prioridade nas políticas e programas de reforma agrária. Certo é que toda propriedade rural deva cumprir funções sociais de interessa da ampla maioria da sociedade.

> O que se encontra, realmente, no cerne desse debate sobre a questão agrária, é a relação entre o camponês e o capital, ou seja, são as perspectivas da produção familiar no processo de desenvolvimento e de transformação das relações sociais na agricultura [...]. A ideia de assentamento está diretamente relacionada à de pequena produção. Lugar e relação social se processam enquanto fonte de poder e resistência, "integrados" ou excluídos, os trabalhadores constroem, sempre, novas estratégias que garantem a materialização de sua existência. Nesse sentido, a terra é, também, o espaço da luta, pois é onde se realizam os processos sociais [...]. O assentamento é o espaço político da realização da diversidade de experiências e estratégias (FERNANDES, 1998, p. 17;22).

No Brasil, durante o Regime Militar, foram criados 63 assentamentos para 9.072 famílias (COCA, 2011, p.61). Nesse período, não foram implantados assentamentos em Minas Gerais. No governo de José Sarney (1985-1989), foram fundados 12 assentamentos para 863 famílias em Minas Gerais, em uma área de 64.587 mil hectares – todos por desapropriação. No período dos governos Fernando Collor de Melo e Itamar Franco (1990-1994), criaram-se 13 assentamentos para 748 famílias, em uma área de 35.730 hectares; no

governo de FHC (1995-2002), foram criados 187 assentamentos para 10.236 mil famílias, no estado de Minas Gerais, em uma área de 560.437 hectares. No governo de Luís Inácio Lula da Silva (2003-2010), foram fundados, em Minas, 171 assentamentos, em uma área de 329.948 hectares para 7.201 famílias; e, por último, no governo de Dilma Vana Rousseff (2011...), foram criados, no estado, seis assentamentos 7.661 hectares para 197 famílias. Entre os governos considerados democráticos, desde a última Ditadura Militar no Brasil, foi durante o período de governo de FHC que mais assentamentos se estabeleceram em Minas Gerais. Entre os anos de 1986 e 2011, foram criados, no estado, 389 assentamentos rurais, em uma área de 995.363 mil hectares, em que foram assentadas 19.245 famílias[29] (Ver Tabela 8, Gráfico 5 e Tabela 9).

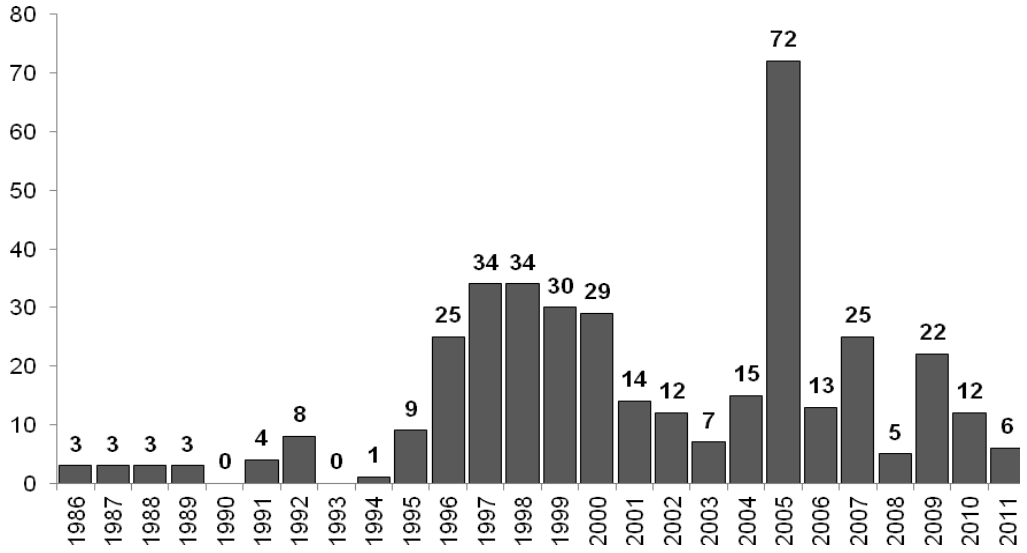
Tabela 8: Minas Gerais – Assentamentos por Períodos de Governo, Número de Famílias e Área Desapropriada (ha) 1985-2012

Período	Nº Assentamentos	Nº Famílias	Área (ha)
José Sarney (1985-1989)	12	863	64.587
Fernando Collor de Melo e Itamar Franco (1990-1994)	13	748	35.730
Fernando Henrique Cardoso (1995-2002)	187	10.236	560.437
Luís Inácio Lula da Silva (2003-2010)	171	7.201	329.948
Dilma Rousseff (2011-2012*)	6	197	7.661
TOTAL	**389**	**19.245**	**998.363**

Fonte: INCRA/DATALUTA (1986-2011) (*) dados até maio de 2012.
Organização: VIEIRA, W. A.

[29] 22 projetos de assentamentos não constam o número de famílias assentadas.

Gráfico 5: Minas Gerais – Assentamentos Rurais por Ano 1986-2011



Fonte: INCRA/DATALUTA/MG (1986-2011) (dados atualizados até 02/05/2012).
Organização: VIEIRA, W. A.

Tabela 9: Minas Gerais – Assentamentos Rurais por Mesorregião, Nº de Famílias Assentadas e Área (ha) 1986-2011

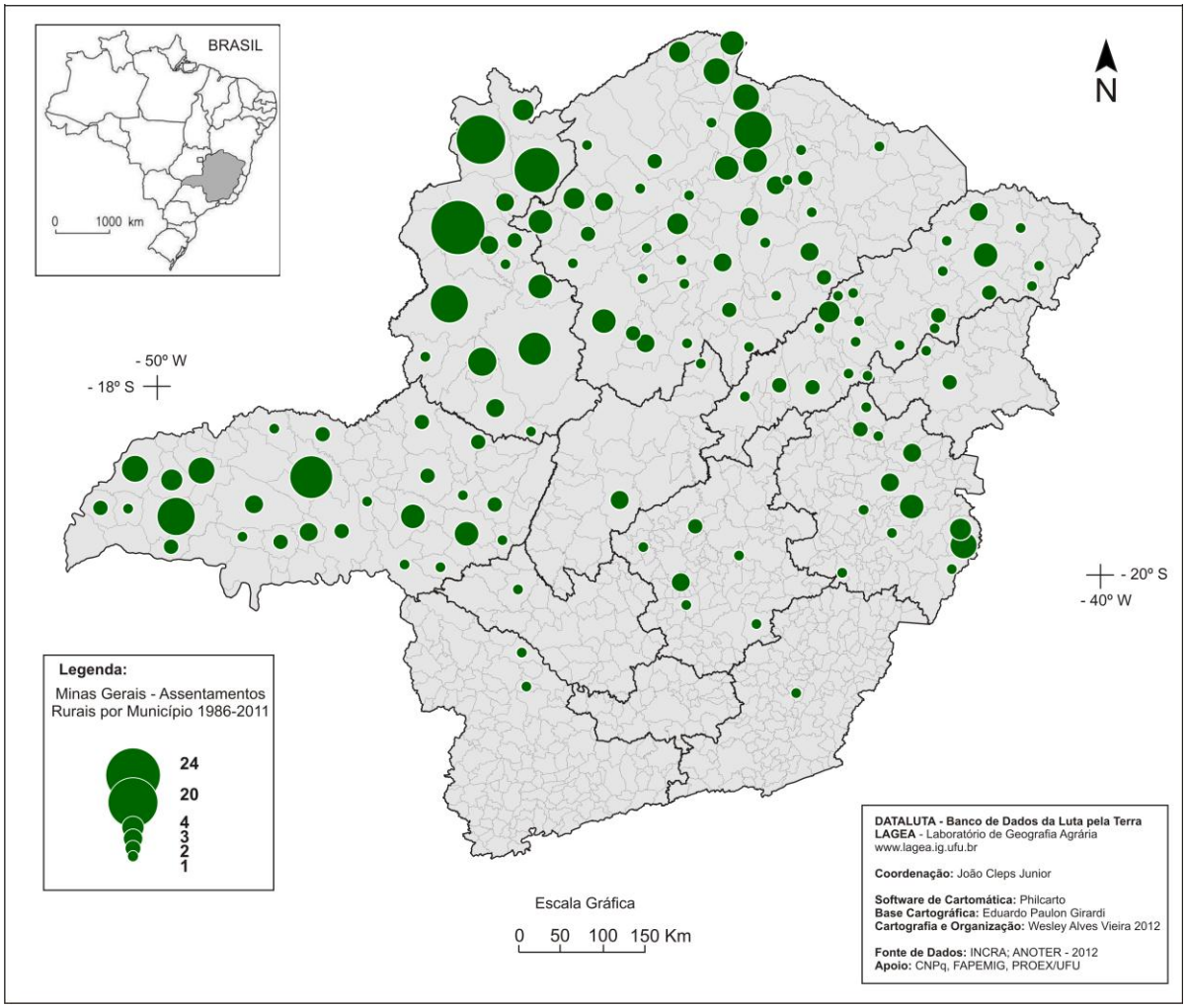
Mesorregiões	Nº Assentamentos	Nº Famílias Assentadas	Área (ha)
Noroeste de Minas	111	5.802	291.253
Norte de Minas	109	6.089	449.804
Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba	85	4.455	121.042
Jequitinhonha	35	1.168	74.136
Vale do Rio Doce	29	808	28.110
Metropolitana de Belo Horizonte	9	249	3.394
Central Mineira	4	330	15.682
Vale do Mucuri	3	179	6.046
Sul/Sudoeste de Minas	2	87	2.676
Oeste de Minas	1	49	2.411
Zona da Mata	1	29	810
TOTAL	**389**	**19.245**	**995.363**

Fonte: INCRA/DATALUTA/MG (1986-2011) (dados atualizados até 02/05/2012).
Organização: VIEIRA, W. A.

Ao considerarmos as maiores expressões de conquista da terra em Minas Gerais, por municípios em mesorregiões, temos, na mesorregião Noroeste de Minas, os municípios de Unaí, com 24 assentamentos, 1.495 famílias assentadas, em 68.140 hectares; o município de Buritis, com 20 assentamentos, 706 famílias, em 29.517 hectares; e Arinos, com 17 assentamentos, 735 famílias, em 37.175 hectares. Na mesorregião Norte de Minas, o município de Jaíba, com 12 assentamentos, para 1.023 famílias, em 59.480 hectares. No Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba, os municípios de Uberlândia com 15 assentamentos, 832

famílias, em 20.038 hectares; e Campina Verde, com 12 assentamentos, 625 famílias, em 17.407 hectares. Nas outras mesorregiões, destacam-se os municípios de Jequitinhonha e Leme do Prado, na mesorregião Jequitinhonha; Itueta e Tumiritinga, no Vale do Rio Doce; Betim e Funilândia, na mesorregião Metropolitana de Belo Horizonte; Pompéu, na Central Mineira; Teófilo Otoni, no Vale do Mucuri; Campo do Meio e Guapé no Sul/Sudoeste de Minas; Bambuí, no Oeste de Minas e Visconde do Rio Branco na Zona da Mata (Ver Mapa 4).

Mapa 4: Minas Gerais – Assentamentos Rurais por Município 1986-2011

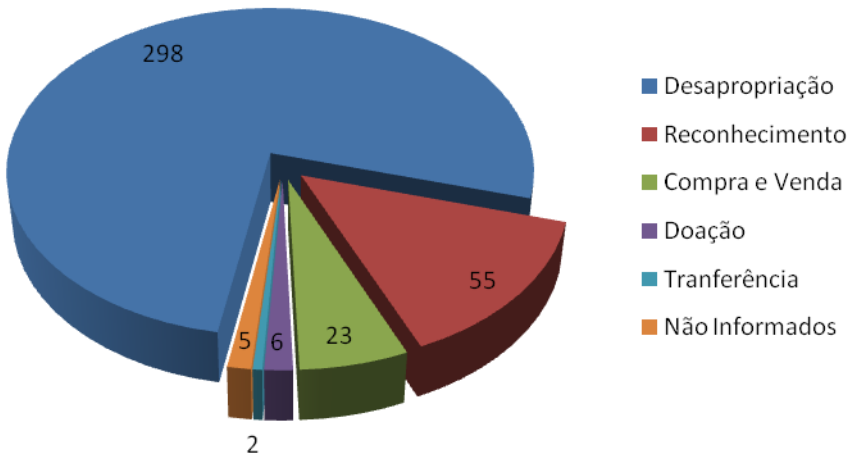


Considerando, ainda, as mesorregiões e o número de famílias assentadas, destacamos os assentamentos Fruta D'Anta, em João Pinheiro, no Noroeste de Minas, com 225 famílias; Assentamento Betinho, em Bocaiuva, com 734 famílias, no Norte de Minas; Assentamento Paulo Faria, no município de Prata, com 288 famílias assentadas; e Assentamento Tangará, em Uberlândia, com 247 famílias, ambos no Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba;

Assentamentos Craúno, pelo tamanho da área[30] (11.090 ha), e Franco Duarte, com 93 famílias, ambos, no Vale do Jequitinhonha; Assentamento 1ª de Julho, em Tumiritinga, no Vale do Rio Doce, com 81 famílias assentadas; Assentamento 2 de Julho, em Betim, com 49 famílias, na mesorregião Metropolitana de Belo Horizonte; Assentamento 26 de Outubro, com 144 famílias, em Pompéu, na Central Mineira; Assentamento Saudade, em Teófilo Otoni, no Vale do Mucuri, com 144 famílias; Assentamento Santo Dias, em Guapé, com 47 famílias, no Sul/Sudoeste de Minas; Assentamento Margarida Alves, em Bambuí com 49 famílias, no Oeste de Minas; e Olga Benário, em Visconde do Rio Branco na Zona da Mata com 29 famílias – estes são os assentamentos com o maior número de famílias em cada mesorregião mineira.

Em Minas Gerais, quanto às formas de obtenção de assentamentos pelos camponeses entre 1986 e 2011, do total de 389 assentamentos criados, 79,6% foram conquistados por desapropriação, 14,1% por reconhecimento, 5,9% por compra ou compra e venda, 1,5% por doação, 0,5% por transferência. Para 1,3% dos assentamentos não foram encontradas as informações quanto às formas de obtenção (Ver Gráfico 6).

Gráfico 6: Minas Gerais – Forma de Obtenção de Assentamentos Rurais 1986-2011



Fonte: INCRA/DATALUTA/MG (1986-2011) (dados atualizados até 02/05/2012).
Organização: VIEIRA, W. A.

Por desapropriação, destacam-se, pelo tamanho da área, os assentamentos Americana (18.793ha) e São João do Boqueirão (17.340ha), no Norte de Minas, Fruta D'Anta (18.731ha) e João Pinheiro, no Noroeste de Minas. Pelo número de famílias, destaca-se o assentamento

[30] Não consta o número de famílias nos dados considerados.

Nova Tangará, em Uberlândia, no Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba, com 247 famílias; Correntes, em Várzea de Palma, com 234 famílias e Jacaré Grande, em Janaúba, com 200 famílias, ambos no Norte de Minas. Destaca-se, ainda, por desapropriação, o Assentamento Fruta D'Água, em João Pinheiro, no Noroeste de Minas, com 225 famílias.

Por reconhecimento, considerando tanto o total de famílias quanto a área conquistada, salientamos o Assentamento Jaíba-Etapa I, com 540 famílias, em uma área de 12.129 hectares.

Compra ou Compra e Venda, também considerando o número de famílias e área, destacam-se os Assentamentos Paulo Faria, no município de Prata no Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba, com 288 famílias, em 5.854 hectares; e Nova Lagoa Rica, em Paracatu, no Noroeste de Mina, com 109 famílias, em 5.209 hectares.

Outra informação relevante ainda para os assentamentos rurais de Minas Gerais é quanto à tipologia dos assentamentos. No estado, há três tipos de assentamentos: PA; PRB e PE. Ao destacarmos as maiores expressões em cada tipo de assentamento no estado, pelo total de famílias assentadas, temos o Assentamento Betinho (PA), em Bocaiuva – Norte de Minas, Assentamento Rio Verde I (PE), pelo tamanho da área conquistada[31], também no Norte de Minas; e o Assentamento União do Povo (PRB), em Itamarandiba, no Vale do Jequitinhonha (Ver Tabela 10).

Tabela 10: Minas Gerais – Tipos de Assentamentos 1986-2011

Tipo de Assentamento	Nº Assentamentos	Famílias Assentadas	Área (ha)
Projeto de Assentamento Federal (PA)	341	18.329	876.569
Projetos de Reassentamento de Atingidos por Barragens (PRB)	36	19	58.075
Projeto de Assentamento Estadual (PE)	12	897	60.719
TOTAL	**389**	**19.245**	**995.363**

Fonte: INCRA/DATALUTA/MG (1986-2011) (dados atualizados até 02/05/2012).
Organização: VIEIRA, W. A.

A partir dos dados analisados, destacamos a maior expressão de conquista da terra em Minas Gerais, o Assentamento Betinho (nome dado em homenagem ao sociólogo Hebert de Souza), um PA obtido pela compra. O assentamento, localizado no município de Bocaiuva no Norte de Minas Gerais, destaca-se pelo número de famílias (734) e pela área conquistada (24.263ha), foi criado no governo FHC. Contudo a maior expressão da conquista da terra, no estado, não quer dizer que haja as melhores condições, segundo Luiz Ribeiro do Jornal Estado

[31] Não consta o número de famílias nos dados considerados.

de Minas (2010), “boa parte das famílias enfrenta péssimas condições de moradia e saneamento e não tem recursos para plantar”, segundo ainda Maria Helena Lopes (presidente da Associação dos Pequenos Produtores do Assentamento Betinho), em afirmação na reportagem, “ouvi um ex-superintendente do INCRA em Minas dizer que o nosso assentamento seria modelo para o país. Mas estamos longe disso”. O assentamento enfrenta, apesar da conquista de significativa área pelas famílias, a falta de verbas para melhorias em habitação, para o plantio e falta de recursos para estudos de viabilização técnica e obtenção de licença ambiental, o que impede a vinda de recursos do PRONAF, "temos aqui duas vaquinhas de leite, que ajudam no sustento da gente. Não sobra dinheiro para mais nada", afirmou José dos Reis, um dos assentados. Entre as consequências do descaso pelo poder público, está o abandono do assentamento por integrantes das famílias, como, por exemplo, por jovens e mulheres que vão para a cidade em busca de melhores condições de vida (Ver Foto 1).

Foto 1: Norte de Minas Gerais – Assentamento Betinho*

* “*José dos Reis Santos mora numa choupana, coberta de capim e lona plástica, com a mulher e dois netos. Sem verba para reformar casa e para plantar”*. Foto: RIBEIRO, Luiz – Jornal Estado de Minas (2010).

Além dos problemas internos, em reportagem publicada pelo Jornal Estado de Minas ainda (2012), o projeto está sendo vítima de empresários que promovem a especulação imobiliária no local por meio da compra irregular de terrenos. Para Arismar Gomes dos Santos (assessor sindical da FETAEMG), que denunciou o fato ao INCRA, sem apontar nomes,

> Existe empresário aí que tem de 20 a 30 lotes dentro do PA Betinho nas mãos. Queremos que o Incra acabe com isso. Enquanto isso, existem verdadeiros trabalhadores rurais que lutam no assentamento há 13 anos e até hoje não têm uma casa para morar. Isso é uma vergonha para o Incra (2012).

Segundo a reportagem, "pelo menos a metade dos lotes foi parar nas mãos de pessoas como prefeito, vereadores, parentes de políticos, comerciantes e até policiais", há registro de casos em que os lotes são sediados e arrendados para a criação de gado e para áreas de lazer em Betinho. Em reportagem publicada no CEDEFES (2012),

> O Incra/MG – que em ação movida pelo Ministério Público Federal é criticado por sua omissão na gestão da reforma agrária – considera que a situação do assentamento Betinho é uma das mais "emblemáticas" do estado quando se fala em desvio na ocupação da área destinada a pequenos agricultores.

Outras questões são apontadas por Ribeiro (2012) para a situação dos assentamentos no campo em Minas Gerais, questões essas que não são resolvidas sem acompanhamento e investimentos no campo por parte dos governos federal, estaduais e municipais. No Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba, foi constatado "um verdadeiro comércio de lotes, que se transformaram em sítios de fim de semana"; no Noroeste de Minas, "grande parte de terrenos em Buritis e Paracatu, formaram uma fazenda de propriedade de um engenheiro agrônomo ou ajudaram a enriquecer um gerente do Banco do Brasil". Para o superintendente do INCRA/MG Carlos Calazans, em entrevista dada ao Jornal Estado de Minas (2012), "não existe um assentamento sequer em Minas Gerais que não tenha irregularidades como a comercialização de lotes".

Podemos constatar que a reforma agrária, no estado de Minas Gerais, está para além da conquista da terra, na verdade, uma verdadeira reforma agrária caracteriza-se por um conjunto de ações as quais vão desde a conquista da terra, até as conquistas dos meios para se permanecer nela. Tais conquistas configuram projetos de reforma agrária acompanhados de programas de educação do campo, projetos de acompanhamento à saúde, lazer e meios de produção, que dão oportunidades iguais aos camponeses assentados, para que possam produzir e viver do seu próprio trabalho ao lado de seus familiares, respeitando suas culturas, os bens naturais dos seus territórios e seus projetos de vida. Todas essas ações, construídas considerando a participação e tomada de decisões dos camponeses.

4 – CONSIDERAÇÕES FINAIS

Contemplar a proposta de entender as contradições e transformações históricas e em curso, determinantes das resistências e reivindicações dos movimentos sociais de luta pela terra em Minas Gerais, possibilitou-nos, no decorrer da pesquisa, desafios de amadurecimento tanto intelectual quanto de análise crítica dos dados disponibilizados pelas diversas fontes consultadas.

Para amparar um dos objetivos específicos, o de identificar e discutir a natureza das contradições que culminaram na conjuntura em curso das reivindicações no campo e luta pela terra em Minas Gerais, percebemos, em primeiro lugar, que o problema agrário no estado está diretamente associado à produção capitalista histórica do espaço, o que implica, atualmente, e cada vez mais, tempos acelerados e formas geográficas submissas e opressoras. Submissas em razão do rígido conhecimento e do controle que o Estado e as empresas possuem do espaço, o que lhes possibilita planejá-lo, organizá-lo e explorá-lo. Opressoras devido à organização e aos investimentos que não exercem, primordialmente, funções sociais, mas favorecem, em sua maioria, apenas a aquisição do lucro.

O espaço e seus objetos são ocupados coletivamente por sujeitos que possuem ideias, discursos, juízos e ações intrínsecas aos objetos, que se imbricam e formam novas ideias e novas formas. Os sujeitos e as formas construídas ao longo da história estão em constantes disputas entre os objetos e as formas que ocupam o espaço. O moderno do capitalismo, elegido por suas ideologias, contrapõe e, ao mesmo tempo, elege formas antigas e precárias, ou seja, são as contradições, as incoerências e as ironias associadas à hipocrisia – o principal senso dos conservadores, ao entenderem que a liberdade e a igualdade contemplam a todos democraticamente. São os paradoxos, os absurdos da economia capitalista, nesse contexto, não há como falarmos de fraternidade.

Assim, a história que, de maneira hegemônica, escolheram para o Brasil, definiu contradições e estruturas específicas de lutas no campo, pois os conflitos atuais estão associados, principalmente, ao consumo de mercadorias e de espaços. Tais conflitos, independente dos lados ocupados (seja pelas transnacionais dos agronegócios, seja pelos movimentos sociais de luta pela terra), assinalam territórios em disputas, que possuem fronteiras de resistências e de expansão. Com isso, os territórios são transformados, perdidos, conquistados e reconquistados. A Geografia surge como Ciência capaz de guiar pelos seus métodos e categorias os caminhos para interpretação dos múltiplos territórios delimitados por barreiras físicas, poderes, normas, símbolos, formas, práticas e culturas.

Alguns Geógrafos, ao discutirem sobre o território somente em relação ao Estado e seus poderes econômicos, políticos e estratégicos de guerras, disseminam uma postura totalitária, de não reconhecimento da totalidade do espaço, que contém múltiplos territórios e territorialidades. Essa opinião não dispensa entender os territórios, também, como produtos históricos, inscritos, sobretudo nos sistemas capitalistas como dos países periféricos e dos países ricos (como Estados Unidos e China). Portanto, para nós, o território agrega múltiplas dimensões e contradições.

Na Geografia Agrária, uma das possibilidades de interpretação desses territórios de disputas é por meio das contribuições do PCA e do PQA. Contudo as interpretações do PQA são as que melhor possibilitam o entendimento dos conflitos no campo em Minas Gerais. A postura tanto político-ideológico, quanto filosófica, dessa base teórica, permite-nos associar os conflitos no campo, em Minas Gerais, como inerentes do próprio desenvolvimento capitalista nesse espaço. Não acreditamos que os camponeses ou pequenos agricultores terão um desenvolvimento promissor ao se integrarem à produção capitalista, até mesmo porque as técnicas, as políticas, os incentivos e a terra, como principal meio de produção, não são acessíveis democraticamente àqueles que os desejam ou queiram viver no campo.

A orientação do PCA, ao entender que os camponeses só continuarão existindo se se integrarem ao mercado dos agronegócios, expressa o posicionamento dos próprios capitalistas e o direcionamento que estes querem dar ao campo. Os discursos se esvaziam no próprio discurso, pois, além de não ser considerada a real situação do campo, trata-se de propor soluções e propostas que não fazem parte da lógica hegemônica da economia vigente, uma vez que, nessa esfera econômica, a marginalização dos sujeitos e de seus territórios é inerente ao processo de seu desenvolvimento.

Por isso, identificamos com pressupostos que, além de expressarem de fato as diversidades econômicas, sociais, ideológicas e conflituosas como inerentes da própria história da sociedade brasileira, proponham soluções que realmente irão melhorar a qualidade de vida das populações rurais, respeitando-lhes a complexidade e diversidade socioculturais, sobretudo os seus territórios. Reforma agrária e políticas que garantam a produção de alimentos livre de agrotóxicos, projetos de educação no e do campo são essenciais ao ponto de partida, para, assim, elaborarmos e partilharmos histórias e saberes.

Tais discussões são evidenciadas, também, por meio dos debates clássicos sobre o campesinato e a questão agrária. A partir desses debates, além da possibilidade de interpretação das injustiças como contradições no campo, as discussões permitem-nos

perceber que os camponeses, integrados ou não a outras formas de produção, podem resistir a tipos hegemônicos de imposições ou de inserções estranhas àquilo que lhes pertencem.

O capitalismo, em suas estruturas pré-definidas, possui relações pré-capitalistas necessárias, até mesmo porque, para manter-se, precisa constantemente conquistar novos mercados, espaços e territórios. Entre as relações econômicas no capitalismo, com mais eficácia, estão as de assalariamento e com o Estado (onde seus princípios são legitimados), relações essas que possibilitam sua permanência. Por isso, a importância de, sempre que possível, conquistar espaços de debates políticos, do saber e do fazer, para que não sejamos dominados por uma única ideia.

A questão agrária, em Minas Gerais, está associada tanto às estruturas hegemônicas pré-definidas, quanto aos espaços regidos por ideias também hegemônicas, que configuraram não só para Minas, mas para o problema agrário brasileiro desde o descobrimento dos territórios indígenas. Na trajetória de formação do país, sobretudo em termos de território nacional e de pensamento, em um primeiro momento, escravizaram-se índios e negros, isso, tanto para conquista de territórios quanto para a produção de monoculturas e outras riquezas para exportação, a terra, até então, era livre. Noutro momento, ao mudar as formas de escravidão dos camponeses índios e negros, continuaram as disputas por territórios, a exploração e a geração de riquezas para exportação. A terra passou a ser escrava, acentuou-se a concentração de renda e da terra, bem como intensificaram-se as revoltas e lutas político-sociais.

No Brasil, esse contexto gerou intensos debates entre os anos de 1930 e 1960, sobre a distribuição de terras, as funções da agricultura e as injustiças históricas no campo, notadamente relacionadas com as precárias condições de trabalho. Mesmo com diversas frentes de luta por melhorias no campo, pela reforma agrária e em defesa da garantia de direitos dos trabalhadores rurais, a modernização da agricultura, por meio de tecnologias e insumos industriais, foi a opção dada para superar o atraso econômico e social pelo qual o país passava na época. Essa opção não considerou como primordial a função social da terra e, muito menos, a distribuição justa de terras, o que prevaleceu foi a concepção de que a modernização da agricultura brasileira era capaz dar pleno desenvolvimento ao capitalismo nacional. As ideias surgidas com a Revolução Verde, e postas em prática no Brasil, principalmente a partir do Regime Militar, fizeram parte das estratégias geopolíticas dos países ricos de conquistar o campo, particularmente nos países periféricos, como lugar de exploração e acumulação – um dos pilares ideológicos que, a todo custo, se orientou para a modernização da agricultura brasileira nos anos 1970. A partir de então, os insumos

agrícolas/industriais passaram a ser produzidos em larga escala, a produção das monoculturas para exportações passaram a ocupar gigantescas extensões de terras, o que dizimou populações e outras naturezas dos Cerrados.

Com a globalização dos meios de produção e do consumo, os investimentos políticos e econômicos para o campo passaram a favorecer amplas mobilizações de instituições estatais, financeiras, de centros de inteligência nacionais e internacionais, órgãos e até organizações não governamentais, que passaram a operar em conjunto para o pleno desenvolvimento capitalista no campo, por meio de políticas e programas específicos, além de incentivos financeiros exacerbados. Os agronegócios e a posse da terra passaram a fazer parte de uma economia financeira composta por patentes e *royalties* para as transnacionais dos agronegócios. Um modelo agrário e de consumo imperialista, que marginalizou os pequenos agricultores, camponeses e causou graves impactos ambientais.

Entre os eventos mais perversos que caracterizam o campo, atualmente, estão: o esvaziamento, principalmente por mulheres, jovens e crianças; inovações tecnológicas, mecânicas e agronômicas não acessíveis democraticamente; alterações físico-químicas e biológicas; condições precárias de trabalho, alguns análogos à escravidão; aumento da velocidade de rotação de capitais e de ciclos de produção; degradação dos bens naturais, grandes propriedades de terra monopolizadas e conflitos agrários.

Ao analisarmos a reforma agrária no contexto das políticas públicas brasileiras, vimos que, no país, nunca houve reforma agrária de fato, até mesmo porque não se pode confundir reforma agrária com posse ou título da terra. A reforma agrária, além da posse da terra, deve se amparar principalmente por políticas específicas que promovam a função social da terra, geração de renda autônoma com produções orgânicas baseadas nos princípios da agroecologia. As políticas devem considerar a possibilidade de os camponeses serem dignos da qualidade que desejam para suas vidas, para isso, a educação do campo deve ser uma das primeiras conquistas na democratização da terra. Mesmo sem esses aspectos serem lembrados de fato, os movimentos de luta pela terra em Minas fizeram história e obtiveram conquistas pelas suas trajetórias, isso, pelas diversas vias que os governos tiveram para chamar de reforma agrária.

As principais políticas públicas para o campo brasileiro, desde o Golpe de 1964, expressaram a maneira como o Estado vem lidando com os problemas no campo e que se refletem em Minas Gerais, ou seja, as questões que estão associadas, principalmente, à concentração fundiária, garantia de direitos sociais básicos, preservação dos bens naturais, deslocamentos compulsórios, trabalho escravo, políticas agrícolas, questões indígenas e

quilombola, não foram percebidos como demandas e problemas sociais no campo e sim como problemas econômicos, uma vez que as principais iniciativas governamentais conceberam incentivos para modernizar o campo ou para integrar os camponeses às falsas promessas de desenvolvimento da economia dos agronegócios.

É nesse contexto que, no estado mineiro, as estratégias dos movimentos sociais de luta pela terra expressam as lutas por conquistas que as políticas públicas não ampararam. O que se constituiu como a natureza dos conflitos, foi, historicamente, um conjunto de ações atribuídas e deliberadas de maneira antidemocrática e secundadas, principalmente, pelas políticas públicas que, direta e indiretamente, favoreceram no campo o acúmulo de riquezas para uma minoria em detrimento de uma maioria, e os incentivos diretos de modernização associados à manutenção da grande propriedade fundiária.

Assim, os camponeses e outros sujeitos sociais uniram-se para a práxis política, ou seja, no contexto histórico que envolveu transformação nas relações de trabalho, nas formas de produção e da Natureza, os camponeses perderam suas terras ao longo de suas gerações. Assim, em determinado momento, esses sujeitos viram como única alternativa organizarem-se e lutarem pela terra e pela sobrevivência, ou irem para cidade e, também nela, se organizarem, resistirem e reconquistarem o que perderam – constituindo, em parte, a luta dos movimentos sociais do campo que também acontece nas cidades.

As reivindicações e os enfrentamentos pelos movimentos sociais de luta pela terra em Minas, entre os anos de 2000 e 2011, implicaram 447 manifestações em todo o estado mineiro. Entre os anos 1990 e 2011, os movimentos sociais realizaram 659 ocupações de terras com a participação de 65.041 famílias. As mesorregiões Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba, Norte e Noroeste registraram 77,8% de todas as ocupações de terras e concentraram o maior número de participação das famílias – foram 48.188 famílias em ocupações. Entre os movimentos sociais e organizações mais atuantes em Minas Gerais, estão o MST, MAB, a CPT, Via Campesina, MLST, a CONTAG e a FETAEMG.

Outra dimensão dos conflitos no estado retrata a violenta conflitualidade existente em torno da questão agrária, pois, desde que a CPT registra os dados de violência contra a pessoa no campo (1985), pode-se identificar que morreram 192 pessoas, destas, 143 foram assassinadas em conflitos por terra. Outras 49 mortes, no período, foram em virtude de omissões de socorro, acidente com boias-frias, dentre outros. O Norte de Minas, Sul/Sudoeste, Noroeste, Jequitinhonha e Vale do Rio Doce são as mesorregiões em que mais morreram pessoas.

Assim, concluímos que os problemas no campo relacionados com os conflitos agrários, não são só pela posse da terra, na verdade, ser um militante na luta pela terra é ser militante na luta pela água, pelos direitos humanos, por educação de qualidade, moradia e renda, ou seja, por território e dignidade. As estratégias dos movimentos sociais revelam, em nossa opinião, três importantes ações: demonstram parte da realidade do que de fato ocorre no campo, permitindo, assim, debates e continuidades de luta, possibilitam a conquista da terra e de outros meios de produção, e, com isso, a oportunidade de comprovar, por meio das conquistas, que há outras maneiras de vida no campo, respeitando decisões democráticas e costumes.

5 – REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, R. As Particularidades da Agricultura no Desenvolvimento Econômico. In:_____. **Paradigmas do Capitalismo Agrário em Questão**. São Paulo: Hucitec/Ampocs/Editora da Unicamp, 1992. cap. 8, p. 209-247.

ALENTEJANO, P. R. R. A Política de Assentamentos Rurais do Governo FHC e os Desafios da Reforma Agrária no Brasil do Século XXI. **AGRÁRIA: Revista do Laboratório de Geografia Agrária – DG/FFLCH/USP**, São Paulo, nº 1, p. 2-15, 2004.

ANDRADE, M. C. de. **Formação Territorial e Econômica do Brasil**. Recife, PE: Massangana, 2003. 248 p.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Resolução nº 2191**, de 29 de agosto de 1996. Institui o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - PRONAF. Disponível em: <http://migre.me/bA9bQ>. Acesso em: 17 mar. 2012.

BANCO DE DADOS DE LUTA PELA TERRA. **DATALUTA Minas Gerais**. Disponível em: <http://www.lagea.ig.ufu.br/bancodedadosdatalutaminas.html>. Acesso em: 10 mai. 2012.

BIBLIOTECA DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. **João Goulart - Biografia/Período Presidencial**. Disponível em: <http://migre.me/bzZw4**>.** Acesso em: 9 mai. 2012.

BRASIL. Casa Civil – Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Lei nº 4.504**, de 30 de novembro de 1964. Dispõe sobre o Estatuto da Terra, e dá outras providências. Disponível em: <http://migre.me/bA8NH>. Acesso em: 10 fev. 2012.

_____. **Lei nº 4.829**, de 5 de novembro de 1965. Institucionaliza o Crédito Rural. Disponível em: <http://migre.me/bA8Q2>. Acesso em: 10 fev. 2012.

_____. **Lei nº 4.595**, de 31 de dezembro de 1964. Dispõe sobre a Política e as Instituições Monetárias, Bancárias e Creditícias, Cria o Conselho Monetário Nacional e dá outras providências. Disponível em: <http://migre.me/bA8SB>. Acesso em: 11 fev. 2012.

_____. **Lei nº 5.889**, de 08 de junho de 1973. Estatui Normas Reguladoras do Trabalhador Rural. Disponível em: <http://migre.me/bA8L5>. Acesso em: 10 fev. 2012.

_____. **Lei nº 8.629**, de 25 de fevereiro de 1993. Dispõe sobre a Regulamentação dos Dispositivos Constitucionais relativos à Reforma Agrária, previstos no Capítulo III, Título VII, da Constituição Federal. Disponível em: <http://migre.me/bATsb>. Acesso em: 10 fev. 2012.

_____. **Constituição Política do Império do Brazil (de 25 de março de 1824)**. Rio de Janeiro, RJ: Secretaria de Estado dos Negocios do Imperio do Brazil, 1988. Disponível em: <http://migre.me/bA8YP>. Acesso em: 5 fev. 2012.

_____. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Senado, 1988. Disponível em: <http://migre.me/bA8WG>. Acesso em: 9 fev. 2012.

CARVALHO, Natálya. C de. **Luta Pela Terra no Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba**: a trajetória dos movimentos e organizações sociais na construção do território. 2011. 140 f. Dissertação (Mestrado em Geografia)- Programa de Pós-Graduação em Geografia - IG/UFU, Uberlândia, 2011. Disponível em: <http://migre.me/bA8gC >. Acesso em: 20 abr. 2012.

CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA DO BRASIL – CPDOC/FGV. **A questão agrária no governo Jango**. Disponível em: <http://migre.me/bzYme>. Acesso em: 9 mai. 2012.

CHAYANOV, A. V. **La organización de la unidad económica campesina**. Traducción de Rosa María Rússovich. Buenos Aires: Impreso en la Argentina (Ediciones Nueva Vision) , 1974. Disponível em: <http://www2.fct.unesp.br/grupos/nera/uso_restrito.php>. Acesso em: 21 set. 2011.

CHESNAIS, F. Internacionalização do Capital e Mundialização. In:_____. **A Mundialização do Capital**. Tradução de Silvana Finzi Foá. São Paulo: Xamã, 1996. p.32-34.

CLEPS JR, J. As Políticas e Programas Governamentais para o Desenvolvimento do Setor Agroindustrial no Cerrado e as Estratégias das Empresas do Complexo Soja. In:_____. **Dinâmica e Estratégias do Setor Agroindustrial no Cerrado: o caso do Triângulo Mineiro**. 1998. p. 124-170. Tese (Doutorado em Geografia)-Curso de Pós-Graduação em Geografia - IGCE/UNESP, Rio Claro, 1998.

COCA, E. L. F de. **Um Estudo Da Universidade e Atualidade Da Reforma Agrária**: análise dos tipos de assentamentos do território Cantuquiriguaçu – Estado do Paraná. 2011. 231 f. Dissertação (Mestrado em Geografia)-Programa de Pós-Graduação em Geografia da FCT-UNESP, Presidente Prudente, 2011. Disponível em: <http://migre.me/bA8kL>. Acesso em: 26 mai. 2012.

COMISSÃO ECONÔMICA PARA AMÉRICA LATINA E O CARIBE – CEPAL BRASIL. **O que é a CEPAL**? Disponível em: <http://www.cepal.org/brasil/>. Acesso em: Acesso em: 12 jun. 2012.

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA – CPT. **Conflitos no Campo Brasil 1985-2011**. Disponível em: <http://migre.me/bA6IG>. Acesso em: 8 mai. 2012.

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES NA AGRICULTURA – CONTAG. **CONTAG Representa 20 Milhões de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais**. Disponível em: <http://www.contag.org.br/>. Acesso em: 2 jul. 2012.

CORREIO BRASILIENSE. **Chacina de Unaí à espera da Justiça**. 2011. Disponível em: <http://migre.me/bA9zA>. Acesso em: 18 jan. 2012.

COUTINHO, J. J. **"A Reforma Agrária está completamente parada", afirma dirigente do MST**. Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST. 2012. Disponível em: <http://migre.me/bA9nb>. Acesso em: 30 jun. 2012.

DELGADO. G. C. A Questão Agrária no Brasil, 1950-2003. In. JACCOUD, Luciana (Org.). **Questão Social e Políticas Sociais no Brasil Contemporâneo**. Brasília: IPEA, 2005. p.51-90. Disponível em: <http://migre.me/bA6Ki>. Acesso em: 20 mar. 2012.

_____. Constituição e Desenvolvimento do Capital Financeiro na Agricultura. In: _____. **Capital Financeiro e Agricultura no Brasil**. São Paulo: Unicamp, 1985. p. 117-190.

DEPARTAMENTO DE NACIONAL DE INFRAESTRUTURA DE TRANSPORTES – DNIT. **Histórico: A invenção da Locomotiva**. Disponível em: <http://www.dnit.gov.br/ferrovias/historico>. Acesso em: 10 jun. 2012.

DINIZ, A. M. A.; BATELLA, Wagner B. O Estado de Minas Gerais e suas Regiões: um resgate histórico das principais propostas oficiais de regionalização. **Sociedade & Natureza,** Uberlândia, v. 17, n. 33, p. 59-77, dez. 2005.

ESTADO DE MINAS – EM [Online]. **Líder dos trabalhadores rurais denuncia presença de empresários em assentamentos em Minas**. Disponível em: <http://migre.me/bA9gu>. Acesso em: 3 mar. 2012.

_____. **Nenhum assentamento sem-terra escapa de fraude no Norte de Minas**. 2012. Disponível em: < http://migre.me/bANvl>. Acesso em: 2 mar. 2012.

FEDERAÇÃO DOS TRABALHADORES NA AGRICULTURA DO ESTADO DE MINAS GERAIS. **A FETAEMG**. Disponível em: <http://migre.me/bA7zI>. Acesso em: 2 jul. 2012.

FELICIO, J. M. A Conflitualidade dos Paradigmas da Questão Agrária e do Capitalismo Agrário a Partir dos Conceitos de Agricultura Familiar e de Camponês. **CAMPO-TERRITÓRIO: revista de Geografia Agrária**, Uberlândia, v.1, n. 2, p. 14-30, ago. 2006.

_____. **Contribuições ao Debate Paradigmático da Questão Agrária e do Capitalismo Agrário**. 2011. 214 f. Tese (Doutorado em Geografia)-Programa de Pós-Graduação em Geografia da FCT UNESP, Presidente Prudente, 2011.

FERNANDES, B. M. **A Formação Camponesa na Luta pela Terra**. In: Contribuição ao Estudo do Campesinato Brasileiro Formação e Territorialização do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra - MST (1979 –1999). 1999. 318 f. Tese (Tese em Geografia)-Programa de Pós-Graduação em Geografia – FFLCH-USP, São Paulo, 1999. cap. 1, p.15-38. Disponível em: <http://migre.me/bA8HU>. Acesso em: 15 abr. 2012.

_____. **Agronegócio e Reforma Agrária**. Disponível em: <http://migre.me/d7Zfl>. Acesso em; 20 mar. 2012.

_____. **Movimentos Socioterritoriais e Espacialização da Luta pela Terra**. Publicações NERA. 7 p. Disponível em: <http://migre.me/bA7nd>. Acesso em: 20 mar. 2012.

_____. **Movimentos Socioterritoriais e Movimentos Socioespaciais: contribuição teórica para uma leitura geográfica dos movimentos sociais**. **Revista NERA**, Presidente Prudente, v. 8, n. 6, p. 24-34, jan./jun. 2005. Disponível em: <http://migre.me/bA7ps>. Acesso em: 1 mai. 2012.

_____. Ocupação como Forma de Acesso à Terra. In: XXIII Congresso Internacional da Associação de Estudos Latino-Americanos, 2001, Washington DC. **Anais...** 2001. Disponível em: <http://migre.me/bA7Fn>. Acesso em 12 jul. 2012.

_____. **Questão Agrária: conflitualidade e desenvolvimento territorial**. Artigo do Mês/ julho/agosto 2006. 57 p. Disponível em: <http://migre.me/bA6Me>. Acesso em: 20 mar. 2012.

_____. **Questões teórico-metodológicas da pesquisa geográfica em assentamentos de reforma agrária**. In: Boletim Paulista de Geografia, nº 75, Associação dos Geógrafos Brasileiros, São Paulo, 1998, p. 83-129.

FERNANDES, C. A. **Análise do Discurso**: reflexões introdutórias. 2º ed. São Carlos: Editora Claraluz, 2008. 110 p.

FILHO, J. P. [Brasil de Fato]. **Lula abandonou a reforma agrária (Entrevista com Guilherme Delgado)**. Disponível em: <http://www.mst.org.br/node/5618 >. Acesso em: Acesso em: 5 jul. 2012.

FURBINO, Z. **Norte de Minas será nova fronteira da mineração**. Jornal Estado de Minas [online]. 2011. Disponível em: <http://migre.me/bA9rC>. Acesso em: 15 jan. 2012.

GASPAR, Lúcia. Ligas Camponesas. **Pesquisa Escolar Online**, Fundação Joaquim Nabuco, Recife. Disponível em: <http://migre.me/cRlz1>. Acesso em: 17 jan. 2013.

GERMANI, G. I. Reforma Agrária: ações públicas e movimentos sociais. In **Caderno de Geociências**. Salvador: Edufba, 2001. Disponível em: <http://migre.me/bA3dx>. Acesso em: 20 jul. 2012.

GLOBO RURAL. **Entrevista Norman E. Borlaug**. Disponível em: <http://migre.me/bzXMA>. Acesso em: 10 jun. 2012.

GOMES, R. M. **Ofensiva do Capital e Transformações no Mundo Rural**: a resistência camponesa e a luta pela terra no Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba. 2004. 252 f. Dissertação (Mestrado em Geografia)- Programa de Pós-Graduação em Geografia - IG/UFU, Uberlândia, 2004. Disponível em: <http://migre.me/bA7Pl>. Acesso em: 9 mar. 2012.

GONÇALVES. C. W. P. A Revolução Verde: tecnologia e ideologia. In:_____. **A Globalizaçâo da Natureza e a Natureza da Globalização**. 2006. Disponível em: <http://migre.me/bzVL8>. Acesso em: Acesso em: 10 jun. 2012.

GOULART, J. **Mensagem ao Congresso Nacional na abertura na sessão legislativa de 1964**. p.LI. Disponível em: <http://migre.me/bzZ7m>. Acesso em: 9 mai. 2012.

GRAZIANO DA SILVA, J. Mas, qual reforma agrária? **Reforma Agrária**. Campinas, Associação Brasileira de Reforma Agrária, v.7, n.1, abr./jul. 1987. p. 11-60.

_____. **Tecnologia e agricultura familiar**. Porto Alegre: Ed. da Universidade - UFRGS, 1999. p. 25-50.

GUIMARÃES, Letícia de Castro. **Luta pela terra, cidadania e novo território em construção:** o caso da Fazenda Nova Santo Inácio Ranchinho, Campo Florido-MG (1989-2001). 2001. 169 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Geografia, Departamento de Instituto de Geografia, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2001.

HAESBAERT, R. **Dos Múltiplos Territórios à Multiterritorialidade**. Porto Alegre, Setembro de 2004. Disponível em: <http://migre.me/bA6O1>. Acesso em: 27 mar. 2012.

_____. **O mito da desterritorialização**: do "fim dos territórios" à multi-territorialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004, p. 360.

HARVEY, D. A Geopolítica do Capitalismo. In:_____. **A produção Capitalista do Espaço**. Tradução de Carlos Szlak. São Paulo: Annablume, 2005. (Coleção Geografia e Adjacências). cap. 5, p.129-162.
_____. Fordismo. In:_____. **Condição pós-moderna.** Tradução de Adail Ubirajara Sobral e Maria Stela Gonçalves. 14º ed. São Paulo: Edições Loyola, 2005. p. 117-134.

HOFFMANN, J. H. A política agrícola do governo Collor. **Indicadores Econômicos FEE**, v. 18, n. 3, p.140-159, 1990. Disponível em: <http://migre.me/bAA6W>. Acesso em: 18 jul. 2012.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE (Banco de Dados Agregados). **Estado de Minas Gerais**. Disponível em: <http://migre.me/bA7wH>. Acesso em: 5 jul. 2012.

INSTITUTO DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA – INCRA. **Sistema Nacional de Cadastro Rural (SNCR)**. Brasília. 2011.

JORNAL DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA (Edição Especial 25 anos). **25 Anos de Lutas e Conquistas**. Disponível em: <http://migre.me/bA7j5>. Acesso em: 2 jul. 2012.

KAGEYAMA, A. et al. O Novo Padrão Agrícola Brasileiro: do complexo rural aos complexos agroindustriais. In: DELGADO, G. C.; GASQUES, J. G.; VERDE, C. M. V. (Org.). **Agricultura e Políticas Públicas**. Série IPEA, n. 127, 1990. p.113-127.

KAUTSKY, K. **A Questão Agrária** [Trad. C. Iperoig]. 3. ed. São Paulo: Proposta Editorial, 1980. p. 29-35.

KUHN, T. S. **A Estrutura das Revoluções Científicas**. 5º ed. São Paulo: Editora Perspectiva S.A, 1998. p. 13;128;219. Subsídios de Estudo – Professor Sandro Luiz Bazzanella. Disponível em: <http://pt.scribd.com/doc/36642271/KUHN-a-Estrutura-Das-Revolucoes-Cientificas>. Acesso em: 1 mai. 2012.

LABORATÓRIO DE GEOGRAFIA AGRÁRIA – LAGEA. **Biblioteca/Monografias**. Disponível em: <http://www.lagea.ig.ufu.br/monografias.html>. Acesso em: 8 jun. 2012.

LEITE, S. **BRASIL. La reforma agraria**. aGter, 2008. Disponível em: <http://migre.me/bA9yc>. Acesso em: 14 fev. 2012.

LÊNIN, V. I. **Capitalismo e Agricultura nos Estados Unidos**: novos dados sobre as leis de desenvolvimento do capitalismo na agricultura. Tradução brasileira a partir da versão francesa confrontada com a versão espanhola. São Paulo: Ed. Brasil Debates (Coleção Alicerces), 1980. 63 p. Disponível em: <http://migre.me/bA6VZ>. Acesso em: 21 set. 2011.

LUXEMBURG , R. A Acumulação do Capital ou O que os Epígonos Fizeram da Teoria Marxista: Uma Anticrítica. In:_____. **A Acumulação do Capital**. Tradução de Marijane VieiraLisboa e Otto Erich Walter Maas. 2º ed. São Paulo: Nova Cultural (Os Economistas), 1985. p. 325-355.

_____. Objeto de Investigação. In:_____. **A Acumulação do Capital**. Tradução de Marijane VieiraLisboa e Otto Erich Walter Maas. 2º ed. São Paulo: Nova Cultural (Os Economistas), 1985. p.7-18.

Maria Adélia de Souza falando de Milton Santos. Priscillagrasso. XV Encontro Nacional de Geógrafos na Universidade de São Paulo. São Paulo: 2008. 1 Vídeo (3min20seg), son, color. Disponível em: <http://migre.me/bA70e>. Acesso em: 15 fev. 2012.

MARIA, Luciene X. de. **O Programa Bolsa de Parceria e Arrendamento de Terras e o Processo de (Re)Ocupação Produtiva no Cerrado Mineiro:** o caso de Uberaba e Uberlândia. 2005. 165 f. Dissertação (Mestrado)- Curso de Geografia, Departamento de Instituto de Gegrafia, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2005.

MARTINS, J. S. **O Cativeiro da Terra**. 9. ed. São Paulo: Liv. Editora Ciências Humanas, 2010. p. 19-25.

_____. **Os Camponeses e a Política no Brasil** – As lutas sociais no campo e seu lugar no processo político. 2. ed. Petrópolis-RJ: Vozes, 1983. p. 9-102.

MARX, K. (1859 [1977]). Prefácio à Contribuição à Crítica da Economia Política. In: MARX, K. e ENGELS, F. [1977]. **Texto 3**. São Paulo: Edições Sociais (Originalmente publicado em alemão), 1859. p. 300-303. Disponível em: <http://migre.me/bA72n>. Acesso em: 17 abr. 2012.

_____. A chamada acumulação primitiva. In:_____. **O Capital**: crítica da economia política. Tradução de Reginaldo Sant'Anna. 23º ed. Rio de Janeiro: CIVILIZAÇÃO BRASILEIRA, 2009. Livro 1, vol. 2. p.826-877.

_____. **O Trabalho Alienado**. Disponível em: <http://migre.me/bA7C1>. Acesso em: 17 abr. 2012.

_____; ENGELS, F. **A ideologia Alemã**. 6 ed. São Paulo, Hucitec, 1987. 138 p.

_____; ENGELS, F. **O Manifesto Comunista**. Tradução de Maria Lucia Como. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra (Coleção Leitura), 1998. 65 p.

MENDES, R.; NADER, V. **Lula não fez reforma agrária** (Entrevista com Marina dos Santos). Correio da Cidadania. 2009. Disponível em: <http://migre.me/bA9Ci>. Acesso em: 18 fev. 2012.

MIRALHA, W. Questão Agrária Brasileira: origem, necessidade e perspectivas de reforma hoje. **Revista NERA**, Presidente Prudente, v. 9, n. 8, p. 151-172, jan./jun. 2006. Disponível em: <http://www2.fct.unesp.br/nera/revistas/08/Miralha.PDF>. Acesso em: 1 mai. 2012.

MORAES, A. C. R. A Geografia Humana Como História Territorial. In:_____. **Território e História no Brasil**. 2º ed. São Paulo: Annablume, 2005. p.36-47.

_____. Introdução. In:_____. **Bases da Formação Territorial do Brasil: o território colonial brasileiro no "longo" século XVI**. São Paulo: Hucitec, 2000, p.15-27.

MOVIMENTO DOS ATINGIDOS POR BARRAGENS – MAB. **História do MAB**. Disponível em: <http://www.mabnacional.org.br/menu/historia.html>. Acesso em: 2 jul. 2012.

MOVIMENTOS DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRAS – MST. **MST mobiliza 20 estados pela Reforma Agrária e contra impunidade**. 2012. Disponível em: < http://www.mst.org.br/node/13197>. Acesso em: 17 abr. 2012.

_____. **MST seguirá mobilizado até governo cumprir promessas**. 2012. Disponível em: <http://migre.me/bA9p5>. Acesso em: 23 abr. 2012.
_____. **O governo federal não tem projeto de Reforma Agrária** (Entrevista com Roberto Baggio). 2007. Disponível em:< http://migre.me/bA9AB>. Acesso em: 5 fev. 2012.

NAVARRO, Z. Desenvolvimento Rural no Brasil: os limites do passado e os caminhos do futuro. **SciELO Estudos Avançados** [online]. São Paulo, vol.15, n.43, 2001. p. 83-100. ISSN 0103-4014. Disponível em: <http://migre.me/bA8ou>. Acesso em: 3 mar. 2012.

OLIVEIRA, A. U. A Geografia Agrária e as Transformações Territoriais Recentes no Campo Brasileiro. In: CARLOS, A. F. A. **Novos Caminhos da Geografia**. São Paulo: Contexto, 2002. p. 63-110.

_____. A longa marcha do campesinato brasileiro: movimentos sociais, conflitos e Reforma Agrária. **SciELO Estudos Avançados** [online]. São Paulo,v.15, n.43, 2001. p. 185-206. ISSN 0103-4014. Disponível em:<http://www.scielo.br/pdf/ea/v15n43/v15n43a15.pdf >. Acesso em: 1 mai. 2012.

_____. Geografia Agrária: perspectivas no início do século XXI. In:_____; MARQUES, M. I. M. (Orgs.). **O campo no século XXI: território de vida, de luta e construção da justiça social**. São Paulo: Paz e Terra, 2004. p. 29-70.

_____; FARIA, C. S. O Processo de Constituição da Propriedade Privada da Terra no Brasil. In: XII ENCONTRO DE GEOGRAFIA DA AMÉRICA LATINA, 2009, Montevidéu. **Anais...** Montevidéu: XII EGAL, 2009. Disponível em: <http://migre.me/bA8s6>. Acesso em: 28 mar. 2012.

ORTEGA, A. C. Os Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural Sustentável (CMDRS): uma estratégia municipal de desenvolvimento rural. In:_____. **Territórios Deprimidos: desafios para as políticas de desenvolvimento rural**. Campinas, SP: Alínea, 2008. p.121-149.

_____; NUNES, E. M. Desenvolvimento Rural-Local e Agricultura Familiar no Brasil. In: XAVIER, C. L. (Organizador). **Desenvolvimento Desigual**. Uberlândia: Editora da UFU, 2004. cap. 8, p. 381-410.

PONTES, B. M. S. A organização da unidade econômica camponesa: alguns aspectos do pensamento de Chayanov e de Marx. **Revista NERA**, Presidente Prudente, v. 8, n. 7, p. 35-47, jul./dez. 2005. Disponível em: <http://www2.fct.unesp.br/nera/revistas/07/Pontes.PDF>. Acesso em: 1 mai. 2012.

RAFFESTIN, C. **Por Uma Geografia do Poder**. Tradução de Maria Cecília França. São Paulo: Editora Ática (Original publicado em francês [1980]), 1993. p. 143-220.

RIBEIRO, L. **Burocracia inviabiliza assentamento rural no Norte de Minas.** Portal UAI. 2010. Disponível em: <http://migre.me/bA9fg>. Acesso em: 15 mai. 2012.

_____; PRATES, M. C. **Até prefeito grila terra de reforma agrária em Minas**. Centro de Documentação Eloy Ferreira da Silva- CEDEFES. 2012. Disponível em: <http://migre.me/bA9hS>. Acesso em: 24 mar. 2012.

RIBEIRO, R. M. **Questão Agrária e Territórios em Disputa: embates políticos entre agronegócio e agricultura camponesa/familiar — década de 2000. 2009**. 151 f. Dissertação (Mestrado em Geografia)- Programa de Pós-Graduação em Geografia - IG/UFU, Uberlândia, 2009. Disponível em: <http://migre.me/bA8e0>. Acesso em: 20 abr. 2012.

RUCKERT, A. A. Políticas territoriais, ciência & tecnologia e a ação de atores locais e regionais: o Pólo de Modernização Tecnológica da Serra - Rio Grande do Sul - Brasil. **Sociologias** [online]. Porto Alegre, 2004, n.11, p. 148-183. ISSN 1517-4522. Disponível em:< http://www.scielo.br/pdf/soc/n11/n11a08.pdf >. Acesso em: 1 mai. 2012.

SANTOS, M. Configuração Territorial e Espaço. In._____. **Metamorfoses do Espaço Habitado: fundamentos teóricos e metodológicos da Geografia/ em colaboração com Denise Elias**. 6º ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008. cap. 6, p. 83-94.

_____. O Espaço como Instância Social. In._____. **Por Uma Geografia Nova: da crítica da Geografia a uma Geografia crítica**. 6º ed. 1. reimpr. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo (Coleção Milton Santos; 2), 2008. cap. 13, p. 177-190.

_____; SILVEIRA, M. L. A "descentralização" industrial. In:_____. **O Brasil: território e sociedade no início do século XXI**. 10º ed. Rio de Janeiro: Record, 2008. p. 106-111.

_____; SILVEIRA, M. L. A Região Concentrada e o "resto" do território. In:_____. **O Brasil: território e sociedade no início do século XXI**. 10º ed. Rio de Janeiro: Record, 2008. p. 140-141.

_____; SILVEIRA, M. L. Novas lógicas centro-periferia. In:_____. **O Brasil: território e sociedade no início do século XXI**. 10º ed. Rio de Janeiro: Record, 2008. p. 265-268.

SAQUET, M. A. **Abordagens e Concepções de Território**. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2007. 200 p.

SECRETARIA DE ESTADO DE AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO DE MINAS GERAIS – SEAPA. **Dados do Agronegócio**. Disponível em: <http://migre.me/bA7m8>. Acesso em: 17 abr. 2012.

SILVA,C. A. F. Fronteira Agrícola Capitalista e Ordenamento Territorial. In: SANTOS, M.; BECKER, B. K. **Território, Territórios: ensaios sobre o ordenamento territorial**. 2º ed. Rio de Janeiro: DP&A editora (Coleção espaço, território e paisagem), 2006. cap. 13, p. 283-312.

SILVA, C. E. M. O Cerrado-mercadoria: a lógica da expansão espacial do agronegócio global. In:_____. **O Cerrado em Disputa: Apropriação global e resistências locais**. Brasília: Confea, 2009. p. 62-82.

SOUZA, M. J. L. de. O Território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: CASTRO, I. E.; GOMES, P. C. da C.; CORRÊA, R. L. **Geografia: conceitos e temas**. 12º ed. Rio de Janeiro: BERTRAND BRASIL, 2009. p. 77-116.

STÉDILE**,** J. P. A natureza do desenvolvimento capitalista na agricultura: a conjuntura internacional da agricultura. Diálogos, **Propuestas, Historias para uma Cidadania Mundial**. 2010. Disponível em: <http://migre.me/bA7ad>. Acesso em: 1 mai. 2012.

_____. A Ofensiva das empresas transnacionais sobre a agricultura. Texto para a V conferencia internacional da VIA CAMPESINA- Maputo, 20 a 24 de outubro de 2008. **Diálogos, Propuestas, Historias para uma Cidadania Mundial**. 2010. Disponível em: <http://migre.me/bA7cA>. Acesso em: 1 mai. 2012.

_____. O MST e a Questão Agrária. **SciELO Estudos Avançados** [online]. São Paulo, vol.11, n.31, 1997. p. 69-97. ISSN 0103-4014. Disponível em: <http://migre.me/bA7ef>. Acesso em: 20 mar. 2012.

_____. Líder do MST participa do Brasil em Discussão deste domingo (17). Programa **Brasil em Discussão** | Record News – Rede Record, 2012. 1 Vídeo (55min e 29seg), son, color. Disponível em: <http://migre.me/bA9uC>. Acesso em: 20 jun. 2012.

VERBETES, USP. **Hegemonia**. Disponível em: <http://migre.me/bA7rf>. Acesso em: 18 abr. 2012.

XAVIER, L. M de. **O Programa Bolsa de Parceria e Arrendamento de Terras e o Processo de (Re)Ocupação Produtiva no Cerrado Mineiro: o caso de Uberaba e Uberlândia**. 2005. 165 f. Dissertação (Mestrado em Geografia))- Programa de Pós-Graduação em Geografia - IG/UFU, Uberlândia, 2005. Disponível em: <http://migre.me/bA7Sq>. Acesso em: 17 abr. 2012.

ANEXO – Movimentos Sociais Atuantes no Estado de Minas Gerais, 1990-2010

SIGLA	NOME DAS ORGANIZAÇÕES
ACRQ	Associação das Comunidades dos Remanescentes de Quilombos
ACUTRMU	Associação Comunidade Unida de Trabalhadores Rurais
APR/CPT	Animação Pastoral Rural
CAA	Centro de Agricultura Alternativa
CCL	Comissões Camponesas de Luta
CLST	Caminho de Libertação dos Sem Terra
CONTAG	Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura
CPT	Comissão Pastoral da Terra
DISSIDENTES DO MST	Dissidentes do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
FETAEMG	Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de MG
FETRAF	Federação da Agricultura Familiar
FST	Fórum Sindical dos Trabalhadores
LCP	Liga dos Camponeses Pobres
LCPCO	Liga dos Camponeses Pobres do Centro Oeste
LCPNM	Liga dos Camponeses Pobres do Norte de Minas
LOC	Liga Operária e Camponesa
MLT	Movimento de Luta pela Terra
MLST	Movimento de Libertação dos Sem Terra
MLSTL	Movimento Libertação dos Sem Terra (MLST de Luta)
MI	Movimento Independente
QUILOMBOLAS	Movimentos Quilombolas
ÍNDIOS	Movimentos Indígenas
MPRA	Movimento pela Reforma Agrária
MPST	Movimento Populares pelos Sem Terra
MST	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
MSTR	Movimento Sindical dos Trabalhadores Rurais
MTL	Movimento Terra Trabalho e Liberdade
MTST	Movimento dos Trabalhadores Sem Teto
MTR	Movimento dos Trabalhadores Rurais
OLC	Organização de Luta no Campo
OTC	Organização de Trabalhadores no Campo
OTL	Organização Terra e Liberdade
STR	Sindicato de Trabalhadores Rurais (Local)
UNLC	União Nacional da Luta Camponesa
GERAIZEIROS	Geraizeiros
VIA CAMPESINA	Via Campesina